



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS
HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
MUSEOLOGIA**

MARIA DE FÁTIMA DOS SANTOS

**AS INSTÂNCIAS DA GESTÃO DE MUSEUS VINCULADAS AO
GOVERNO DA BAHIA: uma análise das políticas e das ações
socioculturais e educativas de 1967-2013**

Salvador
2015

MARIA DE FÁTIMA DOS SANTOS

**AS INSTÂNCIAS DA GESTÃO DE MUSEUS VINCULADAS AO
GOVERNO DA BAHIA: uma análise das políticas e das ações
socioculturais e educativas de 1967-2013**

Dissertação apresentada ao Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Museologia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, como requisito para obtenção do grau de mestre em Museologia.

Orientador: Prof. Dr. Eugênio de Ávila Lins

Salvador
2015

Santos, Maria de Fátima dos
S237 As instâncias da gestão de museus vinculadas ao Governo da Bahia: uma análise das políticas e das ações socioculturais e educativas de 1967-2013 / Maria de Fátima dos Santos. – Salvador, 2015.
111 f.

Orientador: Prof.º Dr.º Eugênio de Ávila Lins
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Salvador, 2015.

1. Museus. 2. Política cultural. 3. Administração pública. I. Lins, Eugênio de Ávila. II. Universidade Federal da Bahia. III. Título.

CDD – 069

MARIA DE FÁTIMA DOS SANTOS

**AS INSTÂNCIAS DA GESTÃO DE MUSEUS VINCULADAS AO
GOVERNO DA BAHIA: uma análise das políticas e das ações
socioculturais e educativas de 1967-2013**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de mestre em
Museologia, da Universidade Federal da Bahia.

Aprovada, em 04 de dezembro de 2015.

Eugênio de Ávila Lins – Orientador _____

Doutor em História da Arte pela Universidade do Porto, Portugal

Universidade Federal da Bahia

Maria Hermínia Olivera Hernández _____

Doutora Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal da Bahia

Universidade Federal da Bahia

Suely Moraes Ceravolo _____

Doutora em Ciência da Comunicação pela Universidade de São Paulo

Universidade Federal da Bahia

Aos meus Pais,

Antônio Aquilino (*in memoriam*) e a Noeme Amália por estimular aos meus estudos.

AGRADECIMENTOS

A Deus pela vida e oportunidade de aperfeiçoar os meus conhecimentos.

As minhas irmãs Márcia Cristina e Maria Cristina, ao meu irmão André Luís, aos sobrinhos Danilo, Camila e Maria Clara e a minha cunhada Lucineide pelo carinho, incentivo e apoio.

A Jorge pelo companheirismo, apoio e pelas reflexões durante a realização desse trabalho.

Ao meu orientador Professor Eugênio de Ávila Lins pela atenção, incentivo e principalmente, pelos direcionamentos que possibilitaram a realização desta dissertação.

Aos membros da Banca Professoras Drs. Maria Hermínia e Suely Ceravolo pela contribuição a esta dissertação.

Aos Professores do PPGMuseu que contribuíram para o meu enriquecimento intelectual.

A Patrick Nascimento (PPGMuseu) pela atenção dispensada durante a matrícula

Aos colegas do PPGMuseu pela atenção, convívio e incentivo durante essa caminhada.

A Diretora da DIMUS e amiga Ana Liberato por compreender as minhas ausências no trabalho, pelos diálogos sobre o tema, pelo carinho e incentivo para realização deste estudo.

Aos todos os colegas da DIMUS pelo estímulo e apoio em especial a Emerson Alan pela elaboração da parte gráfica dessa dissertação.

As museólogas Maria Célia, Antônia Pinheiro e Mary do Rio por incentivar o meu crescimento profissional e acadêmico.

A Maria de Lourdes e Ana Lúcia coordenadoras, respectivamente do Setor Pessoal e do Núcleo de Memória da FUNCEB por colaborar com este estudo.

Aos amigos que acompanharam e incentivaram mais esta conquista.

A todos o meu muito OBRIGADA.

RESUMO

O presente estudo aborda o universo das instâncias políticas e administrativas da Gestão de Museus, vinculadas ao Governo do Estado da Bahia, no período de 1967 a 2013, bem como as políticas culturais implementadas no âmbito federal e estadual, principalmente, no campo dos museus. Seu objetivo consiste em identificar o modo como os museus baianos, subordinados às referidas gestões, desenvolveram suas ações socioculturais e educativas. Para oferecer contornos mais definidos a esta abordagem, foram selecionados, como casos exemplares, o Parque Histórico Castro Alves e o Museu Abelardo Rodrigues. O estudo chama atenção também para o processo de construção de uma política museológica, destacando a implementação da Política Nacional de Museus, em 2003. As pesquisas realizadas em fontes primárias constataram que, independente das orientações emanadas da estrutura de poder, os museus pesquisados neste estudo realizaram, desde as suas fundações, ações socioculturais e educativas alinhadas com a Política Nacional de Museus.

Palavras-Chave: Museus. Política pública. Gestão.

ABSTRACT

The present study broaches the universe of political and administrative organs of the Museum Managements, linked to the State of Bahia, in the period of 1967-2013, as well as cultural policies implemented at the federal and state levels, mainly in the field of the museums. The goal of this study is to identify how the Bahia museums, subordinated to these administrations, developed their socio-cultural and educational actions. To provide more specific contours to this approach were selected as exemplary cases, the Castro Alves Historical Park and the Museum Abelardo Rodrigues. The study also draws attention to the process of building a museum policy, highlighting the implementation of the National Museums Policy in 2003. The research in primary sources found that regardless of the guidelines issued by the power structure, the museums researched in this study, since their foundations, have socio-cultural and educational actions aligned with the National Museums Policy.

Keywords: Museums. Public Politics. Management.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Trajetória Política /Administrativa da Instância de Gestão dos Museus pertencentes as Secretarias de Educação e de Cultura do Estado da Bahia.....	39
Figura 2 - Parque Histórico Castro Alves.....	69
Quadro 1 - Gestores do Parque Histórico Castro Alves.....	71
Figura 3 - Museu Abelardo Rodrigues.....	72
Quadro 2 - Gestores do Museu Abelardo Rodrigues.....	74
Figura 4 - Festival de Declamação – Parque Histórico Castro Alves/2013.....	80
Figura 5 - Oratório de Santo Antônio – Museu Abelardo Rodrigues/2003.....	82

LISTA DE ABREVIATURAS

- C. I** – Correspondência Interna
- CCAP** – Casa de Cultura Afrânio Peixoto
- CEC** – Conselho Estadual de Cultura
- CFC** – Conselho Federal de Cultura
- CHS** – Centro Histórico de Salvador
- CNC** – Conselho Nacional de Cultura
- CNPC** – Conselho Nacional de Políticas Culturais
- DAC** – Departamento de Assuntos Culturais
- DEMAP** – Departamento de Museus e Artes Plásticas
- DEPAM** – Departamento de Museus
- DESC** – Departamento de Educação Superior e Cultura
- DIMUS** – Diretoria de Museus
- DIMUS** – Diretoria de Apoio às Atividades Museológicas
- DIP** – Departamento de Imprensa e Propaganda
- DOPS** – Departamento de Museus e Artes Plásticas
- FFCH** – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
- FPC** – Fundação Pedro Calmon
- FUNCEB** – Fundação Cultural do Estado da Bahia
- IBRAM** – Instituto Brasileiro de Museus
- IBAM** – Instituto Baiano de Museus
- ICOM** – International Council of Museums
- IPAC** – Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia
- IPHAN** – Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional
- MAB** – Museu de Arte da Bahia
- MAM** – Museu de Arte Moderna da Bahia
- MAR** – Museu Abelardo Rodrigues
- MinC** – Ministério da Cultura
- MRH** – Museu do Recolhimento dos Humildes
- MRWP** – Museu do Recôncavo Wanderley Pinho
- MT** – Museu Temporal
- MUK** – Museu Udo Knoff

PHCA – Parque Histórico Castro Alves

PNM – Política Nacional de Museus

PPG – Programa de Pós-Graduação

SEC – Secretaria de Educação e Cultura

SECULT – Secretaria de Cultura

SNC – Sistema Nacional de Cultura

SPHAN – Secretaria do Patrimônio Artístico e Nacional

UFBA – Universidade Federal da Bahia

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	13
1.1	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	18
2	OS MUSEUS NO BRASIL E NA BAHIA.....	21
2.1	ESTUDO DO PATRIMÔNIO CULTURAL MUSEALIZADO NO BRASIL E NA BAHIA.....	21
2.2	INSTITUCIONALIZAÇÃO DOS MUSEUS VINCULADOS A GESTÃO DE MUSEUS NO ÂMBITO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA.....	27
2.3	A TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA GESTÃO DE MUSEUS de 1967 – 2013.....	30
3	POLÍTICA CULTURAL NO BRASIL E NA BAHIA.....	40
3.1	POLÍTICA, ESTADO, GOVERNO, POLÍTICAS PÚBLICAS, PODER NO CAMPO DA CULTURA.....	39
3.2	PANORAMA POLÍTICO CULTURAL NO BRASIL E NA BAHIA DE 1967 A 2013.....	45
3.3	CENÁRIO CULTURAL NA BAHIA DE 1967 A 2013.....	53
3.4	A POLÍTICA MUSEOLÓGICA DO MinC E DA SECULT.....	61
4	PARQUE HISTÓRICO CASTRO ALVES E O MUSEU SUAS CONTRIBUIÇÕES SOCIOCULTURAL.....	67
4.1	TRAJETÓRIA INSTITUCIONAL DO PARQUE HISTÓRICO CASTRO ALVES E DO MUSEU ABELARDO RODRIGUES.....	67
4.2	REALIZADAS ATIVIDADES NA TRAJETÓRIA DO PARQUE HISTÓRICO CASTRO ALVES DO MUSEU ABELARDO RODRIGUES.....	74
4.2.1	Parque Histórico Castro Alves.....	75
4.2.2	Museu Abelardo Rodrigues.....	81
5	TRAJETÓRIA DAS POLÍTICAS MUSEOLÓGICAS IMPLEMENTADAS PELA GESTÃO DE MUSEUS VINCULADA AS SECRETARIAS DE EDUCAÇÃO E DE CULTURA.....	87
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	103
	REFERÊNCIAS.....	108

1 INTRODUÇÃO

Discorrer sobre o universo das instâncias da Gestão de Museus sob o Governo do Estado da Bahia é assinalar que estas têm sido, na sua trajetória administrativa, uma referência para o exercício da prática dos profissionais da Museologia. A minha vivência profissional na Gestão de Museus ocorreu em campo, a partir de 1990, desenvolvendo atividades nos museus, vinculados a essas Gestões. De certa maneira, esse vínculo profissional dificultou o distanciamento do objeto, levando a autora deste estudo a se desculpar, caso, em algum momento da pesquisa, esse distanciamento não tenha sido totalmente obedecido. Por outro lado, essa isenção total é questionada pela maioria dos autores que afirma que a escolha de uma temática já traz uma subjetividade.

Corroborando com essa linha de pensamento, a antropóloga Goldemberg afirma que “a simples escolha de um objeto já significa um julgamento de valor, na medida em que ele é privilegiado como mais significativo entre tantos outros sujeitos à pesquisa.” (GOLDEMBERG, 2013, p. 45) Dessa forma, a escolha desse tema nasce do interesse em aprofundar o conhecimento da trajetória histórica da Gestão de Museus, a partir das políticas culturais e das ações socioculturais educativas, resultando num estudo específico e inédito, pois está fundamentado basicamente na pesquisa documental, ainda que exista uma única publicação dedicada à Memória dos 30 anos da Fundação Cultural do Estado da Bahia, que, a propósito, alude superficialmente o campo dos museus.

O presente estudo revela que, no âmbito do Governo do Estado da Bahia, a institucionalização desse setor responsável pela administração dos museus tem por objetivo a preservação dos bens culturais que constituem o patrimônio cultural baiano. Para isso, é importante salientar que essa Gestão de Museus, no decorrer do período de 1967 a 2013, passou pelas seguintes denominações: Divisão de Museus, Fundação de Museus do Estado da Bahia, Coordenação de Museus, Departamento de Museus e Artes Plásticas (DEMAP), Departamento de Museus (DEPAM), Diretoria de Apoio às Atividades Museológicas (DIMUS) e Diretoria de Museus (DIMUS). Porém, o que é mais relevante nesse processo é a manutenção da finalidade dessas Gestões de Museus, independentemente dos títulos conferidos pelos agentes do Poder público, que geriram essas instâncias executivas no âmbito da Fundação Cultural do Estado da Bahia (FUNCEB) e do Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural (IPAC), ambas vinculadas, em alguns períodos, às Secretarias de Educação e Cultura, Cultura e Turismo e também de Cultura.

A opção por essa temática se deve à relevância finalística do modelo de Gestão responsável pela construção e manutenção da história dos museus da Bahia. Por sua vez, o objeto utilizado no desenvolvimento desse estudo se atém às políticas públicas de cultura, especificamente do setor museológico e das ações socioculturais e educativas, desenvolvidas nos museus integrados a essas instâncias que constituem a história da Gestão de Museus. Sendo assim, este objeto é um importante instrumento para a compreensão dessa trajetória, visando analisar como as políticas museológicas e as ações socioculturais e educativas contribuíram para o desenvolvimento social nas localidades onde estão situados. Foram escolhidas, com essa finalidade, as instituições museológicas do Parque Histórico Castro Alves, sediado em Cabaceiras do Paraguaçu e do Museu Abelardo Rodrigues, localizado em Salvador.

Para a análise do mencionado objeto, foram utilizados os aportes teóricos que subsidiaram as investigações provenientes dos dados levantados durante a pesquisa, que resultaram na presente dissertação, estruturada em 4 capítulos. O primeiro deles traz uma discussão sobre o patrimônio cultural, principalmente, sobre aqueles custodiados pelos museus no Brasil e na Bahia. Também apresenta a formação histórica da Gestão de Museus, partindo da Divisão de Museus, em 1967, até a DIMUS, em 2013.

Destaca-se que o processo de federalização dos bens culturais, presentes no território brasileiro, ocorreu inicialmente por meio do texto Constitucional de 1988, nos artigos 215 e 216, que definiu e destacou as responsabilidades do Governo Brasileiro com a preservação do patrimônio cultural. A partir daí os representantes do Poder público, no âmbito federal e estadual, se mobilizaram para aprovar leis que referendassem a criação de instituições com esse fim, dentre as quais merecem ênfase os museus responsáveis pela preservação desses bens culturais, resultantes das memórias coletivas decorrentes das diversas culturas, como bem analisou Le Goff (2013) sob o ponto de vista da história.

Sendo os museus instituições que representam as memórias coletivas, é preciso considerar, como salienta Candau (2012), que essa coletividade decorre de memórias individuais resultantes da interação, por meio do convívio social desses sujeitos que produziram ou consumiram esses artefatos, os quais possibilitaram o aparecimento dos acervos dos museus. Especificamente neste estudo, são abordados aqueles que estão sob a Gestão de Museus do Governo da Bahia. Além disso, essas instituições museológicas, ao cumprirem a tarefa de abrigar esses artefatos de memórias coletivas e representativas da diversidade cultural de uma sociedade, se tornam instituições que assumem, segundo Choay (2006), um caráter formativo para uma nação, tendo em vista que os objetos protegidos

acolhidos pelos museus são utilizados como instrumentos essenciais na construção de identidade.

No entanto, muitos dos elementos culturais, presentes na nação brasileira, não são reconhecidos pelos diversos grupos que formam essa sociedade. Por este motivo, autores como Hall (2003) trabalham com a concepção de “identidades nacionais”. Lins (2010) reforça essa concepção, ao afirmar que a identidade nacional pode significar a exclusão de alguns elementos que não são de interesse dos gestores.

Também no processo de musealização dos objetos, predominavam os interesses dos representantes, no caso, do Poder público baiano, especificamente na seleção dos acervos que constituíram essas instituições museológicas, iniciando com a criação do Museu de Arte da Bahia (1918) e do Museu de Arte Moderna da Bahia (1959), instituições subordinadas diretamente a Secretaria de Educação e Cultura. Vale salientar que esses dois museus integraram a estrutura da Gestão de Museus no período de 1971 a 1987.

Fizeram parte dessa estrutura as instituições museológicas conveniadas, como a Fundação Hansen Bahia, Museu das Alfaias e o Museu do Descobrimento. No entanto, na atualidade, permanece apenas o Museu do Recolhimento dos Humildes, na cidade de Santo Amaro. Continuam sendo administradas por essa instância da Gestão de Museus, intitulada DIMUS, o Museu do Recôncavo Wanderley Pinho (1971), o Parque Histórico Castro Alves (1971), o Museu Abelardo Rodrigues (1981), o Museu Temporal (1997), o Museu Udo Knoff de Azulejaria e Cerâmica (2003) e o Solar Ferrão, com as coleções de Arte Popular, de Arte africana Cláudio Masella, Walter Smetak e a de Emília Biancardi.

O segundo capítulo reúne as discussões sobre o panorama político e cultural no Brasil e na Bahia, sobretudo, da elaboração das políticas museológicas. Mas, para entendimento desse campo da política, houve a necessidade de explicitar alguns conceitos que são essenciais ao desenvolvimento deste estudo. Um dos primeiros conceitos de política foi elaborado filosoficamente por Aristóteles (2011), que afirmava que o homem é um animal essencialmente político, em razão da sua capacidade de viver e de se expressar de forma positiva ou negativa, em favor de si e para os outros. Essa concepção demonstra, para autores como Bobbio (2012), que a política é também resultado da atividade humana, seja a favor de uma ideologia partidária, de estado, de governo ou mesmo de uma causa defendida por um grupo de profissionais, na busca de melhores condições para o desenvolvimento da profissão.

Mas a política, com afirma Dias (2008), implica também em manutenção de poder. O poder é um recurso muito utilizado, em qualquer lugar e situação, implicando sempre, como assinala Bobbio (2012), na restrição de liberdade de agir e falar de outro sujeito. Quando se

trata de uma discussão envolvendo a Gestão de Museus, fica evidente tal situação de restrição no agir, sobretudo, porque esta instituição integra uma das repartições da estrutura administrativa do Estado da Bahia. É preciso entender ainda que é papel do Estado acatar as necessidades essenciais da sociedade e também de abrangência territorial. Por outro lado, cabe ao governo a responsabilidade pelo funcionamento dessas estruturas, conforme a orientação do grupo político dominante.

A partir desses conceitos identificados, observa-se que as políticas públicas são construídas a partir de demandas suscitadas pela sociedade, porém, partem sempre dos organismos do Poder público, o que, segundo Souza (2006), explica o fato dessas políticas se encontrarem presentes nos programas eleitorais. Contudo, as políticas públicas podem atuar como uma política de estado ou de governo. No primeiro estágio, há um comprometimento mais sólido e não sofre alteração com a mudança de governo, ao passo que a política de governo, explica Oliveira (2011), vai atuar em conformidade com as demandas do governo, sendo facilmente substituída ou mesmo alterada.

Este capítulo também trata das políticas públicas no campo cultural em que determinados temas, como cidadania, estejam bem consolidados, para que haja uma participação efetiva e consciente dos agentes sociais, imbuídos de valores identitários essenciais na discussão e elaboração dessas políticas. Portanto, faz-se necessário o retorno, ainda nesta parte do documento, às discussões sobre a identidade, pois, de acordo com Brant (2009), são os valores identitários que norteiam a dimensão territorial e simbólica do indivíduo, aspectos relevantes para o estudo da política. Para Coelho (2012), em razão da dinâmica que envolve o campo da cultura, uma revisão é necessária, quando se discute o conceito de “identidade nacional”, sendo mais apropriado usar o termo “identificação nacional”, considerando a diversidade cultural e as mudanças ocasionadas pelo processo de ressignificação dos bens culturais ao longo tempo.

A diversidade cultural, que caracteriza o Brasil, fundamentou as políticas culturais, a partir de 1930, em razão do processo de industrialização e modernização que o atravessava. Dessa forma, o Governo investiu na produção nacional, significando a valorização da cultura local. Outras estratégias de proteção ao patrimônio foram tomadas, como a criação de instituições específicas para estimular a cultura, leis de preservação do patrimônio edificado e também de bens móveis. Mesmo durante o Regime Militar, novas instituições culturais foram criadas, destacando o Conselho Federal de Cultura (CFC), responsável pela formulação da política cultural e de exaltação dos fatos e vultos nacionais. Tudo o que não apresentasse cunho nacionalista era vetado pelo Governo.

Com o fim do Regime Militar, a partir de 1985, uma nova fase da política brasileira se instalou, com um regime fundamentado na democracia, que trouxe consigo maior abertura para os diálogos, sobretudo, no campo cultural, e que resultou na criação do Ministério da Cultura e de leis de incentivo à cultura, como a Sarney e a Rouanet. Os avanços no campo da cultura deste País vieram com a institucionalização de setores e de instrumentos de caráter político, construídos a partir da mobilização de agentes culturais, iniciada em 2003, com a criação do Conselho Nacional de Políticas Culturais (CNPC), as três Conferências Nacionais de Cultura e a implantação do Plano Nacional de Cultura e do Sistema Nacional de Cultura.

Na Bahia, esse cenário não foi diferente das políticas de cultura nos Governos do Regime Militar, que tinham como objetivo primordial a valorização dos fatos e dos vultos históricos baianos. Já no período democrático, o objetivo é ampliado, tendo como principal orientação o enaltecimento dos bens culturais materiais e imateriais representativos da cultura do Estado da Bahia. Nesse ambiente, foram instituídos o Conselho de Cultura do Estado da Bahia, a Fundação do Patrimônio (hoje, IPAC) e a FUNCEB. Importa ressaltar que as discussões sobre a implantação de uma política museológica no Brasil ocorreram a partir 1975 nos seminários, congressos e reuniões, onde também foi discutida a necessidade de criação do Sistema Brasileiro de Museus e, por conseguinte, dos Sistemas Estaduais.

Deve-se mencionar que os documentos intitulados “Carta de Rio Grande” e a “Imaginação Museal a Serviço da Cultura no Brasil” fundamentaram a Política Nacional de Museus, implantada em 2003. Além disso, destaca-se a participação da Bahia nesse processo através do Projeto - Bahia do Eixo 3 de Formação e Capacitação em Museologia.

O terceiro capítulo se volta para a análise das ações socioculturais e educativas desenvolvidas pelo Parque Histórico Castro Alves e pelo Museu Abelardo Rodrigues, com o intuito de verificar se estas ações foram construídas e executadas em parceria com a comunidade local e se havia ou não um alinhamento com as políticas públicas de cultura, implementadas pelos Governos instituídos no período considerado no presente trabalho ou mesmo se havia uma política específica para o setor museológico.

O quarto capítulo apresenta as pesquisas realizadas, que se ocuparam da identificação e análise do modo como a Diretoria de Museus atuou nesse campo, observando os instrumentos que foram construídos e se estes foram efetivamente validados pelos representantes das instituições no âmbito das Secretarias de Cultura e Turismo, de Cultura e também do IPAC, à qual essa Gestão de Museus esteve e está atualmente subordinada. Além disso, expõe reflexões a respeito do papel dessa Gestão de Museus na construção e no alinhamento com a Política Nacional de Museus.

1.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

O presente estudo foi desenvolvido durante o período de 24 meses, envolvendo pesquisas nos arquivos localizados nas sedes da Diretoria de Museus, instalada no Palácio da Aclamação, e também no Museu Abelardo Rodrigues. Os documentos sobre o Parque Histórico Castro Alves foram pesquisados e analisados nos arquivos da DIMUS. Não foram encontrados documentos oficiais, ou seja, produzidos no âmbito da instituição, a exemplo de correspondências internas, ofícios, propostas, atas de reunião, políticas de ação, referentes ao período de 1967 a 1982. Documentos dessa natureza também inexistiam nos arquivos das Secretarias de Educação, naqueles pertencentes à Cultura ou ainda no Núcleo de Memória da Fundação Cultural do Estado da Bahia, inaugurado em 2014. Trata-se de uma lacuna que compromete, sobremaneira, a leitura da trajetória do campo dos museus, ao longo desses 46 anos, sob a ótica das discussões da política para o setor e o desenvolvimento das ações socioculturais.

A pesquisa qualitativa, utilizada para este estudo, está fundamentada numa categoria, definida por Triviños (2012), como *histórico-estrutural, dialética*, que se caracteriza por apresentar os dados identificados no processo histórico e as mudanças ocorridas nas estruturas organizacionais da Gestão de Museus. Utiliza também o método de abordagem analítica nos episódios decorrentes de discussões e implementações de políticas e de ações socioculturais, ocorridas na trajetória das instâncias administrativas dessa Instituição.

O tipo de pesquisa desenvolvido possibilitou o emprego do Estudo de Caso do Parque Histórico Castro Alves e do Museu Abelardo Rodrigues, escolhidos no universo das demais instituições museológicas, que compreende as instâncias administrativas da Gestão de Museus, em razão de estarem em funcionamento e empreendendo suas ações de comunicação e dinamização dos seus acervos. A situação geográfica destas unidades – interior e capital – foi outro motivo de sua seleção, uma vez que possibilitam, através das ações socioculturais, a verificação e análise, baseadas nos documentos institucionais, da integração da população residente nas ações realizadas pelas referidas instituições. Além disso, observa também se estas ações socioculturais estão alinhadas com as políticas de cultura, implementadas pelo Governo da Bahia, e também com a Política Nacional de Museus.

Sem perder de vista a abrangência do conteúdo do tema escolhido, empregou-se, na análise dos dados identificados, os referenciais teóricos das áreas da Museologia, História, Educação, Política Cultural e das Ciências Sociais. Basicamente, a pesquisa se apropriou dos dados obtidos da categoria dos Documentos impressos e virtuais, produzidos no interior das

instâncias administrativas da Gestão de Museus e dos museus selecionados, assim como daqueles gerados externamente, por outras instituições do poder público federal, estadual ou municipal e por empresas privadas, que desenvolvem estudos no campo da cultura.

As referências bibliográficas, utilizadas durante a realização da pesquisa, consistem em livros, artigos, textos apresentados em seminários, congressos e publicados em revistas virtuais ou impressas, dissertações e teses de autores nacionais e estrangeiros. Destacam-se, nesse estudo, os documentos produzidos externamente por outras instituições, abordando a trajetória administrativa da Gestão de Museus e de suas instituições museais, com seus catálogos em meio físico, produzidos por instituições financeiras, como o Banco Safra, além de apresentações em seminários e outros eventos, textos de revistas eletrônicas e textos jornalísticos. Todos estes documentos possibilitaram uma análise de como essas instituições museológicas são vistas e compreendidas por pesquisadores, jornalistas e também pela opinião pública, refletindo um discurso não institucional acerca das unidades museológicas vinculadas a Gestão de Museus. O exame incluiu ainda documentos impressos e virtuais elaborados pelas instituições museológicas e divulgados junto à sociedade, direcionados essencialmente à prestação de contas das ações implementadas pelo referido Governo, a exemplo de catálogos, programações de eventos e relatórios de Governo.

Ainda na categoria documental, foram consultados os instrumentos legais através dos Diários Oficiais da Bahia em meio físico, correspondente ao período de 1967 a 2000, e a partir de 2013, por meio virtual. Um dos primeiros documentos a ser analisado foi a Lei de Reestruturação da Secretaria de Educação e Cultura em 1967, que instituiu o Departamento de Educação Superior e Cultura (DESC) e, por conseguinte, a Divisão de Museus, a primeira fase da Gestão de Museus.

Também foram consultados os decretos de criação da Fundação Museus do Estado, da FUNCEB e mais o Decreto aprovando o Regimento da Secretaria de Cultura, em 1989, o qual insere, na estrutura, o Departamento de Museus (DEPAM), o Regimento de 2003 regulamentando a estrutura do IPAC, com as atribuições da Diretoria de Museus (DIMUS), os instrumentos jurídicos da Lei Orgânica da Cultura, a Lei 11.904 de criação do Estatuto de Museus, que possibilitaram o entendimento sobre o processo jurídico de constituição dessa Gestão de Museus.

Da mesma maneira, foram realizadas pesquisas nos instrumentos oficiais, ou seja, nos documentos produzidos internamente pelos profissionais responsáveis pela trajetória dessa Gestão de Museus e também do Parque Histórico Castro Alves e do Museu Abelardo Rodrigues, utilizadas aqui como estudo de caso. Assim, foram coletadas e analisadas

correspondências internas (C.I) e Ofícios - expedidos e recebidos, Relatórios técnicos e administrativos, propostas de trabalhos, *e-mails*, diretrizes, plano plurianual, projetos, organogramas, Políticas Culturais na Bahia, Política Nacional de Museus e mais a proposta da Política Setorial de Museus, procedentes da FUNCEB, do IPAC, de instituições federais, como o IPHAN, MinC, Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), Secretaria de Educação do Estado da Bahia e também de Prefeituras do interior da Bahia, como de Cabaceiras do Paraguaçu.

Todos os recursos documentais acima listados possibilitaram a identificação da efetiva participação das instâncias administrativas da Gestão de Museus no campo das políticas museológicas e também no desenvolvimento das ações socioculturais e educativas, realizadas nos museus pesquisados.

2 OS MUSEUS NO BRASIL E NA BAHIA

A presente seção aborda a concepção de patrimônio, em especial, a categoria do patrimônio cultural musealizado que constitui as instituições museais que integram a trajetória política e administrativa da Gestão de Museus do Estado da Bahia, iniciada em 1967, com a missão de administrar e preservar os bens culturais representativos do território baiano. Para dialogar com esse tema e subsidiar são utilizadas as concepções teóricas propostas pelos estudiosos do campo da História, Museologia e da Sociologia, que fundamentam as discussões acerca do patrimônio cultural e dos museus no Brasil e na Bahia.

2.1 ESTUDO DO PATRIMÔNIO CULTURAL MUSEALIZADO NO BRASIL E NA BAHIA

O estudo sobre o conceito de “patrimônio” se baseia na constituição e transmissão de objetos que representam saberes e fazeres de um grupo social, ou mesmo, de uma sociedade. Partindo dessa concepção, os bens culturais etnográficos, artísticos, históricos e de outra categoria, que constituem os acervos de arte sacra, de artes visuais e de arte decorativa das instituições museológicas administrada pela atual instância da Gestão de Museu, denominada DIMUS, derivam de realidades culturais distintas, considerando-se os aspectos de ordem física (territorial), administrativa (organizacional) e emocional de determinados grupos sociais, tornando-se, segundo Funari e Pelegrini (2006), símbolos representativos de uma coletividade ou de uma Nação, não sendo esta “apenas uma entidade política, mas algo que produz sentidos – um sistema de representação cultural.” (HALL, 2003, p. 49) Esta representação resulta da escolha do objeto a ser patrimonializado e do mérito deste para a cultura nacional, assim como dos valores relevantes à memória e à identidade. Para Gonçalves (2007, p. 155),

Os patrimônios culturais são estratégias por meio das quais narram-se sua memória e sua identidade, buscando, para elas, um lugar público de reconhecimento, na medida mesmo em que as transformam em ‘patrimônios’. Transformar objetos, estruturas arquitetônicas, estruturas urbanísticas, em patrimônio cultural significa atribuir-lhes uma função de ‘representação’ que funda a memória e a identidade. Os diálogos e as lutas em torno do que seja o verdadeiro patrimônio são lutas pela guarda de fronteiras, do que pode ou não pode receber o nome de ‘patrimônio’, uma metáfora que sugere sempre unidade no espaço e continuidade no tempo, no que se refere à identidade e à memória de um indivíduo ou de um grupo. Os patrimônios são, assim, instrumentos de constituição de subjetividades individuais e coletivas, um recurso à disposição de grupos sociais e seus representantes em sua luta por reconhecimento social e político no espaço público. Na medida em que torno público um conjunto de objetos que, até então, tinham apenas existência privada, altero as fronteiras entre

um e outro domínio, altero minha posição em relação a interlocutores situados no espaço público.

Ainda segundo Gonçalves (2007), os bens culturais que formam o patrimônio cultural brasileiro são elementos representativos da memória subjetiva de cada indivíduo e da memória social, evidenciada, por exemplo, por meio do gestual, da alimentação e da arte que certificam o caráter identitário de uma determinada sociedade, onde os seus membros se reconhecem. Candau (2012) ratifica a representatividade da memória coletiva, ao afirmar que os indivíduos supostamente produzem objetos resultantes das memórias provenientes de pessoas de uma mesma sociedade, na qual todos se reconhecem. Portanto, essas memórias são tidas como importantes para formação identitária de um grupo social.

Desse modo, ao analisar os bens culturais originários de culturas diversas e que constituem os museus em todo o mundo, verificam-se que estes são considerados “matéria prima do trabalho teórico e prático do museu que detém acervos da modalidade tridimensional.” (FARJALLA, 2011, p. 17) Evidentemente, os objetos selecionados e expostos nos museus, associados a diferentes sociedades e territórios, não são capazes de retratar a memória de todos os membros de um grupo social, formadores de uma sociedade, em razão da carga de subjetividade, proveniente de cada indivíduo.

Os estudos de Le Goff (2013) apontam os museus como espaços de guarda da memória coletiva, resultante da diversidade cultural, representada pelos artefatos produzidos em locais e épocas distintas, sobretudo, por pessoas que carregam várias memórias individuais. Partindo dessa premissa, constata-se que locais marcados por fatos históricos significativos, ainda que negativos, tendem a se tornar patrimônio. Toma-se como exemplo, o campo de Auschwitz, na Polônia, onde milhões de judeus foram mortos. Desde 2002, as ruínas deste local foram reconhecidas pela UNESCO como patrimônio cultural da humanidade, tornando-se parte do roteiro turístico da Polônia. No Brasil, mais precisamente em São Paulo, destaca-se a criação do Memorial da Resistência, em 2009, exatamente no prédio onde havia funcionado o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), durante o Regime Militar. Evidentemente, os usos atribuídos aos citados espaços não apagarão os fatos trazidos pela memória subjetiva e social, associadas, neste caso, às experiências de perda, humilhação e tortura vividas pelas pessoas integrantes de grupos perseguidos pelos representantes do nazismo ou dos presos políticos brasileiros.

Ainda que esses espaços sejam preparados com outros discursos, as lembranças passadas dessas pessoas levam a uma identidade construída “ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do

nascimento.” (HALL, 2003, p. 39) Nesse sentido, a memória é um importante requisito para a formação e manutenção da identidade de um grupo social, presente nos bens culturais, muitos deles protegidos pelo Estado através de instituições museológicas, fundadas no século XVIII para “servir a instrução da nação.” (CHOAY, 2006, p. 101) Tal formulação revela que esses bens culturais de natureza material, abrigados em museus, são possuidores de valores simbólicos que, de acordo com Farjalla (2011), tornam estes espaços componentes para “comunicação/conhecimento”, através da exposição de objetos, e também de legitimação de poder, seja através de caracteres sociais, éticos ou da constituição de seus acervos.

Farjalla (2011) escreve que a ocorrência desse poder no museu se evidencia nos procedimentos museológicos, como as exposições, onde se processam as seleções de objetos por categorias (época, material, temas, entre outros), definidas por um ou mais profissionais imbuídos dessa atividade, que objetiva estabelecer a comunicação com o público. Bourdieu (2001, p. 11), assinala que

[...] as relações de comunicação são de modo inseparável, sempre relações de poder que dependem, na forma e no conteúdo, do poder material ou simbólico acumulado pelos agentes (ou instituições) envolvidos nessas relações que, com o domo potlach, podem permitir acumular poder simbólico.

Por sua vez, é possível identificar a ocorrência do poder simbólico no quadro das instituições museológicas, administradas principalmente pelo Poder público, o qual atua de maneira impositiva e imperceptível, mas mantendo a continuidade dessas estruturas hierarquizadas, formadas por agentes da classe dominante, detentora de maior capital cultural, social, econômico e político¹. Essa relação impositiva e conflituosa entre os agentes dominantes e o Poder público, aqui representado pelos museus, é constituído pelo capital simbólico que os legitima para o exercício de atividades que resultam na violência simbólica, compreendida a partir da “cumplicidade tácita dos que sofrem e também com a frequência dos que a exercem, na medida em que uns e outros são inconscientes de exercê-la ou sofrê-la.” (BOURDIEU, 1997, p. 22)

A violência simbólica foi observada e analisada inicialmente por Bourdieu no campo da educação, mas o conceito logo se mostrou pertinente também para o campo dos museus, em virtude das especificidades que apresenta no fazer constituído por procedimentos

¹ De acordo com Bourdieu (2002), o capital cultural significa o conhecimento e as habilidades adquiridas e transmitidas por meio da família, das instituições educacionais e de grupos sociais que constituem um determinado campo, enquanto que o capital social está representado nas relações estabelecidas entre indivíduos que compartilham os mesmos espaços territoriais, familiares e profissionais, sendo que o volume desse capital é definido pelo autor a partir da intensidade dos contatos sociais entre os agentes sociais. O autor continua afirmando que o capital econômico está associado à constituição do patrimônio econômico, à riqueza acumulada pelas famílias e que o capital político se constitui com base na representatividade concedida por um agente por um determinado grupo social.

museológicos relacionados à documentação, à conservação, à exposição e às ações socioeducativas, com a finalidade de preservar os bens culturais e simbólicos, reconhecidamente como bens legítimos na construção das identidades dos diversos grupos que constituem uma sociedade.

Vale salientar que essa característica da não representação da memória e da identidade de todos os membros de uma sociedade não ocorre apenas no âmbito dos museus, mas é parte da chamada, no caso do Brasil, cultura nacional. Isso se deve pela própria formação da população brasileira que tem, na sua base, elementos representativos de grupos étnicos de origem indígena, europeia e africana. Para Lins (2010, p. 58), “o problema da ‘Identidade Nacional’ é que, para sua construção, geralmente se eliminam, outras identidades, todas aquelas outras que incomodam ou que são pontos de conflito, no âmbito desse projeto de identidade”. Partindo desta observação, tem-se como importante a valorização dos bens culturais tangíveis e intangíveis, independentemente da origem étnica, ideológica ou religiosa, que estão presentes no território brasileiro como forma de sustentação de um ideal nacional.

Ressalta-se que o princípio do ideal nacional teve início na França, um dos primeiros países a estudar os bens patrimoniais e a concluir que estes são importantes para a manutenção das identidades, por representarem o saber e o fazer de um grupo social, aspecto relevante para manutenção da hegemonia de uma nação, devendo, por isso, como defende Choay (2006), ser protegidos pelo Estado.

A partir do século XIX, esse referencial nacionalista se difundiu pelos países que compartilhavam a concepção dos bens culturais como referência de uma nação. No século XX, esta concepção de identidade/nação foi estimulada por políticas de Estado e por organismos, como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), que realizou reuniões em diversos países, inclusive, na Holanda (1954), cujo encontro resultou na Carta de Haia, que determina a proteção dos bens culturais em período de guerra. “Com ênfase na construção da identidade nacional”, explica Lins (2010, p. 58), “foram construídas inúmeras legislações de proteção do patrimônio cultural nacional de diversos países, inclusive, o Brasil”. Mesmo o Brasil já possuindo um serviço de proteção ao Patrimônio Nacional a cargo do IPHAN, o governo do presidente Juscelino Kubitschek reafirmou, em 1958, por meio do Decreto nº 44.851, de 11 de novembro de 1958, adesão à recomendação da UNESCO de preservar os bens culturais de natureza material, definidos como monumentos de valor histórico e artístico e mais os bens culturais sob a guarda dos museus, arquivos e bibliotecas. (BRASIL, 1958)

Desta forma, a proteção do patrimônio cultural pelo Estado Brasileiro está assegurada a partir das Constituições Federais e também pelas Constituições Estaduais, a exemplo da Constituição baiana de 1967, ressaltava a proteção do poder público sobre os bens culturais, sendo comum a todas elas o reconhecimento do bem cultural de natureza material, constituído por objetos históricos, monumentos, paisagens e cidades consideradas de relevância para o país. (BAHIA, 1967) Acrescenta-se que somente com a Constituição Federal de 1988 a preservação do patrimônio imaterial passou a ser reconhecida de relevância para a cultura brasileira. A Constituição também oficializou a criação de instituições responsáveis pela preservação dos bens culturais em todo o país.

O processo para institucionalização do patrimônio no Brasil, resultante do reconhecimento do Estado Federativo com a preservação do patrimônio cultural, ocorreu mediante apresentação do Decreto nº 25 de 30 de novembro de 1937, que instituiu o Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) para fins de proteção do bem cultural, por meio da utilização de instrumentos legais, como inventários e tombamentos. Este documento passou a operar como instrumento norteador para a criação e o funcionamento dos museus brasileiros. (BRASIL, 1937)

As discussões voltadas para a preservação do patrimônio cultural, musealizado ou não, permeiam o âmbito da esfera política, desde a Constituição de 1934 até os dias atuais, por ser esse patrimônio um instrumento de afirmação das culturas nacionais, “compostas não apenas de instituições culturais, mas também de símbolos e representações” (HALL, 2003, p. 51)

No entanto, esses bens culturais tangíveis ou intangíveis, presentes nos museus, costumam apresentar, através de suas exposições, narrativas acerca da memória dos grupos que os legaram. Com isso, o Estado Brasileiro, reconhecendo a importância do patrimônio cultural de natureza material e imaterial, determinou, por meio da Constituição Federal de 1988, no artigo 215², a proteção dos bens culturais, por considerá-los relevantes para a formação identitária da nação. Para tanto, conferiu aos estados e municípios a responsabilidade de proteção desses bens. Eis a definição de patrimônio cultural apresentada no texto Constitucional, em seus Art. 216:

O Patrimônio Cultural Brasileiro é composto pelos bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjuntos, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade

² O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

§ 1º O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.

§ 2º A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais. (BRASIL, 2012 p. 124)

brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, os objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (BRASIL, 2012, p. 124)

Com base na definição acima, observa-se que os bens culturais das instituições museológicas brasileiras possuem origens diversas que decorrem de povos de matrizes indígenas, europeias, africanas e asiáticas. Nesse sentido, os acervos dos museus baianos resultam da junção dessas matrizes culturais, responsáveis pela formação da sociedade brasileira. Além disso, o texto constitucional chama atenção para o reconhecimento do patrimônio imaterial, salientado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), em reunião da Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Imaterial, em 2003. Este documento define o patrimônio cultural imaterial como sendo toda forma de expressão, saber e fazer, lugar e ofício referente a uma comunidade ou a um grupo social. Também reconhece que esses bens imateriais são constituídos por elementos de diversas culturas e que a apropriação pelos integrantes de uma determinada localidade costuma resultar na recriação de outros bens culturais que os identificarão.

O reconhecimento e a proteção dos bens materiais e imateriais como de relevância para a formação e manutenção de identidades desencadeiam sua musealização ou sacralização, tornando-os parte dos acervos dos museus, uma instituição aberta ao público com a finalidade de preservação desses testemunhos culturais. No decorrer do século XX e início do XXI, o conceito de museu passou por reformulações realizadas por profissionais e pesquisadores membros do Conselho Internacional de Museus (ICOM), como a definição de 1951, onde o museu era visto como estabelecimento responsável apenas pela guarda de acervos de natureza material. Esta concepção foi ampliada em 2007³, quando se passou a considerar que a instituição tem a responsabilidade de preservar o acervo tangível e intangível e com a formação e o desenvolvimento da sociedade. Os conceitos apresentados pelo ICOM são considerados por Poulot (2013) como referências na questão da intangibilidade dos bens culturais, que traz, na sua essência, uma carga simbólica importante para o conhecimento desse patrimônio cultural no contexto de origem.

³ Definição de museu de 2007: “uma instituição permanente, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público, que adquire, conserva, estuda, expõe transmite o patrimônio material e imaterial a humanidade e de seu meio ambiente, com fins de educação e deleite. (CONCEPTOS..., 2010, p. 52)

2. 2 INSTITUCIONALIZAÇÃO DOS MUSEUS VINCULADOS AS GESTÕES NO ÂMBITO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

A institucionalização dos museus brasileiros, especialmente as instituições museais baianas vinculadas à trajetória da Gestão de Museus, ocorreu segundo os moldes propostos pelos museus franceses no século XVIII, fundamentados no princípio da conservação dos objetos artísticos com relevância histórica e que resultaram dos saberes e fazeres produzidos em determinada sociedade, sendo também utilizados como estratégia à construção de uma identidade nacional. Mediante esta orientação, o poder público brasileiro assimilou e estimulou a criação dos museus, entendendo que esses bens culturais são significativos para a identidade da Nação brasileira.

Motivado por essa concepção de preservação dos bens culturais, ocorreu um movimento, em todo território brasileiro, direcionado à criação de museus nacionais, estaduais, municipais e privados. Segundo o *Cadastro Nacional de Museus* (IBRAM, 2011), o Brasil conta com 3.025 instituições museológicas, sendo que, destas, 152 estão localizadas no Estado da Bahia, primeira capital do país, caracterizada por uma cultura secular e diversificada, em consequência de sua formação sociocultural. Os dados provenientes do cadastramento de museus revelaram que, do total de 152 museus existentes na Bahia, 10 estão subordinados ao poder público representado pelo Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (IPAC), autarquia vinculada à Secretaria de Cultura do Estado da Bahia (SECULT).

Das instituições museais, vinculadas ao poder público baiano, destaca-se o Museu de Arte da Bahia (MAB), primeira “casa de memória”, criada em 1918 e constituída pelas coleções do então Museu do Estado, com peças de natureza etnológica, das ciências naturais, além da coleção do médico inglês Jonathas Abbott, telas de pintores europeus e baianos. Também abriga as coleções de mobiliário, numismática procedente da família Góes Calmon. O referido Museu, cujo acervo ornamentou casas rurais e urbanas de famílias da aristocracia baiana nos séculos XIX e XX, funcionou, desde a sua origem, no anexo do Arquivo Público na Rua Carlos Gomes – Centro; Solar Pacifico Pereira – Campo Grande; Palacete Góes Calmon – Joana Angélica e Palácio da Vitória – Corredor da Vitória, respectivamente. (MUSEU DE ARTE DA BAHIA, 1997)

Ceravolo (2011) assinala que o MAB retrata, com sua tipologia de acervo, um refinamento e sua utilização nas residências uma distinção de classe social, refletindo, portanto, apenas a identidade de parte da sociedade que compartilha o uso desses tipos de artefatos. Até mesmo a escolha do local de instalação do Museu testemunhou (e ainda

testemunha) residências de pessoas com alto poder aquisitivo, assinalando uma característica de dominação social estimulada pelo pensamento do grupo político e intelectual da época, que via, na preservação desses objetos, a manutenção da identidade dos baianos.

Outro museu que possui relevância para o patrimônio cultural baiano é o Museu de Arte Moderna da Bahia (MAM), criado em 1959, a partir do desmembramento da coleção de arte contemporânea pertencente ao acervo da antiga Pinacoteca do Estado. Essa Instituição, enquanto aguardava a conclusão da reforma do conjunto arquitetônico do Solar do Unhão, foi instalada provisoriamente, em 1960, no Foyer do Teatro Castro Alves. Após o término dos trabalhos de reforma, cujo projeto, a propósito, foi assinado por Lina Bo Bardi, deu-se a instalação, no Solar, da coleção de Arte Popular e que se constituiu no Museu de Arte Popular e no Museu de Arte Moderna da Bahia, este último constituído com telas de pintores brasileiros. Por determinação da Política Estadual de Cultura de 1964, essas instituições são unificadas com a denominação de Museu de Arte Moderna da Bahia. (MUSEU DE ARTE MODERNA DA BAHIA, 2008)

O MAB e o MAM foram, até o início de 1967, as únicas instituições referências para o campo museal baiano, vinculadas ao Governo do Estado da Bahia. Além desses museus estaduais, se destaca na esfera federal o Museu de Arte Sacra⁴, que abriga um magnífico acervo de obras religiosas e também um laboratório onde são desenvolvidos estudos teóricos e práticos do curso de Museologia, criado pela Universidade de Federal da Bahia (UFBA). Esta Instituição, como declara Santos (2014), é responsável pela formação de novos profissionais e criação de novas instituições, como o Museu de Ciência e Tecnologia⁵.

Além dos citados museus, outras instituições museológicas começaram a ser instituídas pelo Governo baiano. Em 1968, por exemplo, através do Decreto nº 20.529, foi criado, na localidade de Caboto, distrito de Candeias, o Museu do Recôncavo Wanderley Pinho (MRWP), inaugurado em 13 de fevereiro de 1971. Trata-se de um museu que está instalado no Engenho Freguesia, propriedade rural proveniente do século XVI e de grande relevância histórica e arquitetônica, “considerando a importância e o significado da Região do Recôncavo baiano para o desenvolvimento da economia e formação social da Bahia.” (BAHIA, 1968, p. 2) O acervo é composto por objetos que pertenceram aos antecessores da família de José Wanderley de Araújo Pinho.

⁴ O Museu de Arte Sacra da UFBA, localizado no Convento de Santa Tereza, foi inaugurado pelo então reitor Edgar Santos, em 1959. Em seu acervo, constam esculturas sacras e alfaías, provenientes do Convento e igreja de Santa Tereza, da Arquidiocese e da Sé Primacial do Brasil.

⁵ O Museu de Ciência e Tecnologia, criado pelo Governo do Estado, em 1979, é atualmente administrado pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). O acervo é composto por locomotiva, avião e outros equipamentos, como caleidoscópio.

O fato do Museu se encontrar fechado para visitação desde o ano de 2000, por apresentar sinais de comprometimento na estrutura física, conforme relatório da própria instituição fez com que pessoas residentes na localidade recorressem à Justiça para solicitar urgência na reabertura da unidade (BAHIA, 2013), uma atitude que ressalta o grau de pertencimento desses cidadãos, em parte, fundado nas memórias suscitadas por aquele monumento.

O processo de criação de instituições culturais museológicas, fomentado pelo Governo Federal e assimilado pelo Governo do Estado da Bahia como princípio de valorização da memória de fatos e pessoas relevantes à cultura local, prosseguiu pelo interior do estado da Bahia. Após a inauguração do Museu do Recôncavo Wanderley Pinho, se deu a inauguração do Parque Histórico Castro Alves (PHCA), na localidade de Cabaceiras do Paraguaçu, terra natal de Castro Alves. Este novo espaço, como menciona Boaventura (2006), pretende justamente retratar a vida e a obra do poeta.

Em 17 de dezembro de 1970, foi fundada a Casa de Cultura Afrânio Peixoto (CCAP), instituição cultural resultante de um projeto pioneiro desenvolvido pelo Governo Federal, instalada na cidade Lençóis, na Bahia. Esta Casa tem como patrono o médico legista Afrânio Peixoto e abriga parte do acervo pessoal e obras literárias de sua autoria. É a primeira instituição criada no Brasil com uma estrutura composta por auditório, biblioteca, teatro, voltada, como afirma Calabre (2009), para a valorização das *manifestações* da cultura do interior do país.

Além dos museus fundados na década de 1970, o governo baiano empreendeu, em 03 de dezembro de 1980, a criação do Museu Abelardo Rodrigues (MAR), a partir da compra do colecionador pernambucano, optando por localizá-lo no andar nobre do Solar Ferrão, no Centro Histórico de Salvador (Pelourinho). A oficialização dessa Instituição é resultado do empenho político do então Governador Antônio Carlos Magalhães em trazer, para a Bahia, essa importante coleção constituída por peças representativas da arte sacra cristã católica. (BAHIA, 2006)

Outra coleção de arte sacra católica, de importância equivalente à que está presente no Museu do Abelardo Rodrigues, é a do Museu do Recolhimento dos Humildes (MRH), localizado na cidade de Santo Amaro. Essa instituição, embora pertencendo a Congregação de Nossa Senhora dos Humildes desde 1983, passou a compor a estrutura dos museus administrados pelo Estado, mediante Convênio de Cooperação Técnica Administrativo, firmado entre a Congregação e a FUNCEB, à época, unidade gestora dos museus. (BAHIA, 1983)

O ano de 1997 marca a criação do Museu Tempostal (MT), a partir da compra, realizada pelo Governo da Bahia, de aproximadamente 40 mil peças, incluindo cartões-postais e fotografias com temáticas que retratam imagens da Bahia Antiga, dos estados brasileiros, países, além de outros temas pertinentes, como carnaval, flores e trajes típicos, que foram recolhidas pelo colecionador Antônio Marcelino. (BAHIA, 2010) Desse modo, a diversidade e a qualidade dos registros iconográficos, que compõem esse acervo, se constituem, desde a sua inauguração, numa fonte importante para os pesquisadores baianos.

Assim como os museus instituídos anteriormente, a criação do Museu Udo Knoff de Azulejaria e Cerâmica (MUK), instalado no Pelourinho, contou com a participação do Governo do Estado, por meio do IPAC, em conjunto com o Banco do Estado da Bahia (BANEB). Quando da extinção do BANEB, esse Museu, cujo acervo é formado por azulejos, pratos, garrafas e livros de encomenda, foi transferido para a administração do IPAC que, após a reestruturação física e de uma nova concepção expográfica, foi reaberto ao público em 2003.

Considerando o período em que foram criados, esses importantes museus, ainda hoje, atuam em consonância com as normas e princípios técnicos do museu tradicional. De acordo com Scheiner (2005), prevalece ainda, na maioria das instituições museológicas brasileiras o modelo tradicional, uma orientação dirigida apenas à apresentação dos objetos, com destaque para elementos estéticos, material, técnica, período e elementos ornamentais, presentes nas etiquetas utilizadas nas exposições museológicas. Em grande parte das exposições, não se percebe uma contextualização do objeto, configurando-se num museu contemplativo, característica que ocorre desde a origem dos primeiros museus.

2.3 A TRAJETÓRIA HISTÓRICA DAS GESTÕES DE MUSEUS DE 1967 A 2013

Norteada pela Constituição Federal, a Constituição do Estado da Bahia teve sua aprovação em 1967. Em seu Artigo 120 (BAHIA, 1967a), o documento defende a necessidade de incentivo às pesquisas científicas, tecnológicas, letras e às artes, salientando, no parágrafo único, que “os documentos, as obras e os lugares de valor histórico ou artísticos, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e as jazidas arqueológicas ficam sob a guarda do Poder público, na forma que a Lei estabelecer.” (BAHIA, 1967, p. 9) Ou seja, este artigo assegura, à Constituição baiana, a responsabilidade do Estado com a preservação do patrimônio cultural, consolidando, desse modo, a proteção dos bens culturais que representam a cultura da Bahia.

Com base no documento Constitucional de 1967 e após ter sido sancionada e publicada a Lei de Reestruturação da Secretaria de Educação e Cultura, deu-se a instituição, no mesmo ano, no âmbito do Departamento de Educação e Cultura (DESC), a Divisão de Museus e Patrimônio Histórico, cerne da institucionalização do campo dos museus da Bahia, cuja criação ocorreu em 13 de setembro de 1967, no Governo de Luís Viana Filho, por meio da Lei nº 2.464. A Divisão de Museus tinha a finalidade de estimular pesquisas, cursos, seminários, além de elaborar e fiscalizar os procedimentos de documentação, conservação, exposição dos acervos museológicos. (BAHIA, 1967b) Ao analisar as atribuições do referido documento, observa-se que estas foram delineadas a partir da concepção do museu tradicional.

Com a revogação da Lei nº 2.464, mas sem perder de vista as atribuições que norteiam o fazer museológico oficializados nessa Lei, o Governador Luís Viana promulgou, em 20 de janeiro de 1971, a Lei nº 2.879, que estabelecia a criação da Fundação Museus do Estado, subordinada diretamente à Secretaria de Educação e Cultura (SEC). (BAHIA, 1971) Tinha como propósito central gerir os Museus de Arte Moderna da Bahia, de Arte da Bahia, do Recôncavo Wanderley Pinho (1971) e a Casa de Cultura Afrânio Peixoto (1971), estes dois últimos localizados nas cidades de Candeias e Lençóis, respectivamente.

O Artigo 2 do inciso 5 da Lei nº 2.879 chama atenção para a atribuição da Fundação Museus do Estado de “manter registro, bem como regular e controlar as atividades dos comerciantes de antiguidades, objetos de arte e livros raros” (BAHIA, 1971, p. 1), determinação que, de certa maneira, assinala o caráter autoritário, além de invasivo do poder público sobre os bens culturais de propriedade privada. Tal conduta de controle do comércio de arte e que, hoje, nos causa estranhamento, justamente por refletir orientações de um governo de austeridade, sob o comando militar e de vigilância e proteção aos bens culturais representativos da nação brasileira, não reduziu a relevância da referida Fundação, cuja figura jurídica concedia autonomia no processo de gerenciamento dos museus, possibilitando, assim, o desenvolvimento nas atividades finalísticas das instituições museológicas, subordinadas a esta Fundação, e na utilização de recursos financeiros específicos para essas instituições.

Por sua vez, os interesses políticos, sustentados por nomes como “Rômulo Galvão, Mercedes Rosa, Renato Ferraz e Adalgisa Muniz de Aragão” (BAHIA, 2004, p. 29), resultaram na criação da Fundação Cultural do Estado da Bahia, ocasionando a extinção da Fundação Museus do Estado. Com a transferência de todo o patrimônio museológico para a Fundação Cultural, conforme a Lei nº 3.095, de 26 de dezembro de 1972, essa instituição foi criada com a missão de manter e difundir os acervos dos museus e das bibliotecas, bem como

fomentar as atividades relacionadas às linguagens artísticas, como a dança, a música e as artes cênicas. (BAHIA, 1972)

A Fundação foi inspirada no formato da Fundação Cultural de Brasília, cuja estrutura agregava as mais diversas linguagens artísticas. Por este motivo, esse grupo se empenhou, com o aval do então governador Antônio Carlos Magalhães, na criação da FUNCEB, que iniciou suas atividades administrando os museus já criados no mesmo prédio onde havia funcionado o Programa de Expansão e Melhoria do Ensino, na Rua da Flórida, Graça. (BAHIA, 2004)

Dois anos após a criação dessa Fundação, foi elaborado o primeiro estatuto apresentado através do Decreto 23.944, de 23 de janeiro de 1974, ficando evidenciadas as finalidades “de preservar o acervo cultural constituído; promover a dinamização e criação da cultura; difundir e possibilitar a participação da comunidade no processo de produção cultural.” (BAHIA, 1974, p. 1) A partir desse documento, considerado marco da Fundação novas instituições culturais se desenvolveram e outras foram criadas. Assim como o desenvolvimento das linguagens artísticas da Bahia.

Para dirigir essas instituições e desenvolver atividades ligadas à dança, música e teatro, foi nomeado o primeiro diretor executivo da Fundação Cultural do Estado da Bahia, Ramakrishna Bagavam dos Santos, que dirigiu essa unidade apenas por seis meses, sendo substituído por Luiz Meneses Monteiro da Costa (1974-1975). Ainda nesse período, foi elaborado o Estatuto da Fundação (1974), que definiu que as instituições museológicas já inauguradas deveriam ficar subordinadas a Divisão de Museus e Patrimônio Cultural, sob o comando de Carlos Eduardo da Rocha até 1974. (BAHIA, 2004)

De 1974 a 1979, os museus passaram a ser administrados por Jacyra Osvald, através da Coordenação de Museus. As atribuições desta Coordenação indicam ações direcionadas à preservação do acervo, estímulo à pesquisa e o intercâmbio entre os museus, além de outras orientações pertinentes ao campo museológico. Pontua-se que o aprimoramento dessas atribuições em relação às apresentadas em 1967, pelo Estatuto, compreendendo-se que, para o exercício das atividades museológicas dessa Coordenação, era necessária a realização de pesquisa referente aos acervos, assim como uma articulação entre os museus.

Com a saída de Luiz Monteiro da Diretoria Executiva da Fundação Cultural, o cargo foi ocupado pelo escritor Fernando da Rocha Peres (1975-1977), que fez o seguinte comentário ao assumir o novo papel: “a Fundação não tinha uma política cultural, estava tudo praticamente abandonado. Eu então assumi; primeiro para arrumar a casa e depois para tentar fazer alguma coisa.” (BAHIA, 2004, p. 39) O professor Fernando Peres promoveu mudanças

que tinham em vista a equiparação do salário de funcionários da FUNCEB com o do IPAC e substituições de Diretores. Isso levou à diversificação de atividades culturais, como as publicações de poesias da Coleção “Ilha de Maré”; contos da Coleção “Casa da Torre” e ensaios e biografias pertencentes à Coleção “Cabrália”. Quanto à área das bibliotecas, destaca-se o Programa “Carro Biblioteca” que leva livros e periódicos aos moradores dos bairros. (BAHIA, 2004)

Na área dos museus, foram realizadas cerca de 30 exposições e ações educativas, através do programa “O Museu vai à Escola”, que consistia em apresentar, para professores e alunos em sala de aula, o conteúdo referente ao acervo do Museu, uma prática importante e necessária para que, na visita ao museu, este público possa experimentar o aprofundamento do seu conhecimento.

Ainda de acordo com a publicação Memória da Cultura; 30 anos da Fundação Cultural do Estado da Bahia (BAHIA, 2004), em 1977, assumiu a Fundação o professor e antropólogo Valentin Rafael Simon J. Calderón, que deu prosseguimento aos projetos iniciados pelo seu antecessor, e atuou até 1979. É importante salientar que no período citado anteriormente e que compreende a 1977-1979 estava a frente da Coordenação de Museus, Jacyra Osvald que também incentivava e apoiava a realização dos procedimentos museológicos, sobretudo, das exposições e das ações socioculturais e educativas, com ênfase na implantação de projetos educativos, intitulados “O Museu vai à Escola” e “A Escola vai ao Museu”.

De 1979 até 1983, a Fundação Cultural passou a ser dirigida por Geraldo Magalhães Machado, sendo sua administração considerada uma “fase de ouro” pelos funcionários. Para Eulâmpia Reiber, a gestão do novo diretor significou um

[...] momento que se passou a trabalhar muito mais estreitamente em articulação com agentes culturais, com as comunidades, com a formulação clara de conceitos e de criação de instrumento de política cultural, com uma nova visão, uma visão mais participativa. (BAHIA, 2004, p. 46)

Essa maior participação se observa nas ações de dinamização como concursos, oficinas literárias, edição de publicação, feiras, lançamentos de livro, no programa “Museu Escola-Comunidades”, Pólo Cinematográfico da Bahia, Semana de Cultura no interior do Estado. Nesse período, a Coordenação dos Museus teve, à frente das atividades, o arquiteto Pasqualino Romano Magnavita (1979-1983). (BAHIA, 2004)

De 1983 a 1987, a FUNCEB foi dirigida por Olívia Gomes Barradas que, ao reformular a estrutura, manteve a Coordenação de Museus, que passou a funcionar como Departamento de Museus e Artes Plásticas (DEMAP), tendo, à frente, o artista plástico Zivé Giudice. Vale salientar que no período citado, exatamente em 1985, ocorreu uma cisão no Departamento que

resultou no Departamento de Museus, sob o comando do museólogo Heitor Reis (1983-1987), que promoveu várias ações, como cursos de capacitação para os funcionários daqueles espaços, a restauração do Museu do Recôncavo Wanderley Pinho e a requalificação das exposições do Museu de Arte da Bahia. Com a saída de Olívia Barradas, o cargo foi ocupado por José Carlos Capinan, no período de março a julho de 1987, porém, em meio a muitas desconfianças, por parte dos funcionários, que viam, na criação da Secretaria de Cultura, a extinção da Fundação. Nesse período, os museus do Departamento estavam sob a gestão do museólogo Manoel Paes Nunes. (BAHIA, 2004)

De acordo com as informações contidas na Memória dos 30 anos da Fundação Cultural do Estado da Bahia com a criação da Secretaria de Cultura, em 1987, Capinan deixou a FUNCEB para assumir a direção da nova unidade, ficando a Fundação sob responsabilidade de Florisvaldo Mattos (1987-1989). Essa gestão também compreendia a cultura da Bahia como plural e, por este motivo, incentivava a valorização da cultura de cada município. Este pensamento favoreceu o desenvolvimento das atividades culturais e também a criação de mais Centros de Cultura pelo interior do Estado.

Os museus, por meio do seu Departamento, conquistaram durante esta gestão, uma situação favorável, pelo fato de se encontrarem vinculados diretamente à estrutura da Secretaria de Cultura e sob o comando da museóloga Ana Silvia Liberato de Mattos (1988-1991), que priorizou as ações de conservação dos acervos e exposições e também aquelas de natureza socioeducativas.

Com a saída de Florisvaldo Mattos da Fundação Cultural, Ordep José Trindade Serra (1989-1990) assumiu o cargo de diretor. Em sua gestão, a Fundação Cultural, por meio do Decreto nº 5.121, de 6 de julho de 1989, foi transformada em Fundação das Artes, com o objetivo de promover e fomentar o desenvolvimento das linguagens artísticas. Quanto às realizações deste período, destacam-se a criação do Espaço Xis, a recuperação da Concha Acústica e a realização do Festival de Teatro Amador. (BAHIA, 1989)

Em 1991, a Fundação retomou a nomenclatura original, no caso, Fundação Cultural, e passou a estar vinculada à Secretaria de Educação e Cultura, administrada por José Augusto Burity (1991-2002), que, através da política cultural, buscou, assim como os seus antecessores, valorizar a cultura do Estado através da interiorização. Para isso, criou, na sua gestão, a Diretoria de Equipamentos Culturais e Ações Regionais (DECAR), com a finalidade de realizar essas ações nos municípios. Também procurou reestruturar os espaços culturais, inclusive, o Teatro Castro Alves, o Teatro XVIII, a Biblioteca Pública dos Barris e a Escola de Dança.

Ainda nesse período, a Diretoria de Apoio às Atividades Museológicas (DIMUS) foi dirigida pela museóloga Ana Maria Gantois (1991-1992), que, tal como sua antecessora, deu continuidade às exposições e ações educativas. Na sequência, assumiu Maria Francisca Gouveia Ribeiro (1992-2003), que priorizou a realização dos procedimentos museológicos voltados para a documentação, conservação, exposição e ações educativas. Sua gestão foi marcada pela inauguração do Museu Tempostal, em 1997, assim como pela inserção das exposições sobre os museus na Bienal do Livro. (BAHIA, 2004)

De acordo com a Lei nº 8538/2002, os museus foram transferidos para o IPAC autarquia, criada em 1967, com o intuito de preservar o patrimônio cultural da Bahia. Ainda hoje, são desconhecidas as razões dessa mudança. Não foi exposta, por parte da Diretoria da Fundação ou mesmo da Secretaria, uma justificativa convincente para essa medida. Tudo o que se sabe são suposições de que os “museus lidam com patrimônio, portanto, tinham que ir para o IPAC” ou mesmo “pelo alto custo da manutenção dos museus e das ações desenvolvidas por essa instituição”. Esta última, talvez, seja a razão mais aceitável, por se tratar de fundo administrativo. Isso significaria mais recurso para o desenvolvimento das atividades voltadas apenas para a dança, a música, o teatro e o audiovisual.

Entre 2003 e 2004, o IPAC foi administrado pela museóloga Heloísa Helena Gonçalves da Costa, que, após seis meses do início da sua gestão, apresentou o Regimento deste Instituto, assinado pelo então Secretário Paulo Renato Dantas Gaudenzi. Este documento determina, em seu Art. 15, que a Diretoria de Museus tem por finalidade

Dirigir, coordenar, supervisionar e controlar os museus vinculados, promovendo a identificação, a preservação, a educação patrimonial e a dinamização dos seus acervos, e apoiar, quando solicitado, museus de outras esferas administrativas. (BAHIA, 2003a, p. 10)

Esse regimento esclarece que a estrutura administrativa da DIMUS é constituída não apenas pelos museus do Palácio da Aclamação - PAC; Museu Wanderley Pinho; Museu Abelardo Rodrigues; Parque Histórico Castro Alves; Museu de Azulejaria Udo Knoff, mas também pelas Subgerência de Documentação e Pesquisa; Subgerência de Conservação; Subgerência Técnica e Administrativa; Subgerência de Dinamização dos Museus.

A inclusão das subgerências na estrutura da DIMUS constituiu, na época, um mecanismo empregado para auxiliar a realização dos procedimentos museológicos, desenvolvidos nos museus da DIMUS, como também o atendimento das solicitações externas, pertinentes ao fazer do museológico, a exemplo da emissão de pareceres técnicos para criação de museus e de intervenções efetivas em exposições.

Em conformidade com o Regimento do IPAC, os museus da DIMUS desenvolveram ações durante o referido período, direcionadas às exposições e ações socioeducativas, envolvendo escolas do entorno das instituições museais, além dos projetos de valorização da cultura baiana, coordenadas pela museóloga Eliene Bina que dirigiu a DIMUS, no período de 2003 a 2007.

Por decisão do Secretário de Cultura e Turismo, tomada em julho de 2004, o IPAC passou a ser dirigido pelo antropólogo Júlio Santana Braga, que, até a conclusão da sua gestão em 2006, desenvolveu ações de preservação do patrimônio material e imaterial como os tombamentos de terreiros de candomblé, restauração de monumentos e manteve as ações já realizadas pelos museus, destacando-se a aprovação do projeto de restauro do Museu do Recôncavo Wanderley Pinho e a participação de técnicos da DIMUS na elaboração do Eixo 3 – de Formação e Capacitação em Museologia da Política Nacional de Museus.

Entre 2007 e 2013, o IPAC foi administrado pelo arquiteto Frederico Mendonça, que priorizou, em sua gestão, a proteção do patrimônio imaterial, com registros de manifestações culturais, educação patrimonial na região da Chapada Diamantina, e a recuperação física de monumentos históricos. Para o campo dos museus da DIMUS, o novo diretor nomeou a museóloga Ana Silvia Liberato (2007-2008), que, ao se tornar responsável pelo desenvolvimento das ações inerentes ao campo da Museologia, estabeleceu as ações socioculturais e educativas nos museus subordinados a essa Diretoria como meta principal. Importante também, nessa gestão, foi o processo de articulação com outras instituições museológicas e do alinhamento com os projetos do MinC, a exemplo da Semana de Museus e do Projeto Político Pedagógico, coordenado pela Professora Maria Célia Teixeira Moura Santos, juntamente com técnicos da DIMUS e professores de escola pública. Infelizmente, esse projeto não foi aplicado, em virtude da exoneração da Diretora Ana Liberato, em 2008. (BAHIA, 2014a)

Por este motivo, o Diretor do IPAC Frederico Mendonça, a pedido do Secretário de Cultura da época, nomeou Daniel Rangel para o cargo de Diretor da DIMUS, este que, embora tendo conhecimento da elaboração do Projeto Político Pedagógico, não o colocou em prática, privilegiando ações de maior repercussão de mídia e também de relevância nesse campo, como o I Encontro Baiano de Museus, a implantação de uma nova estrutura dessa Diretoria, com a criação do Núcleo de Sistema, cuja finalidade era fazer a articulação entre os museus dessa Diretoria e as demais instituições culturais presentes no território baiano para criação de um Sistema Estadual de Museus.

O fato de Daniel Rangel não ser museólogo gerou incômodo em muitos profissionais da museologia que testemunharam sua gestão, esta que também causou muitas polêmicas, em virtude das ações empreendidas pelo Diretor, que se mostravam contrárias aos procedimentos de uma gestão de museu. Por exemplo, esse gestor promoveu a destituição dos diretores de museus e uma reestruturação na DIMUS, instituindo os Núcleos de Museologia, Administrativo, Produção, Comunicação e o de Arte e Educação. O gestor também descumpriu o Regimento do IPAC, sobretudo, os artigos nº 18 e 19, que especificavam os cargos em Comissão e suas atribuições, a exemplo dos cargos de Diretor dos Museus da DIMUS. (BAHIA, 2014a)

Apenas em 2011, com o início de uma nova gestão na Secretaria de Cultura e com a manutenção de Frederico Mendonça por mais uma gestão à frente do IPAC, é que a DIMUS passou a ser comandada pela museóloga Maria Célia Teixeira Moura Santos, que apresentou como metas para sua gestão a administração das unidades museológicas e a criação do Instituto Baiano de Museus (IBAM). O documento final, elaborado em 2012, já esboçava toda a estrutura organizacional do IBAM, evidenciando os setores administrativos e técnicos que constituiriam esse Instituto. Com a finalização, esse documento foi encaminhado à Casa Civil e até a finalização do período desse estudo não houve nenhuma previsão de quando e se realmente será criado esse Instituto. (BAHIA, 2014a)

No entendimento dos profissionais da Museologia baiana, a homologação dessa nova estrutura possibilitaria maior autonomia no gerenciamento dos museus, tendo em vista que o IBAM define como princípios a formulação de políticas museológicas e o acompanhamento dos processos museológicos. Além da elaboração da documentação para criação do IBAM, existia, por parte dessa Diretoria, uma preocupação maior em solucionar as deficiências na parte estrutural dos espaços, como pode ser visto no diagnóstico da Gestora.

Com a saída da Maria Célia da direção da DIMUS, em janeiro de 2013, o cargo foi ocupado pela museóloga Ana Silvia Liberato de Mattos, que já fazia parte da equipe da administrativa anterior no cargo de Coordenadora Técnica. Ao aceitar dirigir pela terceira vez a DIMUS, deu continuidade às atividades museológicas programadas, de requalificação de espaços, como o do Parque Histórico Castro Alves, exposições e ações socioeducativas e mais a revisão e finalização do texto da Política Setorial de Museus. (BAHIA, 2014a)

Dessa forma, foi apresentada a trajetória dos museus que estão sob a administração da Secretaria de Cultura do Estado da Bahia, com base nas gestões da FUNCEB e do IPAC, responsáveis por nortear a política de cultura para os museus, aspecto que será analisado no capítulo seguinte. Para melhor entendimento dessa trajetória foi elaborada e apresentada na

página seguinte a linha do tempo com base nas pesquisas realizadas nos documentos jurídicos e administrativos.

TRAJETÓRIA POLÍTICA/ADMINISTRATIVA DA INSTÂNCIA DE GESTÕES DOS MUSEUS PERTENCENTES AS SECRETARIAS DE EDUCAÇÃO, DE CULTURA E DE TURISMO DO ESTADO DA BAHIA



3 POLÍTICA CULTURAL NO BRASIL E NA BAHIA

Este capítulo apresenta o panorama político e cultural no Brasil e na Bahia correspondente ao período de 1967 a 2013, destacando o modo como as políticas de cultura, apresentadas no âmbito federal e estadual, contribuíram para fundamentar ações direcionadas à elaboração de políticas museológicas e ações socioculturais e educativas na Diretoria de Museus. Para tanto, faz-se necessário dialogar com alguns conceitos, como Estado, Governo e Política pública, aqui considerados essenciais nas discussões sobre a formação das políticas culturais definidas pelo Poder público, voltadas para o campo dos museus. Nesse sentido, recorreu-se ao suporte teórico elaborado a partir dos estudos de Fonseca (1997), Bobbio (2012), Souza (2006), Rubim (2007), Dias (2008), Brant (2009), Aristóteles (2011), Coelho (2012) e Maia (2012), documentos constitucionais e institucionais dedicados, por exemplo, à Política Nacional de Museus.

3.1 POLÍTICA, ESTADO, GOVERNO, POLÍTICAS PÚBLICAS, PODER NO CAMPO DA CULTURA

Para Scheiner (2005), as discussões sobre as políticas públicas de cultura e as ações relacionais, elaboradas a partir do tripé Homem-Meio-Objeto, ocorrem também no campo dos museus. À luz desse pensamento, o homem tem um papel importante na elaboração e na implementação de uma política capaz de beneficiar ou não um determinado grupo social. Isso ocorre porque esse homem, na concepção de Aristóteles (2011), é um “animal político” pela sua capacidade de viver em sociedade e de expressar, por meio da palavra, ações em benefício da sociedade.

O homem, na concepção de Aristóteles (2011, p. 115), traria, na sua essência, uma aptidão nata para fazer política, esta que se encontra presente “[...] em todas as ciências e em todas as artes o alvo é um bem; e o maior dos bens acha-se principalmente naquela dentre todas as ciências que é a mais elevada; ora, essa ciência é a Política e o bem em Política é a justiça, isto é, a utilidade gera”

Cumprido ressaltar que a teoria aristoteliana sobre política vem suscitando, ao longo do tempo, o interesse de pesquisadores, como Dias (2008), que analisa o termo política sobre três aspectos: o primeiro se refere a uma “ação de governo”, liderada por um representante do Poder público; o segundo é definido a partir da constituição de grupos com interesses específicos e o terceiro visto como sistema político institucionalizado ou não em busca do poder. O autor prossegue afirmando que a política, como atividade do homem, se define como

“o conjunto de operações realizadas por indivíduos, grupos ou órgãos do Estado com objetivo de obtenção de bem público” (DIAS, 2008, p. 4), ou seja, identificando a política como uma estratégia de construção e manutenção do poder, tendo o Estado como proponente desse poder, a exemplo das instituições museológicas vinculadas, durante a trajetória da Gestão de Museus, submetidas às determinações institucionais superiores, regidas por uma política desenvolvida a partir da agenda do grupo político dirigente do Estado da Bahia.

A dominação técnica e política, exercida pelos representantes do poder político, reforça a concepção de Bobbio (2012), quando este afirma que, sendo a política um produto resultante da atividade humana, implica em poder obtido pela hierarquização de indivíduos nos grupos familiar, religioso e institucional. O mesmo autor oferece a seguinte declaração:

Esse poder é analisado como uma relação entre dois sujeitos dos quais o primeiro obtém do segundo um comportamento que, em caso contrário, não ocorreria. Enquanto relação entre dois sujeitos, o poder assim definido está estritamente ligado ao conceito de liberdade; os dois conceitos podem então ser definidos um mediante a negação do outro: ‘O poder de A implica a não-liberdade de B’, ‘A liberdade de A implica o não poder de B’.. (BOBBIO, 2012, p. 78)

Esse poder relacional, segundo Bobbio (2012), age sobre o indivíduo de forma coercitiva nas esferas econômica, ideológica e política, considerando que elas estão presentes no campo dos museus, a exemplo dos que são administrados pela Gestão de Museus, onde o conhecimento específico desses agentes museólogos os credencia ao desenvolvimento das atividades técnicas pertinentes ao campo museológico. No entanto, esses museólogos são submetidos aos representantes legitimados pelo Poder público, os quais administram consubstanciados nos conhecimentos técnicos museológicos, porém, subordinados às questões econômicas e culturais de interesse do grupo político que integram a estrutura do Estado.

Dias (2008) defende que o Estado é uma organização que deve fomentar, desenvolver e coordenar ações realizadas pelos indivíduos em benefício da manutenção da ordem e da paz. Além disso, ressalta que o Estado é constituído pelo território compreendendo-se pelos aspectos físicos, econômicos e sociais e que, portanto,

[...] condicionam a existência do Estado, pois para o Estado surgir é necessário que haja uma comunidade humana e um território onde ela se estabeleça de forma perene. O estado é essencialmente intangível, imaterial, uma entidade percebida somente pela razão. (DIAS, 2008, p. 92)

A estrutura política do Estado, de acordo com Dias (2008), está representada por atores sociais com papéis, posição e *status* que, a todo tempo, se sobrepõe sobre outros indivíduos, dentro de um determinado local, estabelecendo a imposição de uma ideologia, em que os agentes se utilizam da força para a conquista e manutenção de uma ideia ou atividade. Por

outro lado, na concepção de Bourdieu (2014), na estrutura do Estado, os agentes sociais são orientados a transmitir os princípios considerados por esse grupo social dominante como uma “verdade”, representando uma ordem pública e que se expõe para sociedade por meio das instituições estatais, regulamentadas através dos mecanismos jurídicos determinados pelos princípios do legislativo, que foram elaborados conforme as especificidades e apresentados como uma orientação a ser seguida pelos que atuam, por exemplo, no campo das instituições museológicas subordinadas a DIMUS.

É importante assinalar que esses museus estaduais estão amparados pelos princípios e projetos políticos executados pelo governo, definido como “[...] conjunto de órgãos estáveis que atualizam, coordenam, instrumentam e orientam a ação política que se expressa como fins do Estado e que se desenvolve no exercício de suas funções básicas: executiva, legislativa e jurídica.” (DIAS, 2008, p. 125)

Assim, o governo tem a função de executar as normas estabelecidas pelo Estado através de sua rede hierarquizada de instituições de natureza constitucional, ou seja, de poder de mando, no caso, das instituições do executivo. Vale salientar que esses projetos políticos podem ser extintos ou reformulados após quatro anos, período para que seja eleito um novo governo, no caso específico do Estado da Bahia, significando a descontinuidade de projetos importantes para o Estado.

Ainda sobre a concepção de Estado, cumpre mencionar que um território é constituído por indivíduos com características subjetivas e coletivas, como a língua e outros elementos culturais que constituem o capital simbólico. Isto significa que cada local tem sua identificação cultural, que o representa e o difere de outros territórios. Por conseguinte, essa pluralidade e, ao mesmo tempo, singularidade se baseia em um conceito de nação, caracterizado como um

[...] processo de unificação, de integração, de afirmação das particularidades (do específico, do singular) próprias, de solidariedade coletiva, ao mesmo tempo em que o grupo se afirma como diferente em relação a outros povos, outros grupos sociais, exigindo sua autonomia. (DIAS, 2008, p. 100)

Portanto, esses elementos que constituem uma nação são referenciais determinantes no processo de construção da cidadania, “condição que pressupõe uma relação democrática entre o indivíduo e o poder.” (DIAS, 2008, p. 106) Dessa maneira, a conduta participativa desse agente social, frente às instituições e ações sociopolíticas, possibilita o exercício do poder exercido nas escolhas de representantes e em defesa dos direitos assinalados no Art.1º da C.F (1988), que trata dos direitos e fundamentos do estado democrático, destacando, no inciso II, o tema Cidadania.

Embora tais referenciais constituintes de uma nação estejam presentes na vida do cidadão, nem sempre é possível que o cidadão tenha o seu desejo atendido. A eleição dos governantes do Brasil, por exemplo, é uma prática democrática exercida por seus cidadãos. Raramente, o eleito e mesmo os seus programas resultam da vontade do cidadão. Isto se deve, em parte, ao desinteresse do indivíduo na vida política de uma nação e, na maioria das vezes, à dificuldade apresentada pelos políticos, legisladores, por meio dos textos elaborados pelo governo.

Como parte dessa discussão sobre cidadania, é necessário compreender que o agente social é um sujeito imbuído de valores que o identificam como pertencente a uma nação, sendo esses valores uma importante estratégia para manutenção de uma identidade. Para Brant (2009), a identidade é um recurso que legitima o indivíduo em direitos e deveres, a partir inicialmente da construção da sua subjetividade, reconhecidos nos caracteres culturais que o diferem de outras culturas. O mesmo autor afirma que a identidade é algo crucial para o estudo de políticas, pois “além de dar sentido a um território cultural, reúne dentro de si elementos simbólicos compartilhados entre um grupo de tal modo que garante a sua soberania como nação”. (BRANT, 2009, p. 34) Mas esse conceito vem se transformando em razão da compreensão da dinâmica da cultura, porque pensar uma Nação brasileira como identidade nacional, é limitador pela própria formação histórica e social do povo brasileiro, com multidentidades e em constante mudança. O termo identidade tem sido substituído, segundo Coelho (2012, p. 222), por identificação, significando

[...] mais do que um sistema, armado por unidades de significado perenes, o que se teria hoje seria um processo de unidades cambiantes, enquanto significantes e significados, no qual os indivíduos e grupos entram e do qual saem intermitentemente, ao sabor de motivações de diversificadas origens. Ora, a identificação cultural se faz com determinados elementos, ora com outros.

Além disso, para Coelho (2012), os novos recursos tecnológicos decorrentes da comunicação de massa, surgidos principalmente no século passado, foram cruciais para a ressignificação da subjetividade dos agentes, o que pode causar o enfraquecimento do indivíduo na sua essência. Por outro lado, esta contribuição do mundo globalizado pode possibilitar uma releitura dos valores culturais de uma sociedade, significando que a

[...] globalização deveria potencializar o processo de construção e consolidação de uma identidade própria, legitimada por escolhas e vínculos de herança. Isso se for permitido ao cidadão o acesso irrestrito e não mediado por mecanismo de controle, a conteúdos de todas as culturas. (BRANT, 2009, p. 35)

Para Brant (2009), o Estado tem o poder de mediar a relação entre os bens culturais e o cidadão, como forma de dominação e de controle da sociedade, se utilizando das instituições

governamentais nos mais variados contextos políticos, econômicos e sociais. No contexto cultural, este controle favoreceu a proteção e impulsionou a formação cultural do cidadão brasileiro, de modo que fossem utilizados, nas criações artísticas, elementos característicos da sociedade do século XIX e início do XX, ainda que com resquícios da cultura europeia.

A partir da década de 1920, os ideais sociopolíticos e culturais, defendidos pelos intelectuais, políticos e artistas modernistas de valorização das expressões “nativistas”, ganharam força, motivando a busca por uma “identidade nacional”. Por outro lado, a participação desses intelectuais, durante o Estado Novo, sobretudo, nos processos de intermediação entre o estado e a sociedade, contribuiu para a formação da Nação, sendo que as “instituições culturais atuavam como organizadores da cultura, como mediadores entre o Estado e a Sociedade, entre a cultura e povo”. (FONSECA, 1997, p. 134-35)

O fato é que o Estado, por meio das instituições responsáveis pela preservação do patrimônio cultural, como estabelece o Art. 215 do texto constitucional, tem a responsabilidade de proteger o conjunto de bens culturais, através dos governos nos planos federal, estadual e municipal, criando instituições de caráter preservacionistas, como museus, bibliotecas e arquivos. Trata também da formulação e implantação de políticas públicas fundamentadas em discussões conceituais de natureza econômica, política e social que ocorre no âmbito do governo, como forma de atender as demandas da sociedade. Isto significa que a “[...] formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real. (SOUZA, 2006, p. 26)

Dessa forma as políticas públicas são utilizadas pelo Estado como forma de atender as demandas surgidas na sociedade, sendo necessária, para isso, a participação das instituições governamentais legitimadas pelo poder político, assim como da sociedade civil por meio das Organizações Não-Governamentais (ONGs), Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs) e as Associações e Conselhos e categorias profissionais, a exemplo do Conselho Regional de Museologia – 1ª Região (COREM), com sede em Salvador, Bahia. Portanto, a política pública surge das necessidades econômicas, sociais e culturais decorrentes da sociedade, sendo o Estado representado por instituições responsáveis pela elaboração e a oficialização da mesma, podendo se configurar em uma política de estado ou de governo.

Ao considerar que as políticas públicas são construídas no universo das instituições governamentais e envolvem decisão política, é importante destacar que uma política de Estado, como explica Oliveira (2011), passa por uma discussão em várias instâncias da estrutura organizacional do Estado até o responsável pela aprovação. Trata-se de uma política

institucionalmente mais forte e não sofre modificação com a mudança de governo, ao passo que a política de governo, através das instituições, visa atender e responder as demandas apresentadas por uma agenda de um governo e com menor durabilidade. Dessa forma, é possível concluir que as políticas públicas de Estado ou de Governo, apesar de nascerem das necessidades suscitadas nas sociedades, estão submetidas sempre ao poder público que determina, conforme seus interesses políticos, econômicos e sociais, o que deverá se tornar uma política de Estado ou de Governo.

Como parte da política do Estado Brasileiro, destaca-se a política cultural, protegida pela Constituição Federal no Art. 216, que impõe ao Estado o dever de preservar o patrimônio cultural desta Nação, seja musealizado ou não, mas representativo para memória da União. A necessidade de criação de políticas públicas culturais resultou no texto que complementa o Art. 216 da Emenda Constitucional nº 71 de 2012, que estabelece:

O Sistema Nacional de Cultura, organizado em regime de colaboração, de forma descentralizada e participativa, institui um processo de gestão e promoção conjunta de políticas públicas de cultura, democráticas e permanentes, pactuadas entre os entes da Federação e a sociedade, tendo por objetivo promover o desenvolvimento humano, social e econômico com pleno exercício dos direitos culturais. (BRASIL, 2012, p. 124)

Este artigo suplementar ressalta o papel do *Sistema Nacional de Cultura* frente às políticas culturais. Contudo, apresenta como parâmetro inicial o conceito definido através da reunião da UNESCO como “um conjunto de princípios operacionais, práticas, administrativas e orçamentárias e os procedimentos que fornecem uma base para a ação cultural do Estado.” (UNESCO, 1969, p. 4) Este conceito ratifica a responsabilidade do Estado em promover políticas públicas voltadas para a preservação das expressões culturais, estejam estas no campo do tangível e do intangível. Isso evidencia, para Rubim (2007), a predominância do papel do Estado na proteção dos bens culturais, quando, na verdade, deveria haver uma maior participação de outros agentes da área cultural e empresarial, atuando conjuntamente com as instituições governamentais na promoção de políticas públicas culturais.

3.2 PANORAMA POLÍTICO CULTURAL NO BRASIL DE 1967 A 2013

Embora o recorte temporal adotado no presente estudo contemple o período de 1967 a 2013, o ponto de partida para a análise das políticas culturais no Brasil remonta aos anos de 1930, durante o Estado Novo, no governo do Presidente Getúlio Vargas, quando o Brasil passou por mudanças significativas no campo da economia, cultura e política, como a “industrialização; urbanização; modernismo cultural e construção do estado nacional

centralizado, política e administrativamente, são algumas das faces do renovado país.” (RUBIM, 2007, p. 14)

Com efeito, o Brasil da Era Getulista se preocupava mais com a produção nacional e com investimentos capazes de fortalecer o país internamente, a partir de uma política direcionada, inclusive, para uma redefinição na produção de saberes, buscando estudos que alimentassem e incrementassem, na população brasileira, a necessidade de uma consolidação do conceito de Identidade cultural nacional, construída a partir de suas necessidades meramente internas.

Toda essa efervescência experimentada pelo Estado Brasileiro foi fundamental para o desenvolvimento das políticas públicas de cultura, cujos alicerces foram criados no Governo de Getúlio Vargas, precisamente na gestão do Ministro da Educação e Saúde Gustavo Capanema, quando muitas leis e projetos foram implantados no campo da cultura, a exemplo do projeto de lei apresentado em 1930 pelo Deputado Federal baiano, José Wanderley de Araújo Pinho. Este projeto determinava a proteção do patrimônio edificado e objetos de arte com representatividade histórica e artística para a cultura nacional. Trata-se de um decreto que fundamentou o anteprojeto do SPHAN, criado por Mário de Andrade, que estabelece a proteção de bens móveis e imóveis de relevância para a cultura nacional, como também definia a criação de museus correspondentes aos livros de tombo. Tendo em mente o aspecto temporal acerca desse Decreto, vale salientar que houve um significativo avanço em relação ao projeto de lei apresentado por Wanderley Pinho e que resultou no reconhecimento de outros bens culturais correspondentes ao patrimônio natural e aos bens culturais de natureza imaterial representativos da Nação Brasileira.

Ainda sobre este Decreto e a política praticada pelo IPHAN, a definição dos bens a serem patrimonializados estavam fundamentados na representatividade da classe dominante de origem europeia, relevantes para a Cultura Nacional, como os edifícios urbanos e rurais outrora residências de nobres e grandes latifundiários do açúcar e do café. A estratégia política, utilizada para proteção desses monumentos, foi a cessão dessas edificações civis e religiosas para instalação de instituições museológicas, a exemplo dos museus vinculados a Gestão de Museus correspondente a instância administrativa da Fundação de Museus do Estado da Bahia, a exemplo do Museu do Recôncavo Wanderley Pinho, instalado no Engenho Freguesia, e do Museu do Recolhimento dos Humildes, instalado no Convento de Nossa Senhora dos Humildes, ambas as construções do século XVIII. É fato, que a maioria dos bens móveis patrimonializados é representativa do grupo social dominante. Por outro lado, a musealização dos objetos provenientes de grupos dominados, embora preservados

estrategicamente como símbolos de poder, são também elementos que remonta a construção social desse grupo.

É inegável que a importância da criação do IPHAN para a política cultural brasileira, que “valorizava o nacionalismo, a brasilidade, a harmonia entre as classes sociais, o trabalho e o caráter mestiço do povo brasileiro.” (RUBIM, 2007, p. 16) Além do IPHAN, outras instituições surgiram no país, na gestão do presidente Getúlio Vargas, com a finalidade de elaborar e implementar políticas públicas no campo cultural. Segundo Brant (2009), em 1938, foi criado o Conselho Nacional de Cultura (CNC), com o objetivo de oficializar a participação do estado no âmbito da cultura através da elaboração de uma política cultural.

Ainda com o propósito de constituir uma política de cultura, é instituído o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), o qual, na concepção de Rubim (2007), foi também um órgão responsável pela censura das atividades culturais e, ao mesmo tempo, um incentivador de novas produções culturais e de controle sobre os artistas. Para Calabre (2009), essas instituições culturais tiveram seus projetos continuados nos governos subsequentes ao Período Getulista, representado pelos presidentes Gaspar Dutra, Café Filho, Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros, João Goulart e Humberto Castelo Branco. Vale ressaltar que esses presidentes e os seus sucessores até meados da década de 1980 representavam um período de absoluta repressão política.

Maia (2012) escreve que o ano de 1967 marca o final do mandato do presidente Castelo Branco e destaca, entre outros feitos, a promulgação da Constituição Federal, que conferia amplos poderes ao Estado, principalmente, no âmbito da segurança nacional, o que significava mais autonomia e poder para combater toda e qualquer reivindicação e movimento contrários aos princípios políticos, determinados pelo Governo. Isso significou o cerceamento das expressões culturais do país, ao tempo que utilizou as instituições culturais e suas políticas para valorização do sentimento nacionalista.

No entanto, o reconhecimento da importância do papel da cultura na manutenção dos ideais nacionalistas, possibilitou no governo do presidente Costa e Silva, a criação do Conselho Federal de Cultura (CFC) como órgão normativo e de assessoramento do Ministério da Educação e Cultura, com a finalidade de elaborar políticas culturais interessadas na valorização dos bens culturais representativos do Estado Brasileiro. (MAIA, 2012) Nesse sentido, a criação desse órgão, na estrutura do Estado foi, de certo modo, uma atitude importante, ainda que esses bens culturais fossem utilizados como instrumentos de controle e poder.

Com efeito, atribuição do CFC era de valorizar os bens culturais, o fortalecimento de instituições que atuam no campo da cultura e também no incentivo à criação dos Conselhos Estaduais de Cultura, cuja finalidade consistia em proteger e estimular a cultura dos Estados e Municípios da Federação. Portanto, como ressalta Calabre (2013), esses Conselhos eram norteados pela política cultural macro, estabelecida pelo CFC, de modo a se estabelecer uma rede de cultura. Assim, o Estado conseguia manter o controle das expressões artísticas e culturais praticadas em todo o território nacional, só sendo aceito e liberado os produtos culturais que não tivessem um conteúdo social crítico.

Para Calabre (2009), a vigilância e o controle continuavam com a instalação de um novo governo militar em 1969, sob o comando do presidente Emílio Garrastazu Médici, que manteve o lema da valorização dos bens culturais representativos da História do Brasil. No campo das instituições culturais, deu-se a criação do Departamento de Assuntos Culturais (DAC), com a missão de elaborar a política cultural, enquanto que o CFC passava a funcionar como o órgão executor das políticas de cunho nacionalistas, respaldadas nas manifestações culturais e nos bens de valor histórico e artístico.

Para Maia (2012), os elementos que constituíam a cultura brasileira foram, durante o Regime Militar, largamente utilizados e priorizados, culminando com a realização do Encontro de Governadores em Brasília, no período de 1 a 3 de abril de 1970, resultando em propostas para inserção, nos currículos escolares, de disciplinas que abordassem a importância do patrimônio histórico, da mesma forma que ressaltava a importância dos museus como ferramentas nesse processo formativo.

Apesar do cerceamento das expressões culturais, o encontro foi muito importante, visto que inseriu, numa agenda de governo, a necessidade de conhecimento dos bens patrimoniais, ou seja, o exercício da prática voltada para a educação patrimonial, compreendendo também os museus como espaços de educação não formal e também como ferramenta fundamental para a formação cidadã dos estudantes.

Além desse encontro com os governantes, novas discussões, segundo Calabre (2009), permearam o campo da cultura nas gestões que compreendem o período de 1973 a 1975, dos governos dos presidentes Médici e de Ernesto Geisel, com a elaboração do documento intitulado “Diretriz para uma Política Nacional de Cultura”, que subsidiou a criação da Política Nacional de Cultura⁶, em 1975. Esse documento foi considerado um marco por

⁶ Componentes da Política Nacional de Cultura: “apoio direto e acompanhamento das fontes culturais; dinamização do mercado de publicações; revalidação dos patrimônios histórico e científico; apoio às áreas de

entender a necessidade de se construir ações sistematizadas e de alinhamento conceitual e político acerca da cultura. Dessa forma, a *Política Nacional de Cultura* tinha como finalidade “gerar conhecimentos sobre a cultura brasileira; preservar os bens culturais; incentivar a criatividade; difundir as criações e manifestações culturais; contribuir para o processo de integração nacional.” (CALABRE, 2009, p. 79) O fato é que essa política significou um grande avanço com a ampliação e o aprofundamento dos estudos a respeito da cultura brasileira. Naturalmente, o fato do período em questão ter sido marcado pela vigência de um regime autoritário levanta questionamentos quanto ao modo como essa política foi construída e também como os atores sociais participaram dessa construção. Houve, de fato, a participação desses atores? Como teriam se dado essas discussões? E qual a conclusão? Esses questionamentos são absolutamente necessários para a compreensão do modo como essa política foi criada e também como era entendida pelos atores sociais, que vivem no local ou nas proximidades envolvidas no processo.

Uma política no campo da cultura até o início da década de 1980, período governado pelo presidente João Batista Figueiredo, último representante do Regime Militar, era elaborada e implantada pelo Poder público. No entanto, segundo Calabre (2009), foram realizadas ações importantes para o campo cultural, como o seminário em 1981 em Brasília e que resultou no documento “*Diretrizes para Elaboração da Política Cultural do MEC*”, que norteou o campo de ação da Secretaria do Ministério da Educação e Cultura.

O referido documento, segundo Fonseca (1997), inovou em dois aspectos: primeiramente, ao chamar atenção para a necessidade da participação dos atores sociais, integrantes da sociedade civil, no processo de discussão e construção das políticas culturais. Em segundo, ao discutir a necessidade de ampliação do conceito de patrimônio cultural representativo para a nação. A inserção destes dois pontos significava o reconhecimento da pluralidade cultural, decorrente das diversas culturas formadoras da sociedade brasileira. Portanto, esse documento deve ser visto como um marco nos processos de formulação de políticas públicas culturais, pelo reconhecimento da necessidade de diálogo com os mais diversos grupos sociais.

Ainda segundo Calabre (2013), outro acontecimento que merece destaque, no final do Governo de João Figueiredo, é o Encontro Nacional de Políticas Culturais, realizado em 1984, em Belo Horizonte, Minas Gerais. Nesse encontro, foi discutida a institucionalização da cultura e também os recursos para operacionalização das atividades. Com isso, houve

produção cinematográfica, produção de música e dança; implementação das artes plásticas; a difusão da cultura através dos meios de comunicação de massa.” (CALABRE, 2009, p. 80)

uma recomendação para a busca de recursos fora do âmbito do Poder público. Observa-se que, já nesse período, a escassez de recursos financeiros dificultava o andamento das atividades culturais e, por isso, havia um incentivo a utilização do capital de empresas privadas.

Por outro lado, com o fim do Regime Militar, uma nova gestão governamental democrática se instalou no Brasil, sob o comando do presidente José Sarney, que obteve importantes conquistas no campo da cultura, como a criação do Ministério da Cultura, a promoção de discussões políticas, principalmente, no sentido da ampliação dos recursos financeiros através da Lei Sarney⁷ de incentivo aos projetos culturais, como doação de objetos aos museus, restauração de bens móveis e imóveis. (CALABRE, 2009)

Em substituição à Lei Sarney, criou-se, na gestão do Presidente Fernando Collor de Mello, a Lei Rouanet que, tal como a lei anterior, objetivava o incentivo à produção e à recuperação dos produtos culturais. Essa nova lei impulsionou o meio artístico e cultural brasileiro por meio do mecenato, Fundo Nacional de Cultura ou do Fundo de Investimento Cultural e Artístico⁸. (CALABRE, 2009) Embora a referida lei beneficiasse muitas instituições culturais, o Governo Collor, como primeira medida, transformou o Ministério da Cultura em Secretaria de Cultura e lhe conferiu a atribuição de “preservar e desenvolver o patrimônio cultural brasileiro, estimular a criatividade artística e promover a preservação da identidade cultural do país.” (CALABRE, 2009, p. 108) Ou seja, o Estado passou a estimular a produção cultural brasileira e, ao mesmo tempo, ser responsável por esses bens culturais, como estabelece a Constituição de 1988.

Para Rubim (2007), a implementação das leis de incentivo à cultura foi utilizada pelos estados e municípios, em decorrência da impossibilidade de obtenção de recursos financeiros por parte dos gestores do poder público à frente de instituições culturais. Ainda hoje, essa situação caracteriza o campo dos museus, que estão sempre buscando recursos financeiros através das leis de financiamento para que possam desenvolver seus projetos de recuperação física, restauração dos acervos, comunicação e ação educativa.

Segundo Calabre (2009), ocorreu um aprimoramento das leis de incentivo com a instalação do novo governo, liderado por Fernando Henrique Cardoso, em 1995. Para

⁷ Lei Sarney nº 7.505 de 2 de julho de 1986 - determina no **Art. 1º**. O contribuinte do imposto de renda poderá abater da renda bruta ou deduzir, com despesa operacional, o valor das doações, patrocínios e investimentos, inclusive, despesas e contribuições necessárias à sua efetivação, realizada através ou a favor de pessoa jurídica de natureza cultural, com ou sem fins lucrativos, cadastrada no Ministério da Cultura, na forma desta Lei.

⁸ Os mecanismos da Lei Rouanet: mecenato é o patrocínio para produções culturais, o Fundo Nacional de Cultura utilizado por meio de convênios com instituições, financiando 80% do valor do projeto, cabendo ao proponente captar 20% como contrapartida. (CALABRE, 2009)

incentivar e proteger o bem cultural, esse governo fomentou a criação de editais, possibilitando, assim, que as empresas privadas utilizassem os recursos financeiros para execução de projetos culturais, tendo, como contrapartida, a redução do imposto de renda. Deve-se compreender que essa política de financiamento é decorrente dos poucos recursos destinados à pasta da Cultura, não sendo, portanto, suficientes para promover a proteção dos bens culturais de um país com grande diversidade cultural. Como pontua Calabre (2009), essa gestão, além de promover alterações na Lei Rouanet, incentivou a criação de novos recursos de financiamento, tornando-se uma política cultural desse governo.

Outro marco do Governo de Fernando Henrique Cardoso foi a criação do Registro dos Bens Culturais de natureza imaterial, programa que estabelece a proteção do patrimônio imaterial através da criação de quatro livros para registro dos saberes, celebrações, formas de expressão e lugares. Isto significou um avanço para a proteção desse tipo de patrimônio cultural, como orientava o texto da Constituição de 1988. Portanto, esse governo, que durou oito anos, possibilitou, através dos programas de apoio financeiro, a recuperação de vários patrimônios, inclusive, no estado da Bahia.

Na linha sucessória do governo do Fernando Henrique Cardoso, assume Luís Inácio Lula da Silva, que, assim como seu antecessor, governou por 8 anos. Nos primeiros quatro anos dessa gestão, o campo cultural foi coordenado pelo Ministro Gilberto Gil, um incentivador da criação de editais como estratégia mais democrática de descentralização de recursos, de modo que estes não se restringissem aos grandes produtores e equipamentos culturais, localizados no Sudeste brasileiro. (CALABRE, 2009) É necessário destacar que leis como a Rouanet e os editais foram (e continuam sendo) responsáveis pela recuperação de muitos monumentos históricos, acervos, assim como as produções culturais em todo país, a exemplo da aprovação do projeto do Museu do Recôncavo Wanderley Pinho, por meio da Lei Rouanet e do edital do Programa Petrobras Cultural.

Para Calabre (2009), além dos editais, ocorreu, durante o processo de construção da política cultural do Governo Lula, ações como a 1ª Conferência Nacional de Cultura, que contou com a participação da sociedade civil e do Poder público, estabelecendo, como prioridade, a implementação do *Sistema Nacional de Cultural* (SNC), cujo objetivo era “estabelecer, em conjunto com a sociedade, um sistema federativo de políticas públicas específico para a cultura” (BARBALHO, 2014, p. 189) O formato desse sistema asseguraria a manutenção e a execução das políticas, independentemente do governo.

A referida Conferência foi seguida de outras, criadas no âmbito dos Municípios e Estados, sendo que as demandas resultantes desses encontros eram votadas na plenária e

levadas para as discussões na Conferência Nacional de Cultura. Ainda na gestão do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, foi realizada a II Conferência Nacional de Cultura, a qual, como afirma Barbalho (2014), solicitava a consolidação, institucionalização e implementação do SNC.

Contudo, observa-se que nem todas as demandas, mesmo após a votação nas três instâncias – municipal, estadual e federal –, foram efetivamente realizadas, o que, talvez, se deva à falta de verbas, ocasionada pela viabilidade de execução da demanda ou mesmo pela ausência de preparo e interesse político para concretizar as demandas. Com isso, é impossível negar a relevância dessas Conferências para o desenvolvimento deste processo democrático.

Ainda no conjunto das ações democráticas em prol da construção de uma política cultural, registra-se a formação do Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC), com a finalidade de levantar propostas para a construção do Plano Nacional de Cultura⁹, que assegurasse “o total exercício dos direitos culturais dos brasileiros de todas as situações econômicas, localizações, origens étnicas e faixas etárias.” (BRASIL, 2012, p. 8) Isto significou um plano que respeitava toda a diversidade cultural, econômica, social da sociedade brasileira.

Como uma das principais metas do *Plano Nacional de Cultura*, o Governo da presidente Dilma Rousseff priorizou, em 2011, a implantação do SNC, com a publicação de um documento intitulado *Estruturação, Institucionalização e Implementação do Sistema Nacional de Cultura*, e de cartilhas que ressaltam a importância da participação dos Estados e Municípios no SNC, uma participação que, a propósito, possibilitou o usufruto dos recursos do Fundo Nacional de Cultura (FNC). (BARBALHO, 2014)

Durante o Governo Dilma, também foi realizada a III Conferência Nacional de Cultura, chamando atenção para a necessidade de criação de uma política de estado para a cultura, que significasse um consenso para sociedade brasileira e que não ficasse restrita a um grupo político dominante. Além da Conferência de Cultura, o Plano estimulava a criação de políticas públicas setoriais, a exemplo da *Política Setorial de Museus*, que tinha em vista a melhoria das instituições museológicas, com a ampliação de acervo e a requalificação dos espaços museológicos. (BRASIL, 2012b). Verifica-se que, independente do fato dessas propostas constituírem planos ou políticas de cultura, há uma ênfase na participação ativa da sociedade civil e dos setores interessados na concretização, desde a fase inicial, com as

⁹ O Plano Nacional de Cultura foi criado pela Lei nº 12.343. “Ressalta o papel regulador, indutor e fomentador do Estado, afirmando sua missão de promover e preservar a diversidade cultural existente no Brasil.” (BRASIL, 2012 b, p. 167)

discussões seminais, até o momento da implementação. Assim sendo, para que essas políticas de cultura não sejam partidárias, faz-se necessário o estímulo e a proteção da cultura brasileira.

3.3 CENÁRIO CULTURAL NA BAHIA DE 1967 A 2013

Na Bahia, o cenário cultural baiano, assim como nos demais estados da Federação, se desenvolveu num clima de autoritarismo, de vigilância e de cerceamento das expressões artísticas, literárias e de intelectuais contrários a esse Regime. Foi, nesse contexto, que Luís Viana Filho governou a Bahia, entre 1967 e 1971, promovendo importantes reformas nos campos da Educação e da Cultura, com destaque para a reorganização da Secretaria de Educação e Cultura (SEC), tendo, na sua estrutura, o Departamento da Educação Superior e da Cultura (DESC), responsável pela Divisão de Museus e Patrimônio Cultural, cuja responsabilidade era a preservação dos monumentos, logradouros, museus e arquivos. (BAHIA, 1967)

No conjunto da reestruturação da SEC, foi instituído, em 1967, o Conselho Estadual de Cultura (CEC), composto por 12 membros, com a finalidade de elaborar e implementar a política cultural do Estado, a partir de funções “consultiva e normativa sobre as artes, ciência, as letras e patrimônio histórico” (BAHIA, 1967b, p. 37), passando a atuar a partir de 1968. De certa maneira, a criação do CEC já tinha sido apresentada no texto referente à Lei Orgânica de Ensino nº 2.463, de 13 de setembro de 1967, estabelecendo que,

Para fins de extensão educativa e cultural, o Estado manterá e estimulará a criação de instituições e promoverá, nos limites de suas possibilidades, meios para o desenvolvimento das ciências, letras e artes, de forma a que atinja os vários grupos da comunidade. (BAHIA, 1967b, p. 2)

Esta Lei reforça a preocupação com o patrimônio cultural e os bens naturais, decorrentes das paisagens e dos achados arqueológicos, presentes no território baiano. A SEC, por meio do Conselho Estadual de Cultura, tornou-se responsável pela formulação da Política Cultural do Estado da Bahia. Apesar de ter essa finalidade, o Conselho sempre se ateu às funções de analisar e conceder parecer para a proteção de um bem material ou imaterial importante para a cultura do Estado. Por outro lado, se mostrava uma instituição tolerante e omissa com situações que comprometem os monumentos tombados, como instituições culturais sem funcionamento e em processo de degradação, ocasionado, sobretudo, por falta de manutenção.

Esse mesmo Conselho foi fundamental, na sua origem, para a criação de instituições importantes, como a Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural, atual IPAC, instituída em 1967¹⁰, com a missão de preservar, entre outros bens culturais, o conjunto arquitetônico do Centro Histórico de Salvador (CHS). Deve-se dizer que essa instituição foi instalada numa área social e fisicamente degradada, apesar do valor arquitetônico e histórico daquele conjunto, porém, teve um papel importantíssimo na área social, com a instalação de creche, escola, posto de saúde e implantação de projetos de integração artística e de educação patrimonial para atender a demanda da população local.

Com efeito, o período de 1967 a 1971, correspondente ao Governo de Luís Viana Filho, na Bahia, foi marcado, no campo das políticas públicas de cultura, pela manutenção e criação de instituições de valorização da cultura baiana. Em 1968, registra-se a elaboração do 1º Regimento do Conselho Estadual de Cultura, que determinava que este órgão formulador da política cultural do Estado da Bahia passasse a ser vinculado diretamente ao gabinete do Governador.

Uma nova gestão se instalou na Bahia com o governador Antônio Carlos Magalhães, que, no período de 1971 a 1975, deliberou o cumprimento de várias ações no campo da cultura, como a extinção da Fundação dos Museus do Estado e a criação da Fundação Cultural do Estado da Bahia, responsável pela proteção e difusão do patrimônio cultural. Para Ivone Jucá, advogada, uma das primeiras funcionárias dessa Fundação, a participar da elaboração do Estatuto e do regimento essa

Fundação Cultural começou como um órgão de apoio ao meio cultural, ao meio criador. Lembro-me que o primeiro convênio feito na Fundação foi de apoio ao Teatro Gamboa, tendo a Fundação se responsabilizado pelo mobiliário desse Teatro, e, assim, ele teve condições de funcionar. (BAHIA, 2004, p. 33)

Outras ações notáveis foram realizadas nos primeiros quatro meses da gestão do Ramakrishna Bagavam, merecendo ênfase a participação efetiva da Fundação no apoio e patrocínio à realização de projetos na área de teatro, música e exposições. Em tão pouco tempo de existência, a Instituição já desenvolvia um projeto no interior da Bahia, intitulado “I Jornada Cultural do Estado”, abrangendo as cidades de Cruz das Almas, Santo Antônio de Jesus, Gandu, Itabuna e Ilhéus, com apresentação de uma exposição intitulada “Museu didacta”, com réplicas de filósofos gregos. (BAHIA, 2004) Dois aspectos se destacam nessa proposta: um positivo, quanto à ideia de interiorização para as ações culturais, e outro,

¹⁰ Esta instituição foi criada por meio da Lei 2464/ 67, que organiza a Secretaria de Educação e Cultura. (BAHIA, 1967)

negativo, referente à utilização de personalidades que não fazem parte do universo da cultura desses municípios como estímulo às manifestações artísticas.

As ações culturais na Bahia, sob o comando no Governo de Roberto Santos, entre 1976 e 1979, desenvolvidas na Fundação Cultural, na gestão de Fernando da Rocha Peres, foram fundamentais, sobretudo, para a área de audiovisual, e também para a divulgação do MAB, MAM e do Museu do Recôncavo Wanderley Pinho, por meio das exposições e projetos educativos voltados para os deficientes visuais e excepcionais. (BAHIA, 2004) De certa maneira, essas atividades revelam que o propósito dessa Fundação consistia basicamente na promoção de atividades capazes de atrair o interesse da população para o conhecimento e a participação dos processos culturais.

O que se percebe é que um dos pilares da política cultural dessa Instituição e, portanto, do Governo baiano era o estímulo à população residente no interior do Estado na preservação das manifestações culturais locais. O Conselho Estadual de Cultura, por sua vez, que anteriormente era vinculado diretamente ao gabinete do Governador, passou, a partir de 1995, a estar organicamente ligado à Secretaria de Educação e Cultura. (BAHIA, 2005a) Mesmo com essa reestruturação administrativa, o CEC não conseguiu formular uma política cultural para o território baiano, cabendo essa função à Fundação Cultural do Estado da Bahia, que, sob a direção de Geraldo Machado e com o apoio de Antônio Carlos Magalhães à frente do Governo da Bahia pela segunda gestão (1979-1982), estabeleceu como meta a promoção do “desenvolvimento cultural como dimensão essencial do desenvolvimento sócio-econômico da população, estimulando suas diversas camadas a participarem ativamente do processo de proteção, valorização e criação de bens culturais.” (BAHIA, 1983, p. 23)

Essa orientação reforçava a necessidade de construção de uma política cultural que considerasse a dimensão territorial, social, econômica e cultural de um Estado como a Bahia. Portanto, essa política utilizou os indicadores de “descentralização”, demonstrando reconhecer as características apresentadas por cada região. Assim, pode verificar o perfil cultural e a vocação produtiva; a “valorização do papel da comunidade”; pensar e desenvolver ações com os atores sociais integrantes do território a ser trabalhado e, por fim, a “participação” dos agentes culturais do poder público e atores locais na “produção, gestão e usufruto” das atividades culturais. (BAHIA, 1983)

Essa política cultural, elaborada pela Fundação Cultural, utilizou como suporte os pressupostos do documento *Diretrizes para Operacionalização da Política Cultural do MEC*, discutidos no Seminário em 1981, que defendia a participação da comunidade nas

[...] ações destinadas a proporcionar à comunidade os meios para participar, em todos os níveis, do processo educacional, de modo a garantir que a apreensão de outros conteúdos culturais se faça a partir dos valores próprios da comunidade. A participação referida se efetivará através da interação do processo educacional às demais dimensões da vida comunitária e da geração e operacionalização de situações de aprendizagem, com base no repertório regional e local. (BRASIL, 1981, p. 1)

Portanto, os participantes do referido seminário defendiam que, por meio dos objetos e das manifestações culturais de determinadas comunidades, era possível desenvolver o processo educacional em suas localidades. Desse modo, o corpo diretivo e técnico da Fundação, durante essa gestão, afirmava que, sendo o Estado da Bahia

[...] um cruzamento de diversas culturas, sempre teve uma grande vitalidade cultural, sempre apresentou fontes, matrizes e tendências culturais próprias, fruto de seu processo etno-histórico. Esse perfil nunca foi considerado na prática cultural do Estado. Essa dimensão pluricultural, pluri-étnica, nunca foi encarada de forma processual, dentro das ações e da política da FCEBa. (BAHIA, 1983, p. 29)

Com base nessa afirmação e nos programas e ações desenvolvidas nesse quadriênio da Fundação, constata-se que esta Política Cultural buscou valorizar e fortalecer os aspectos da cultura baiana, por meio de atividades de formação, como cursos, seminários e oficinas, e também por meio da divulgação com exposições, festival e feira. Também atuou no apoio às instituições privadas, do poder público municipal ou mesmo nas associações constituídas pela sociedade civil. Buscou ainda as relações informais como meio de troca de experiências entre técnicos de outras instituições. (BAHIA, 1983)

Para o campo da cultura baiana, o período em questão foi bastante produtivo, dada a compreensão assumida acerca da importância da essência dos conteúdos culturais das mais diversas regiões deste Estado, bem como de cultivar o pensamento e executar ações de forma sistematizadas e coadunadas com as realidades. Os museus, em sua maioria, estavam voltados para as ações educativas, como o projeto *Museu Escola* e oficinas de educação artística, como *Meninos do MAM*, que costumavam envolver jovens alunos e moradores de comunidades do entorno dos museus, culminando em exposições fora dos espaços dos museus. (BAHIA, 2004)

É possível afirmar que essa política cultural foi bastante inovadora e contributiva para a Bahia, sobretudo, pela valorização da cultura de cada território, do estímulo à formação artística e à integração da comunidade nas discussões sobre os conteúdos culturais. Especificamente para o campo dos museus, as ações, ainda que sutis, foram significativas por proporcionarem maior integração com a comunidade.

A cultura da Bahia seguiu o período de 1983 a 1986, correspondente ao governo de João Durval Carneiro, comandada pela Diretora da Fundação Cultural Olívia Barradas, que,

de certo modo, manteve as diretrizes da política cultural, criada na gestão passada, principalmente, no entendimento que o “Governo não cria cultura, mas se obriga a dar-lhe sustentação” (BAHIA, 2004, p. 58), uma concepção política defendida também na gestão passada. Para os autores dessa Política, cabia ao Poder público, no campo da cultura, apenas estimular e oferecer as condições necessárias para o desenvolvimento das produções artísticas e a preservação dos bens culturais. Isso fez com que o período fosse marcado por ações de interiorização, com aberturas de centros de cultura, a exemplo dos que foram inaugurados nas cidades de Vitória da Conquista e Feira de Santana.

Os novos Centros de cultura passaram a operar simultaneamente como espaços de exposições e eventos de outras localidades e como fomentadores de novos talentos no campo das artes e das manifestações culturais dos municípios baianos. Com efeito, se transformaram em incubadoras de cultura criados em pleno Regime Militar, pelo Conselho Federal de Cultura, considerando-se, por assim dizer, um legado positivo deixado por esse tipo de regime político, que, em nome de um ideal nacionalista, chamava atenção para a importância da preservação da cultura local, através da criação desses Centros.

Com o fim do Regime Militar, foi eleito Francisco Waldir Pires para o Governo da Bahia, que se manteve no cargo entre 1987 e 1991. No conjunto das reformas administrativas empreendidas neste período, destaca-se a criação da Secretaria da Cultura em 15 de julho de 1987, cuja finalidade era preservar os bens culturais de relevância para a memória do Estado e incentivar suas manifestações culturais. Para cumprir tais objetivos, a Secretaria contou com o apoio institucional da Fundação Cultural do Estado da Bahia, do Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural, da Fundação Pedro Calmon, do Conselho Estadual de Cultura e do Departamento de Museus. (BAHIA, 1987)

No período, os museus passaram a definir suas atividades com mais autonomia, já que mesmo funcionando como Departamentos, estavam subordinados diretamente ao Gabinete do Secretário, sem nenhuma instituição intermediando, como ocorria na gestão anterior. Essa situação mostrou-se, para o campo das instituições museológicas, técnica e administrativamente mais favorável, sobretudo, em termos de uso dos recursos financeiros a serem empregados e no desenvolvimento das atividades inerentes a essa área.

Mais uma vez, a mudança de governo implicou em interrupções de projetos no campo da cultura e recomeço de outros definidos como prioritários para a nova gestão, que compreendeu os anos 1991 a 1994, sob o comando do Governador Antônio Carlos Magalhães (em seu terceiro mandato). ACM, como era conhecido o então governador, trouxe mudanças importantes para a política cultural, incluindo a dissolução da Secretaria de Cultura, uma

iniciativa que possibilitou que as instituições culturais passassem a ser vinculadas à nova Secretaria de Educação e Cultura.

Trata-se de uma ação que teve como consequência a retomada das responsabilidades da Fundação Cultural na definição da política cultural, que, na primeira gestão de José Augusto Burity, priorizou a recuperação do patrimônio cultural, a requalificação física dos monumentos e a dinamização dos centros de cultura no interior da Bahia. (BAHIA, 2004) Tal atitude tomada pelo referido gestor mostrou-se necessária na medida em que problemas na estrutura física de alguns equipamentos culturais levaram à degradação dos edifícios que sediavam museus e teatros. Destaca-se que essas ocorrências negativas para a área cultural decorriam da falta de recursos financeiros, na inabilidade administrativa para realizar a manutenção do imóvel ou mesmo por questões de ordem políticas.

Prosseguindo na trajetória do Governo baiano, Paulo Souto assumiu e permaneceu no cargo entre 1995 e 1997. Mesmo ligado ao grupo político da gestão anterior, o novo governador trouxe mudanças para as instituições culturais que passaram a pertencer à Secretaria de Cultura e Turismo, com a finalidade de “executar a política governamental destinada a apoiar a cultura, preservar a memória e o patrimônio cultural do Estado e promover o desenvolvimento do Turismo e do lazer.” (BAHIA, 2005, p. 1) Essa finalidade é resultado da política governamental do grupo do ex-governador Antônio Carlos Magalhães, iniciada no final de 1994, e que compreendia que a cultura e o turismo são “dois setores estratégicos para o processo econômico e social Bahia.” (BAHIA, 2005b, p. 5) Com efeito, tal estratégia foi aplicada até 2005, data do fim do governo do grupo político ligado ao antigo Partido da Frente Liberal (PFL), hoje, Democratas, onde os aspectos culturais relativos ao patrimônio cultural material e imaterial eram utilizados como produtos a serem comercializados pelo trade turístico nacional e internacional.

Durante o governo de Paulo Souto, a política governamental, no campo da cultura, pautou suas ações sobre a “expansão e melhoria dos equipamentos e espaços culturais; desenvolvimento, dinamização e difusão artística e sociocultural; e preservação do patrimônio cultural material e intangível.” (BAHIA, 2005b, p. 9) Dessa forma, entende-se que, norteadas por essa política, as instituições museológicas, subordinadas à Fundação Cultural, passaram a desenvolver suas ações alinhadas a essa política, que se manteve vigente até 2003, quando foram realizadas ações como a restauração do imóvel no Pelourinho, que sedia o Museu Temporal desde 1997, além de exposições e atividades de dinamização.

No entanto, a partir de 2003, os museus com todo o seu patrimônio passam a responsabilidade do Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia, órgão instituído em

1967, como Fundação do Patrimônio, com a finalidade de proteger os bens culturais de natureza material e imaterial do estado da Bahia. (BAHIA, 2003a) De acordo com as informações que fazem parte da publicação *Memória da Cultura; 30 anos da Fundação Cultural do Estado da Bahia* (2004), é provável que a transferência dos museus para o IPAC tenha ocorrida por dois motivos: primeiro, porque essas instituições se ocupam do “patrimônio” e, segundo, pela necessidade de “oxigenar” a FUNCEB, já que o universo administrativo desta Fundação era considerado complexo, em razão da presença dos museus e das bibliotecas, instituições que requeriam uma maior quantidade de recursos financeiros e humanos.

Dessa forma, os museus passaram a compor a estrutura do IPAC, conforme regimento (BAHIA, 2003a) aprovado neste mesmo ano, em conformidade também com as linhas de ação que estão presentes na política de cultura, elaborada pela Secretaria de Cultura e Turismo. É necessário esclarecer, no entanto, que a transição foi realizada sem nenhuma preparação, de forma abrupta e sem haver nenhuma consulta ao corpo de técnicos da DIMUS. A propósito, os técnicos da DIMUS e da FUNCEB alegaram que esta foi uma ação precipitada e muito danosa ao funcionamento dos museus, que, naquela época, possuíam uma estrutura administrativa mais sistematizada e, principalmente, com dotação orçamentária para o desenvolvimento das suas atividades.

Mesmo com a mudança para uma nova gestão, comandada pelo governador Jaques Wagner, no período de 2007 a 2014, os museus continuaram sob administração do IPAC. Como era previsto, ocorreram modificações no campo da cultura, iniciando com a dissolução da Secretaria de Cultura e Turismo e a criação da nova Secretaria de Cultura, que chegou alinhada com a Política Cultural do Governo Federal implantada pelo Ministério da Cultura. Para o governo baiano, a política cultural adotada significava

[...] a construção de uma cultura cidadã, que permita a todos o acesso às diversas modalidades de experimentação e fruição culturais, a participação na construção das políticas culturais, a ampliação da cidadania e dos direitos culturais, além de buscar a mudança dos valores presentes na sociedade. Ela deve possibilitar a predominância de novos valores democráticos, republicanos, solidários, fraternos, de transparência, de equidade, de paz e de orientação sexual, imprescindíveis a uma nova sociedade e a um novo modelo de desenvolvimento. (BAHIA, 2014b, p. 6)

No decorrer do Governo de Jaques Wagner, foram realizadas ações voltadas para os mais diversos segmentos culturais administrados e vinculadas à FUNCEB, ao IPAC e FPC. Também com o intuito de atender aos princípios da política cultural, foram inseridas, na estrutura da SECULT, as Superintendências de Desenvolvimento Territorial da Cultura e a de

Promoção Cultural¹¹, essenciais no desenvolvimento das ações do campo da cultura, porém, subordinadas diretamente ao gabinete do Secretário.

Na visão de Barbalho (2014), essas alterações possibilitaram a descentralização da cultura no Estado da Bahia, reconhecendo a diversidade cultural existente no território baiano. Para facilitar esse levantamento, o Ministério do Desenvolvimento Agrário foi dividido em 27 territórios, significando “uma estratégia de desenvolvimento, que agrupa municípios com afinidades sociais, culturais, históricas, econômicas, geográficas.” (BARBALHO, 2014, p. 21) Considerando a importância desse mapeamento são realizadas nestes locais as Conferências Territoriais de Cultura, estando nessas caravanas os museólogos da DIMUS com a finalidade de identificar as demandas apresentadas em cada território que deverão ser contempladas na elaboração da política cultural.

Como parte da política cultural do Governo de Jaques Wagner, destaca-se a aprovação da Lei Orgânica da Cultura em 2011, sendo que, para Amorim (2014), essa lei se caracteriza pelo alinhamento com a política nacional, implementando o *Sistema Estadual de Cultura* e regulamentando o Plano Estadual de Cultura que

[...] é uma política pública de longo prazo prevista para ser seguida por no mínimo dez anos, que pretende estabelecer metas e diretrizes para a proteção e promoção para a diversidade cultural brasileira [...]. Os sistemas preveem a criação de órgãos para a gestão pública da cultura e buscam fortalecer a institucionalização da área. (AMORIM, 2014, p. 18)

Esses instrumentos jurídicos reconhecem a diversidade dos bens culturais que compõem a cultura desse Estado e chamam atenção para que cada segmento deste campo, constituídos pelos agentes do poder público e sociedade civil, participem das gestões para a elaboração dos planos setoriais, como está definida pela Lei Orgânica de Cultura¹².

Como resultado dessa política de cultura, os museus desenvolveram suas ações socioculturais e educativas e mais as ações voltadas para a manutenção, alinhadas às diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Cultura, no âmbito da Manutenção e Dinamização de Espaços Culturais. Também foram recuperados os imóveis que abrigavam as sedes dos museus, como Parque Histórico Castro Alves; Museu do Recolhimento dos Humildes e Museu do Recôncavo Wanderley Pinho, este último resultando de parceria com o recurso do Programa da Petrobras Cultural. (BAHIA, 2013)

¹¹ “A Superintendência de Promoção Cultural (SUPRO CULT) é responsável por o Sistema Estadual de Fomento e Financiamento da Cultura.” (BAHIA, 2014, p. 24)

¹² Lei Nº 12.365 de 30 de novembro de 2011. Dispõe sobre a Política Estadual de Cultura, institui o Sistema Estadual de Cultura. (BAHIA, 2011a)

É preciso considerar que essas diretrizes são importantes para a definição de uma política cultural, no entanto, muitas vezes deixam de ser realizadas pelo Poder público, em virtude da absoluta falta de condições técnicas, financeiras ou ainda por não ser prioritário para os gestores e para as agendas políticas que norteiam os governos.

3.4 A POLÍTICA MUSEOLÓGICA DO MINC E DA SECULT – BA

Ao abordar as políticas implementadas no campo dos museus, consideradas essenciais à preservação dos bens culturais representativos deste país, deve-se retornar ao ano de 1934, quando surgiu, no Brasil, a Inspetoria de Monumentos Nacionais, uma iniciativa de Gustavo Barroso, diretor desse Museu e, portanto, responsável pelo “primeiro órgão federal de proteção ao patrimônio.” (FONSECA, 1997, p. 103) Trata-se de uma ação que ocorre dentro do Museu Histórico Nacional, no Rio de Janeiro.

Essa Inspetoria e mais a criação do referido Curso de Museus, no âmbito dessa Instituição, foram fundamentais para a formação de profissionais especializados no tratamento dos bens culturais, não deixando de ser uma estratégia política de proteção ao patrimônio cultural material. Para Santos (2008), as políticas públicas, embora voltadas para a preservação do bem material, demonstravam notável interesse pelo patrimônio imaterial. Dessa maneira, a elaboração de uma política de museus requer a formação de profissionais que compreendam a abrangência desse campo do patrimônio cultural, que lida com o bem tangível e também com o intangível, bens simbólicos que refletem as identidades coletivas formadoras de sociedade. Judite Primo (2006, p. 91) oferece a seguinte contribuição:

Nessas práticas museológicas, a valorização, a divulgação e a proteção do Patrimônio local passam por uma lógica de apropriação e de pertença coletiva, mas não exclusivamente por uma lógica de visitação. As populações locais funcionam como os guardas atentos ao patrimônio, sendo que essa proteção não implica apenas a visitação e sim a utilização e a reutilização das referências culturais

Esse exercício social, salientado pela autora, é essencial para a construção de uma política pública, sobretudo, junto aos museus, considerados legítimos guardiões das memórias coletivas que caracterizam uma determinada comunidade. Uma situação que requer uma participação ativa da comunidade na identificação do seu patrimônio e nas discussões que possam proteger esses bens materiais e imateriais, por meio dos processos de preservação fundamentados nos instrumentos jurídicos como tombamento, registro e inventários e ainda nas orientações dos documentos museológicos básicos e empregados nesse estudo.

Nesse sentido, as ações museológicas passaram a ser norteadas sob a perspectiva social e política dos museus, referendados por meio dos documentos resultantes da *Mesa Redonda de Santiago do Chile* (1972), especialmente quando ressalta a importância da integração da comunidade na definição do seu patrimônio cultural, assim como a *Declaração de Caracas* (1992), que, ao tratar do Museu e da Gestão, chama atenção para a necessidade de promoção de políticas museológicas que possibilitem o bom funcionamento e a continuidade das ações técnicas nas instituições. É inegável que estes dois documentos se constituíram como suportes importantes para a construção de políticas museológicas, visto que chama atenção para a necessidade de uma discussão mais ampla sobre esse tema e de natureza interdisciplinar.

A partir desses documentos, a comunidade museológica no Brasil vem discutindo, desde a década de 1970, a necessidade de trabalhar o campo dos museus sob a ótica de uma política. Como exemplo dessas discussões, ocorreu em Recife, em 1976, no 1º Encontro Nacional de Dirigentes de Museus, resultando no documento intitulado “Subsídio para Implantação de uma Política Museológica Brasileira”, cujo objetivo era

[...] estudar e propor soluções lúcidas e viáveis para possíveis problemas existentes, de modo a se estabelecer as bases para a adoção de uma política museológica de capacitação dos museus, com vistas à sua dinamização, para uma atuação permanente a serviço da comunidade e do país. (BRASIL, 1976, p. 6)

Segundo Tolentino (2013), o referido Encontro foi realizado num momento de austeridade, implantado pelo Regime Militar, e, no seu documento, buscou não apenas atender as recomendações administrativas voltadas à “capacitação financeira e capacitação pessoal” e técnicas como também aproximar os museus, por meio de suas ações de dinamização das questões sociais vivenciadas pela sociedade, levando o museu a atuar a partir de suas coleções numa perspectiva mais social, com base nas recomendações do documento de Santiago do Chile. De certo modo, essa é uma situação que ainda hoje, num regime democrático, vem sendo alvo de discussões por parte dos dirigentes de museus, particularmente quando estes possuem uma visão mais alinhada com essas recomendações da nova Museologia, sobretudo, nas instituições administrados pelo Governo do Estado da Bahia.

Após a realização desse Encontro de Dirigentes de Museus que contou com a participação de representantes e diretores de museus de todo o País e de intelectuais, como Gilberto Freyre e Aloísio Magalhães, então diretor do Centro Nacional de Referência Cultural, foi criada em 1979 por meio da Lei Nº 6.757 a Fundação Nacional Pró-Memória, com a missão de realizar a proteção do patrimônio cultural brasileiro, inclusive, dos

acervos dos “museus não atendidos pela política cultural da Secretaria do Patrimônio Histórico Nacional (SPHAN)”. (PNM, 2006, p. 12)

Observa-se que, nesse momento, quando se institui essa Fundação há uma movimentação por parte dos profissionais museólogos em seminários, congressos e reuniões para fortalecer as instituições museológicas, a partir de uma visão mais sistematizada e política, instituindo-se, em 1983, o *Programa Nacional de Museus* com a realização de projetos voltados à conservação e preservação dos acervos. (BRASIL, 2006)

Essa inquietação cultural, que permeou o Brasil e, em particular, a Bahia foi importante, tendo em vista que, neste período, apenas dois cursos de Museologia existiam no Brasil. Logo, possibilitaram mais um avanço significativo na direção de uma construção para a política museológica. Com isso, foi criado, em 1986, o *Sistema Brasileiro de Museus*, com o propósito de definir uma política de âmbito nacional que atendesse as demandas do setor museológico, utilizando recursos como oficinas, seminários e de apoio às instituições que eram aprovados ou vetados por meio do Comitê Nacional, com representantes dos Estados, das Fundações Casa de Rui Barbosa, Pró-Memória, das Artes e dos Conselhos do IPHAN e Federal de Museologia. (TOLENTINO, 2013)

Mesmo com essa finalidade, a criação do *Sistema Brasileiro de Museus* e sendo uma reivindicação dos profissionais da Museologia, esse sistema, na visão de Maria Célia Santos (2008), não pode sanar, de maneira mais satisfatória, os pontos críticos. A autora prossegue:

O SNM não assegurou a distribuição dos recursos nem a circulação de informação, de forma democrática e igualitária, entre as diversas regiões do país, embora tenha havido avanços na oferta de cursos de capacitação, na produção de material bibliográfico, na realização de eventos e na melhoria da infraestrutura de alguns museus. (SANTOS, 2008, p. 219)

A posição emitida pela autora é bastante coerente e procedente, considerando a situação de muitos museus brasileiros, carentes de recursos humanos e financeiros para o desenvolvimento de ações básicas, como pesquisar, documentar, conservar, expor e dinamizar uma instituição que tem a missão de preservação da memória dos inerentes aos bens culturais. Por outro lado, para Tolentino (2013), esse sistema foi importante para estimular a criação dos Sistemas Estaduais. Assim, os aspectos defendidos pelos autores devem ser respeitados, principalmente, considerando o período em que ocorreu a implantação do *Programa Nacional de Museus* e do *Sistema Nacional de Museus*, que ainda não se mostrava propício para a criação de uma Política Nacional de Museus.

No entanto, os anseios da comunidade de museólogos na construção de uma política de museus sistematizada e de atendimento aos demais museus, marcados ao longo das décadas de 70, 80 e 90, começavam delineados com a utilização da *Carta de Rio Grande*¹³ e do documento *A Imaginação museal*,¹⁴ emitido pelo Conselho Federal de Museologia (COFEM). Ambos os documentos salientavam a importância do patrimônio cultural e dos museus como recurso de inclusão social, desenvolvimento e apropriação da identidade, serviram de base para construção da Política Nacional de Museus. Essa Política fez parte do *Programa de Governo – Políticas Públicas de Cultura do PT*, em 2002.

A partir desse documento, verifica-se que houve uma mobilização da comunidade museológica. Por meio das recomendações dos documentos encaminhados a esse grupo político, foi possível fazer com que essa política integrasse o item 4 do programa que aborda o Direito à Memória, principalmente, quando estabelece

[...] políticas na área de patrimônio cultural e museus que visem a democratização do acesso aos bens culturais nacionais e estaduais, buscando consolidar políticas públicas, voltadas ao resgate das memórias e das identidades locais. (PROGRAMA..., 2002, p. 22)

Fundamentada nesse item, foi instituída, em maio de 2003, a *Política Nacional de Museus*, estruturada em 7 princípios e em 7 eixos programáticos, elaborada e discutida por profissionais de museus das instituições do Poder público federal, estadual e municipal, instituições privadas, representantes de organizações museológicas de âmbito nacional e internacional, desde a fase de elaboração do texto, discussão em público, divulgação do texto por meio eletrônico para os ajustes até a consolidação das sugestões e depois publicação. (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2006) Todo esse processo de construção da PNM foi importante na medida em que mobilizou muitos profissionais, em todo o País, a favor desse instrumento democrático e norteador para o campo museal brasileiro.

É preciso destacar, na elaboração da PNM, o envolvimento dos profissionais baianos, representantes de instituições federais da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (IPHAN), estaduais do Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (IPAC), sobretudo, da Diretoria de Museus (DIMUS) e municipais de Salvador, como a Fundação Gregório de Matos, além de outras instituições do interior da Bahia, no “Projeto-Bahia” de “Formação e Capacitação em Museologia”,

¹³ Documento de encerramento do 8º Fórum Estadual de Museus, realizado em maio de 2002, que propõe, aos candidatos a governador, a implantação de uma política museológica e de patrimônio cultural em níveis estadual e federal. (CARTA..., 2002)

¹⁴ A Imaginação museal a serviço da cultura no Brasil. Museologia. Museus, Memórias e Identidades: Contribuições para o programa do Governo LULA Presidente, encaminhado em novembro de 2002. (COFEM, 2002)

coordenados pela museóloga Maria Célia Teixeira Moura Santos. (BRASIL, 2005) Dessa forma, a realização do citado projeto não apenas consubstanciou o eixo três dessa Política, com o diagnóstico das instituições museológicas, como também possibilitou a integração entre os profissionais voltados para a formação e execução de ações de preservação do patrimônio cultural e também a interlocução com os agentes culturais que atuam no território baiano.

Além dessa mobilização na construção e implantação da PMN, essa Política contribuiu com a criação do *Sistema Brasileiro de Museus* (SBM), um dos instrumentos legais mais importantes por fomentar o diálogo entre a sociedade constituída por entidades públicas e privadas e o Poder público, com a finalidade de consolidar e regulamentar parcerias que fortalecessem o campo dos museus. Dessa forma, o SBM apresentava como finalidade

[...] a promoção da interação entre os museus brasileiros, o registro e a disseminação dos conhecimentos do campo museológico, a gestão integrada e o desenvolvimento de instituições, acervos e processos museológicos e o desenvolvimento de ações de capacitação, documentação, pesquisa, conservação e difusão entre as unidades museológicas que o integram. (BRASIL, 2006, p. 21)

Portanto, o SBM teve um papel importante na medida em que se ocupava do gerenciamento das instituições museais de forma articulada, objetivando a otimização dos recursos e dos procedimentos museológicos, visando o desenvolvimento desse setor. Com isso, esse Sistema passou a ser um referencial através das suas diretrizes e normas para a criação dos sistemas estaduais e regionais, como do Rio Grande do Sul e também o da cidade de Ouro Preto/MG.

Além dessa atribuição, coube ao Comitê gestor do *Sistema Brasileiro de Museus* encaminhar, em 2006, um documento propositivo e que resultou no Estatuto de Museus, promulgado em 2009, e que constitui um dos mais importantes instrumentos jurídicos, regulatórios e norteadores do campo museológico brasileiro. Isso se deve ao fato deste documento apresentar além de um novo conceito de museu, os mecanismos de criação de instituições museais, as funções, atribuições e os deveres que envolvem a preservação dos acervos e a obrigatoriedade das instituições museológicas realizarem os planos museológicos. Trata-se de um recurso importante no planejamento das ações dos museus, especialmente porque requer um estudo apurado da instituição, capaz de evidenciar os pontos positivos e negativos e, por conseguinte, permitir a definição de ações, metas, cronograma e mecanismos de avaliação.

A PNM possibilitou a criação do Estatuto de Museus de abrangência jurídica e a elaboração do *Cadastro Nacional de Museus* (CNM), um questionário difundido em todo

território nacional, com o objetivo de conhecer o universo museal brasileiro. Com isso, observa-se que a implantação da *Política Nacional de Museus*, um desejo expresso, desde 1976, entre os museólogos, trouxe, para o campo dos museus, uma nova perspectiva de cunho político e organizacional para que estes profissionais desenvolvessem suas ações administrativas e técnicas consubstanciadas nas diretrizes dessa Política, que, de certo modo, assegura o fortalecimento de seu campo de atuação.

Vale ressaltar que o Estatuto de Museus trouxe algumas recomendações essenciais para os museus, dentre elas, a elaboração do Plano museológico, uma exigência com prazo de 5 anos, a partir de 2009, para que todas as instituições concluíssem seus planos, mas que ainda não se constitui uma realidade para os museus administrados pela atual Gestão de Museus. Outros pontos desses dois documentos merecem atenção: o Estatuto de Museus e o da Política Nacional de Museus necessitam ser cumpridos, sobretudo, pelo Poder público, prevendo a ampliação de novos espaços de trabalho, a capacitação profissional, a melhoria das edificações e a requalificações das exposições dessas instituições museológicas, vinculadas à Secretaria de Cultura.

4 PARQUE HISTÓRICO CASTRO ALVES E MUSEU ABELARDO RODRIGUES: SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIOCULTURAL

Este capítulo discorre sobre o Parque Histórico Castro Alves e o Museu Abelardo Rodrigues, duas instituições com características distintas não apenas pela tipologia do acervo, mas, também pelo aspecto espacial e temporal. Desde suas criações, essas instituições integram o quadro das gestões técnicas e administrativas dos Museus, portanto, as ações implementadas serão aqui estudadas, buscando identificar o resultado destas nas localidades onde estão inseridas.

4.1 TRAJETÓRIA INSTITUCIONAL DO PARQUE HISTÓRICO CASTRO ALVES E DO MUSEU ABELARDO RODRIGUES

Na Bahia de 1971, governada por Luís Viana Filho, e sob as determinações de um governo militar, foi inaugurado, em 8 de março de 1971, o Parque Histórico Castro Alves (PHCA), o primeiro parque baiano, que tem a finalidade de preservar a memória do poeta que se tornou conhecido por retratar o amor e defender a causa abolicionista. Segundo o idealizador do Parque, o então Secretário de Educação e Cultura, Edivaldo Boaventura, sua criação se deu motivada pelo discurso de posse do Presidente Emílio Garrastazu Médici, ocorrida em 18 de junho de 1970, no Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, do Rio de Janeiro, quando defendeu a continuação do seu “programa de parques históricos”, instituído pelo Governo Federal. Este programa buscava reverenciar os vultos ilustres que deram notoriedade à Pátria, o que significa que a Política de cultura implementada por esse governo, objetivava a valorização das “figuras proeminentes nas diversas áreas culturais; por outro, nas manifestações folclóricas e nas expressões artísticas populares.” (MAIA, 2012, p. 151)

Essa orientação política reflete o caráter ideológico nacionalista empregado pelo Governo, a partir das orientações dos intelectuais integrantes desse grupo político, na definição dos elementos que caracterizam como símbolos nacionais os vultos, os fatos históricos, a área territorial, a composição étnica, a língua, a arquitetura e a literatura. (MAIA, 2012) É, nesse viés literário, que o Presidente destacou, em seu discurso, a criação do Parque, por considerá-lo uma referência à história da cultura brasileira. (BOAVENTURA, 2006) Em resposta à orientação do Presidente Médici para criação de um Parque que retratasse a vida e a

obra de Castro Alves, o Governador Luís Viana Filho enviou uma mensagem, seis meses após a apresentação da proposta, com o seguinte teor:

Atendendo sugestão eminente Presidente, por ocasião recepção Instituto Geográfico Brasileiro tenho a grata satisfação comunicar Vossa Excelência que o governo do Estado da Bahia determinou a criação na vila Cabaceiras vg terra nata vg Parque Histórico Castro Alves que integrará conjunto de parques lembrando figuras nacionalidade pt respeitosa saudações Luiz Viana Filho. (BOAVENTURA, 2006, p. 95)

Essa estratégia política de sagrar os vultos e fatos nacionais foi muito utilizada pelo governo brasileiro no período em questão, a fim de manter a identidade nacional, e também pelas experiências com esse perfil que foram elaboradas e implantadas em territórios americanos e europeus, como a do “Parque Nacional e Militar de Gettysburg, na Pennsylvania, e a outros sítios históricos visitados, como Waterloo, na Bélgica, Arromanches, na França”. (BOAVENTURA, 2006, p. 29) Estas realizações se tornaram fontes de inspiração para a criação do Parque Histórico Castro Alves, no interior da Bahia, mais precisamente na Fazenda Cabaceiras, onde, em 14 de março de 1847, havia nascido o poeta Antônio Frederico de Castro Alves. Além de preservar a memória desse ilustre poeta, o Parque se ocupa do resguardo do meio ambiente da Fazenda Cabaceira, tornando-a exposição permanente, “inscrevendo-se no movimento nacional dos Parques Históricos, como patrimônio edificado e destinado à educação ambiental, ao ecoturismo, em duas palavras, à natureza e à cultura.” (BOAVENTURA, 2006, p. 36)

A finalidade primeira do Parque está fundamentada na educação através do patrimônio natural e também do cultural, representado pela casa construída conforme a original, em que residiu a família de Castro Alves, com os objetos pessoais e também com as produções literárias e artísticas. O caráter educativo se torna evidente com a instalação de uma escola originalmente do nível fundamental e hoje do nível básico, assim como de uma biblioteca, com publicações sobre o patrono desse Parque.

Figura 2 - Parque Histórico Castro Alves



Fonte: Foto do acervo da DIMUS.

Boaventura (2006) descreve o empreendimento como um Parque cultural e ambiental com 52 mil m², instalado no município de Cabaceiras do Paraguaçu, após ter sido emancipado em 13 de junho de 1989, de Muritiba. Geograficamente, está situado no Recôncavo Sul, com uma área de 213 km² e a 160 km de Salvador. O mesmo autor afirma que a emancipação desse município se deve à inauguração desse Parque, que trouxe uma movimentação atípica com a chegada de grupos de turistas, pesquisadores e estudantes interessados em conhecer o local de nascimento e as obras do poeta.

Também as romarias, constituídas por grupos de poetas e cordelistas de várias partes do Brasil, iniciadas em 14 de março de 1971, para celebrar o nascimento do poeta, possibilitaram o melhoramento da estrada com a aplicação de asfalto, ligando a BR 101 ao Parque Histórico de Castro Alves. (BOAVENTURA, 2006) Indiscutivelmente, a implantação de um Parque com a grandeza desse Patrono tendia a modificar essa localidade rural, pela facilidade de acesso desses visitantes ao Parque.

Desde a sua origem, esse espaço de memória e de educação está subordinado à Secretaria de Educação e Cultura, através da Gestão de Museus. Essa vinculação administrativa ao campo dos museus provém do ponto de vista deste Parque, que reflete o ambiente e a história que constituem a subjetividade do poeta Castro Alves. É, portanto, uma instituição que se apresenta como um museu tradicional, sobretudo, na sua forma de expor os objetos museológicos, mas aceitando a introdução de novos mecanismos de desenvolvimento das ações educativas de proteção, relativas às questões ambientais, envolvendo alunos e também pessoas da comunidade.

Segundo Boaventura (2006), a primeira diretora do Parque foi a professora primária Carmem Cinira Soares, que administrava o PHCA priorizando as ações educativas no campo

cultural e ambiental desenvolvidas com os alunos da Escola do nível fundamental, em funcionamento dentro Parque. Ainda segundo esse autor, a falta de manutenção e a mudança de governo ocasionaram a degradação física do imóvel dessa Instituição, uma situação, muitas vezes, instaurada pela falta de recursos financeiros para a conservação do imóvel e para o desenvolvimento das ações socioeducativas, associada também ao desinteresse do grupo político governante, demonstrando, com isso, uma falta de habilidade na gestão do patrimônio público.

Para sanar os problemas decorrentes da ausência de manutenção do Parque, foi realizada uma reforma na gestão do Governador João Durval Carneiro, ampliando o espaço expositivo no interior da casa. Por conseguinte, a escola, que funcionava em um dos cômodos da casa, foi transferida para um prédio construído especificamente para esse fim, mas dentro da área do Parque. Também houve a construção do auditório em homenagem ao historiador Pedro Calmon, autor da concepção espacial do Parque, e a criação de outros espaços importantes para contextualizar a vida e a obra de Castro Alves, como o Pouso de Adelaide, uma referência a uma das irmãs do poeta, o Marco da antiga fazenda e também uma biblioteca com livros didáticos e paradidáticos. (BOAVENTURA, 2006)

No decorrer da trajetória do Parque, foram realizadas atividades elaboradas e executadas por gestores relacionados no quadro abaixo, sobretudo, as ações que tiveram à frente os museólogos indicados pelo Governo do Estado da Bahia, motivados pelas novas orientações propostas por documentos que nortearam o fazer museológico, como a Carta de Santiago do Chile (1972), que recomendava que os procedimentos técnicos de documentação, conservação, exposição e também das ações educativas, inerentes ao fazer museológico, buscassem integrar e promover o desenvolvimento da comunidade local, a partir dos bens culturais e do contexto sociocultural representativo da memória coletiva dos moradores daquela localidade. Esse documento possibilitou uma releitura do fazer museológico, integrando a comunidade Cabaceirense com as atividades desenvolvidas no Parque Histórico Castro Alves.

Quadro 1 - Gestores do Parque Histórico Castro Alves

Nome	Formação	Período
Carmem Cinira Soares	Professora	1971 -
Nara Nádia Batista Silva	Museóloga	Não encontrado
Helder Bello de Mello	Museólogo	1991 – 2008
Alba Tereza Boente Chaves	Museóloga	2008 – 2013
Diogenisa Oliva	Museóloga	2013 – ...

Fonte: Elaborado pela autora, (2015).

Na capital baiana o ambiente político e cultural, sobretudo, no campo dos museus da sob o comando do Governador Antônio Carlos Magalhães, é marcado com a inauguração do Museu Abelardo Rodrigues constituído por 808 peças de arte sacra que haviam sido reunidas pelo artista e colecionador Abelardo Rodrigues, natural do estado de Pernambuco. Esse acervo é formado por esculturas, confeccionadas em barro, madeira, pedra sabão, marfim, tecido, papel e diversos metais, além das alfaias e pinturas, representam a produção material do território nordestino, ao longo de cinco séculos (XVI a XX), que expressa uma releitura dos dados provenientes de estilos europeus, que foram apropriados em determinadas regiões, como, por exemplo, a Escola Pernambucana, à qual está vinculada uma parte das obras da coleção. (BAHIA, 2006)

A coleção foi adquirida por meio de compra pelo Governo da Bahia e, após intenso embate jurídico e político travado com o Governo do Estado de Pernambuco, se mantém como patrimônio do Estado da Bahia. A tramitação desse processo nas instâncias jurídicas ocasionou uma disputa conhecida, no meio político e intelectual baiano, como “Guerra Santa”.

Respaldo na legislação brasileira, o projeto de criação do museu teve continuidade e as peças que estavam sob a guarda do Museu de Arte Sacra foram transferidas para a sede do Solar Ferrão, constituindo-se no Museu Abelardo Rodrigues. Sua inauguração se deu em 5 de novembro de 1981, com uma exposição que permitia que a sociedade baiana conhecesse o universo da arte sacra brasileira, em particular, das esculturas com características nordestinas. Acrescenta-se que esta coleção é fechada e todas as peças adquiridas pelo Governo da Bahia fizeram parte do acervo de Abelardo Rodrigues. Desta maneira, o acervo é um instrumento revelador do perfil artístico e intelectual de seu colecionador, um profundo conhecedor da arte sacra cristã.

Figura 3 – Museu Abelardo Rodrigues



Fonte: Foto/DIMUS, (2013).

Para abrigar essa importante coleção de arte sacra, foi escolhido, pelo então Governador Antônio Carlos Magalhães e por Vivaldo da Costa Lima, Diretor do IPAC, o Solar Ferrão, localizado na Rua Gregório de Mattos, no Centro Histórico de Salvador, e que se encontrava totalmente restaurado em 1979. A partir desse ano, o Solar Ferrão passou a sediar simultaneamente o IPAC e o Museu, que passou a ocupar o andar nobre dessa edificação. (BAHIA, 2006)

A instalação dessa instituição museal em uma construção secular restaurada e onde funcionava também a sede administrativa do IPAC ocorreu como parte de uma política macro, definida pelo Governo do Estado, e que consistia em “incentivar uma racional utilização de monumentos e lugares históricos como centro de atividades culturais e artísticas.” (BAHIA, 1983, p. 24) Além dessa diretriz, a Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia, atual IPAC, firmou um convênio com a Prefeitura de Salvador, no intuito de revitalizar o patrimônio edificado, ambiental e artístico, sediado nas áreas históricas da cidade. (BAHIA, 1997)

O fato é que o universo arquitetônico e social do Pelourinho, na época da inauguração do Museu Abelardo Rodrigues, refletia o abandono social e cultural decorrente da inexistência de uma ação mais efetiva do poder público estadual e municipal, resultando no completo estado de arruinamento dos imóveis utilizados pelos moradores, além da prostituição, do

tráfico de drogas, saneamento básico e de segurança, o que ocasionava o afastamento de parte da população dessa região de Salvador, sobretudo, do Museu.

No entanto, a partir do final da década de 1980, esse cenário de degradação foi sendo lentamente modificado, em razão de uma política de cultura de valorização do patrimônio cultural, desenvolvida pelo Governo do Estado da Bahia, por meio do IPAC, da criação do bloco afro Olodum (1979) e mais o reconhecimento pela UNESCO, em 1985, do Centro Histórico de Salvador (Pelourinho) como “Patrimônio da Humanidade”. Tais fatores levaram o Poder público baiano a empreender uma ação mais definitiva, que possibilitou a reforma do conjunto arquitetônico do Pelourinho, em 1991, após a retirada dos antigos moradores que habitavam aqueles casarões. Após as restaurações, os imóveis foram ocupados por empreendimentos comerciais e de serviços, transformando esse local num “shopping a céu aberto” para atendimento, sobretudo, de turistas, uma situação que, de certo modo, possibilitou o aumento da visitação desse Museu Abelardo Rodrigues.

Embora instalado no Solar Ferrão, sede administrativa do IPAC, o Museu era dirigido oficialmente pela Fundação Cultural do Estado da Bahia, que administrava, por meio da Gestão de Museus, as instituições museológicas vinculadas ao Governo do Estado da Bahia. De acordo com a documentação administrativa – correspondências internas (C. I), ofícios e relatórios técnicos que marcam a trajetória de 32 anos de existência do Museu Abelardo Rodrigues –, essa instituição foi administrada por oito diretores, conforme quadro abaixo, *todos* com formação em Museologia, que atuavam respaldados pelos procedimentos técnicos definidos pelo código de ética da profissão, principalmente, nas atividades de documentação e pesquisa. O corpo técnico e administrativo era composto por servidores do IPAC e da FUNCEB, porém, a indicação e a nomeação dos servidores ficavam a cargo da FUNCEB, enquanto que a contratação dos estagiários era de responsabilidade do IPAC.

Todos os gestores do Museu priorizaram a requalificação das exposições e incentivaram as ações educativas direcionadas ao projeto museu-escola, referendando, dessa maneira, a concepção do museu tradicional. No entanto, esses gestores já sinalizavam um movimento com ações socioculturais ainda incipientes de interação do Museu com a realidade local.

Quadro 2 - Gestores do Museu Abelardo Rodrigues

Nome	Período
Oswaldo Gouveia Ribeiro	1981 – 1984
Maria José de Souza Almeida	1985 – 1987
Guilherme Augusto Figueiredo Castro	1987 – 1991
Luís Alberto Freire	1991 – 1992
José Raimundo de Jesus Rocha	1993 – 1097
Mary Rodrigues do Rio	1998 – 2000
Maria das Graças Campos Lobo	2000 – 2009
Osvaldina Silva Cezar	2012 – ...

Fonte: Elaborado pela autora, (2015).

4.2 ATIVIDADES SOCIOCULTURAIS REALIZADAS NA TRAJETÓRIA INSTITUCIONAL DO PARQUE HISTÓRICO CASTRO ALVES E NO MUSEU ABELARDO RODRIGUES

Para melhor acompanhamento e entendimento das ações socioculturais, realizadas no Parque Histórico Castro Alves e no Museu Abelardo Rodrigues, foram metodologicamente empregadas, para análise, as variáveis na dimensão temporal (década), situacional (geográfica) e de gestão (pessoal), como também foi observado o alinhamento com a política cultural da época e a fundamentação teórica, seja no campo da Museologia, Educação ou da Sociologia utilizada na elaboração dessas atividades.

A situação geográfica dessas instituições requer que as ações socioculturais e educativas desenvolvidas sejam distintas, isto ocorre em razão do público do Parque Histórico Castro Alves possuir características sociais e culturais bem diferentes daquele que faz uso do Museu Abelardo Rodrigues, os quais residem em Salvador e podem usufruir de um número mais amplo e diversificado de atividades e de instituições no campo cultural. E esse é um aspecto bastante significativo. A análise das ações socioculturais, praticadas por essas instituições e que serão relacionadas nos subitens seguintes, devem, portanto, considerar as especificidades do público do entorno.

4 2.1 Parque Histórico Castro Alves

A *Romaria Cívica* (1971 a 2013) representa a primeira atividade sociocultural e educativa realizada no Parque Histórico Castro Alves, reverenciando o dia de nascimento do Poeta, no caso, 14 de março. Essa atividade foi marcada por missa festiva, música, declamações de poemas de Castro Alves, discursos, entre outras atividades, e contou com a participação da comunidade local, além das caravanas provenientes de outras regiões do Estado da Bahia e do país. (BOAVENTURA, 2006) Esta ação se encontrava alinhada com a Política Cultural da época, que consistia na valorização de fatos e de pessoas de relevância para a cultura brasileira. O prestígio político dessa atividade foi ratificado pela presença dos representantes das instituições governamentais, procedentes das esferas Federal, Estadual e Municipal, durante a solenidade.

No entanto, é necessário considerar o impacto de uma ação desse porte para uma comunidade rural formada, em sua maioria, por pessoas social e economicamente desfavorecidas e com baixa instrução, devido ao pouco contato com a educação formal. Essa atividade está fundamentada na base teórica interessada na preservação da memória coletiva e na identificação desses poetas, cordelistas, com os poemas de Castro Alves. Todo processo de identificação gerou um sentimento de pertencimento, que podia ser observado, na data de realização do evento, entre os moradores de Cabeceiras do Paraguaçu, que se dedicaram a estudar os poemas do poeta, a fim de participar do evento.

São raros os documentos primários referentes à década de 1980, não sendo possível, assim, a identificação das ações que foram realizadas no PHCA no período. Somente por meio da obra de Boaventura (2006), pode-se saber que a “Romaria Cívica” continuou sendo realizada, oferecendo atrações musicais, grupos folclóricos, shows de repentistas e lançamentos de livros, e tendo a participação dos representantes da prefeitura e do grupo político local, sobretudo, após a emancipação desse distrito, em 1989.

Na década de 1990, permaneceram as realizações da “Romaria Cívica” com a introdução de novas atrações propostas pelo gestor do Parque, tais como o “Festival de Poesias” e de grupos culturais, como o Reisado. Essa atividade, além de estar inserida no componente da Política Cultural de valorização das manifestações culturais e artísticas, foi assumida, pelo grupo político local, como oportunidade de se mostrar conhecedor da vida e obra do poeta Castro Alves. Por outro lado, esses representantes da política partidária do Município ficaram basicamente no campo do discurso, pois as contribuições oferecidas pelo

Poder público local foram suficientes para atender as demandas administrativas e técnicas suscitadas pelo Parque.

Como dito, a base teórica dessa atividade tem grande interesse na preservação da cultura local, com incentivo à leitura das poesias castroalvinas e também das manifestações culturais da região, significando a valorização das identidades e das culturas locais desses moradores em relação ao Parque, o que se constitui também numa referência às recomendações da Mesa Redonda de Santiago (1972). Com efeito, o evento comemorativo de nascimento do Poeta transformou o dia 14 de março num feriado em que a população do Município de Cabaceiras tem um contato maior com a obra de seu escritor mais ilustre, ouvindo as declamações, visitando as exposições e participando das demais atividades, o que é extremamente positivo, pois aproxima a comunidade das ações do Parque e, ao mesmo tempo, estimula o conhecimento e o lazer.

A partir da década de 2000, as ações socioculturais e educativas se diversificaram e intensificaram, principalmente, pelas parcerias empreendidas pela gestão à frente desse Parque com outros setores da Fundação Cultural, resultando numa série de atividades baseadas na formação sociocultural, através de cursos, oficinas, ações sociais e culturais, prevendo a promoção e a interação entre a comunidade e o Parque, tais como:

- *Oficina de Iniciação Teatral* (2003): uma parceria com o projeto Chapéu de Palha da FUNCEB e com a participação de jovens cabaceirenses no aprendizado da arte da interpretação. Este projeto revela um enquadramento com a Política Cultural apresentada pelo Governo da época, através do item “Promoção do Desenvolvimento Sociocultural”, quando propõe a realização de oficinas de valorização dos indivíduos, por meio dos valores culturais presentes no campo cultural. É também uma atividade que ultrapassa o universo físico dos museus e, portanto, de uma concepção museológica tradicional para uma atuação fundamentada na compreensão de museus como um instrumento de preservação e de desenvolvimento sociocultural de uma localidade, orientação definida pelos princípios da Nova Museologia.

- *Projeto Árvore da Solidariedade* (2003): visa angariar vestuário e brinquedos para distribuí-los entre os moradores economicamente menos favorecidos. Embora seja uma ação importante e louvável, ligada a uma causa humanitária, não se verifica nenhum enquadramento com a política cultural que vigorava no período. Por outro lado, a concepção desse projeto, por parte da direção, está consubstanciada numa Museologia mais atenta à realidade das demandas geradas pela comunidade com a qual o PHCA se relaciona diretamente.

- *Curso de jardinagem e paisagismo* (2003): embora considerada uma atividade importante, por estar direcionada para a formação e empregabilidade de jovens e adultos e, por conseguinte, incentivo ao desenvolvimento socioeconômico da localidade de Cabaceiras, não apresenta nenhum alinhamento com a Política Cultural vigente. Prevaleceu, por parte da equipe do Parque, um olhar direcionado às necessidades mais emergentes surgidas na localidade, significando, com isso, maior envolvimento dessa Instituição com a sociedade, aspectos que se encontram teoricamente na proposta de uma Museologia de maior integração com as demandas surgidas na sociedade.

- *Jantar musical* (2003): promovido pelos “Amigos do Parque”, com objetivo de apresentar propostas para a construção de um parque infantil. Com a implantação dessas ações, a equipe do Parque Histórico Castro Alves passou a incentivar o aperfeiçoamento das habilidades artísticas de crianças e jovens nas mais diversas linguagens, assegurando, desse modo, um alinhamento com a Política Cultural, especificamente com o item Promoção do Desenvolvimento Sociocultural, que determina

[...] prática da troca de conhecimento e compartilhamento de experiências: pedagógicas, de capacitação técnica, gerencial e de expressão artística, bem como implementação de atividades socioculturais e educativas, além de outras ações que visem ao reforço das vocações e habilidades manifestadas na comunidade, mediante ações como: Promoção de oficinas e cursos nas diversas formas de expressão artística e cultural. (BAHIA, 2005c, p. 49)

Todas as iniciativas mencionadas são importantes, sobretudo, se consideradas as raras opções de lazer e oportunidades de profissionalização da cidade em questão. Esse Parque nasceu com o propósito de levar a educação para todos, por tê-la como um instrumento para a construção de conhecimento e o desenvolvimento das práticas cidadãs. Portanto, essas ações são reveladoras para uma gestão também comprometida com a formação e a cidadania desses moradores que habitam e trabalham nessa localidade, incentivando o museu a fortalecer sua função na social.

- *Festejo Junino no Parque* (2004 a 2013): constituído por feiras de comidas típicas e de artesanato, apresentação de coral e de quadrilha. É uma festa de caráter tradicional no Estado da Bahia e que se encontra devidamente alinhada com a Política Cultural de incentivo e de apoio às tradições populares como recurso de inclusão social (BAHIA, 2005c). Ao optar pela realização dessa ação, onde o capital cultural e simbólico dessa comunidade está bem estabelecido, houve uma assimilação e integração daqueles moradores que se identificaram com a festividade e que está presente nas memórias individuais e coletivas de cada morador. É uma atividade que mostra uma gestão atenta não apenas à preservação da memória de

Castro Alves, mas também às manifestações culturais que permeiam através da cultura local esse território.

- *Educação para Saúde - O câncer de pele: como preveni-lo* (2004): Palestra aberta ao público com a finalidade de esclarecer os recursos para prevenção deste tipo de câncer, muito recorrente em localidades com altas temperaturas e em pessoas que trabalham sob o sol, na lavoura e na pecuária. Embora a temática não se mostrasse condizente com o acervo do Museu e alinhada com a Política Cultural, a proposta elaborada pelo corpo técnico se revelou bastante interessante e necessária para a saúde dos moradores, justamente por caminhar em direção às recomendações da *Mesa de Santiago do Chile* e às novas formas de desenvolver os processos museológicos, propostos pela Nova Museologia, que valoriza a compreensão do homem dentro de um todo.

- *Semana da Criança* (2004): projeto realizado pela equipe do Parque e que se constituiu na apresentação de teatro, oficina de arte e elaboração de brincadeiras, direcionadas para o público infantil do Município de Cabaceiras e adjacências. Certamente, não dispunham desses equipamentos e recursos de promoção de lazer. Sendo assim, sua importância está vinculada também ao objetivo da Política Cultural, fundamentada na promoção e na inclusão social por meio dos processos artísticos educativos. A base científica desse projeto está associada à educação, considerada uma ferramenta de transformação social dos indivíduos, devendo, nesse sentido, ser estimulada por meio de ações artísticas inerentes à cultura local, seguindo as orientações da Nova Museologia.

- *Oficina de criação com materiais recicláveis* (2004): essa atividade objetivou instruir os jovens e crianças acerca das questões do meio ambiente e estimulá-los a adotar práticas preservacionistas. Notadamente, a proposta se encontra distante da Política Cultural, porém, aproxima-se das práticas museológicas mais direcionadas à Nova Museologia, encontrando também correspondência nas áreas de Educação e também na área ambiental, ao utilizar os materiais recicláveis na criação de outros objetos que poderão ser reutilizados pela sociedade, protegendo, assim, o meio ambiente do descarte inadequado desse material. Essa oficina auxilia também no desenvolvimento da capacidade cognitiva dos sujeitos e na aplicabilidade desses conhecimentos no desenvolvimento das práticas cidadãs.

- *Projeto Sopa de Letras* (2004 a 2013): atividade educativa que estimulava o processo de aprendizagem nas crianças, utilizando inicialmente a contação, por meio da leitura de um livro de história, e, em seguida, linguagens plásticas, como desenho e pintura, no universo lúdico. Esse projeto, elaborado inicialmente com a escola, passou a ser aplicado com agendamento para atender as crianças de baixa renda e em situação de risco. Sua aplicação

mostra uma vinculação tanto com a Política Cultural do Governo anterior, como também com a Política Cultural, definida para o período 2007-2014, especialmente, no que tange à construção de uma cultura cidadã fundamentada nos processos educacionais e culturais voltados para a inclusão e o desenvolvimento social, numa comunidade com poucas oportunidades de acesso aos diversos meios culturais. Desse modo, o museu revela como núcleo de educação não-formal importante para formação do cidadão, podendo modificar por meio das ações socioculturais e educativas uma realidade, por mais adversa e laboriosa que seja.

- *Projeto Baú de Memórias* (2007 a 2013): contação de histórias, realizada por mulheres moradoras de Cabaceiras, inseridas na faixa etária correspondente à chamada 3ª Idade. Estas mulheres também atuaram como facilitadoras nas oficinas de crochê, fuxico, bordados e de outros produtos artesanais para um público formado por jovens da comunidade local. Trata-se de um projeto que se vincula à política cultural, por meio da cultura cidadã, de promoção da inclusão social e da valorização dos sujeitos sociais que transmitem e participam do aprendizado dessas técnicas de artesanato, ainda fortemente presentes em nossa sociedade. Deve-se dizer que os ensinamentos decorrentes das histórias de vida das idosas participantes e seu papel como colaboradoras da capacitação dos jovens cabaceirenses se mostraram recursos interessantes e eficazes, justamente por possibilitarem a integração destes moradores com as novas práticas museológicas implementadas no Parque Histórico Castro Alves.

- *Projeto Prazer em Ler: Cantinho da leitura* (2010): atividade que incentivava a leitura entre as crianças e os adolescentes moradores dessa localidade e adjacências e também os estimulava a frequentar a biblioteca do Parque. Esta ação estava fundamentada na diretriz da política de cultura que se interessa pela valorização do indivíduo, a partir do patrimônio cultural. Ressalta-se que esta ação é edificante por possibilitar e estimular o hábito da leitura, considerando que os valores sociais, culturais, religiosos, ambientais, intrínsecos às leituras, auxiliam no desenvolvimento cognitivo dos sujeitos sociais, incentivando a memória e o raciocínio, principalmente nesta fase da vida, onde os direcionamentos para a inclusão social e cidadania vão ser mais requisitados pelas demandas sociais.

De 2011 a 2013, foram realizadas as atividades referentes aos festejos de nascimento de Castro Alves com exposições, apresentação de grupos culturais e o festival de declamação de seus poemas. É preciso considerar a dimensão que este festival tomou ao longo dos anos, inclusive, com a participação de candidatos de outros locais do Estado da Bahia e do Brasil. Além do festival, tiveram continuidade os projetos “Sopa de letra” e “Baú da Memória”, e outros temáticos, como o “Arraiá do Parque” e “Semana da Criança”.

Todas essas ações perpassaram o âmbito da Política Cultural, com ênfase na construção de uma cultura cidadã que permite a todos o acesso às diversas modalidades de experimentação e de fruição culturais, a participação na construção das políticas culturais, a ampliação da cidadania e dos direitos culturais, além de buscar a mudança de valores presentes na sociedade. (BAHIA, 2014)

Além desse referencial político e cultural, onde estão inseridas as atividades dos museus, é essencial o emprego dos processos educativos no desenvolvimento dos sujeitos sociais, sobretudo, para os que residem no território onde está localizado o Parque Histórico Castro Alves. Pontua-se que as atividades desenvolvidas nesse ambiente, sobretudo, a partir da segunda metade da década de 1990, foram fundamentais para maior aproximação dos habitantes locais, particularmente crianças, em decorrência dos projetos de estímulo à leitura dos poemas de Castro Alves, como também os jovens participantes da oficina de Teatro, que resultou na Companhia de Teatro Cecéu.

A biblioteca do Parque, única existente na cidade, é outro equipamento muito procurado pelas crianças e jovens. Portanto, os equipamentos e as ações implementadas pelo Parque tornaram o local importante para a visita de pessoas de outras cidades e também uma referência de lazer cultural para os cidadãos cabaceirenses.

Figura 4 – Festival de Declamação – Parque Histórico Castro Alves, 2013



Fonte: Foto do acervo da ASCOM /DIMUS, (2013).

4.2.2 Museu Abelardo Rodrigues

As ações socioculturais e educativas, realizadas pelo Museu Abelardo Rodrigues, a partir da sua inauguração até 2013, apresenta como cenário a cidade de Salvador, mais especificamente o Centro Histórico de Salvador (Pelourinho), um local constituído por residências, comércio, repartições públicas, serviços, escolas, museus, igrejas, blocos afros e afoxés e um fluxo elevado de habitantes que por ali transitam a pé e de carro, revelando uma situação bem distinta da localidade de Cabaceiras do Paraguaçu, motivo pelo qual as ações serão apenas apresentadas e analisadas a partir do alinhamento com a política de cultura e da interação com a comunidade local.

- Seminário *Dez anos de implantação do Programa Museu-Escola na Bahia* (1984): a atividade reuniu os profissionais museólogos e de áreas afins para discutir a importância dos museus como espaços de educação, lazer e diálogo com a comunidade. Pelo que se sabe da década de 1980, os profissionais baianos já reconheciam a necessidade dos museus estarem integrados e atentos às demandas sociais e culturais. Entretanto, pelo que se observa na matéria jornalística da Tribuna da Bahia, publicada em 18 de setembro de 1984, essa interação do museu ainda não tinha sido alcançada. Com isso, ao considerar a relevância da temática e o objetivo proposto nessa discussão, verifica-se que a referida atividade está em consonância com a Política cultural estabelecida no período, determinando a valorização do patrimônio cultural por meio de oficinas, seminários em favor da participação da comunidade nos processos culturais. Aqui também é possível identificar a utilização das recomendações que nortearam o campo museológico, a partir da década de 1970, sustentada na Carta de Santiago, assim como nos demais documentos que ressaltavam a necessidade dos museus se abrirem para a sociedade, a fim de promover o desenvolvimento local.

- *Seminário de Educação Patrimonial* (1996 a 1998): a atividade consistiu em mostrar a História da Fundação de Salvador, destacando a construção do Centro Histórico de Salvador e as noções de Patrimônio, Cultura e Arte. O público alvo era formado por policiais do 18º Batalhão da Polícia Militar da Bahia, Polícia Turística e Escolar. (BAHIA, 2002b) A proposta estava alinhada com a Política cultural vigente na época, cuja diretriz reforçava a necessidade de estimular o desenvolvimento cultural, a partir da valorização do Patrimônio Histórico e Cultural de Salvador. A atividade também estava fundamentada nos processos educativos utilizados para instrumentalizar o público alvo acerca desses temas relevantes para a cidade de Salvador, os quais serviriam de replicadores das informações de conteúdos históricos à população em geral e aos turistas que visitavam o Centro Histórico de Salvador.

Embora sendo uma iniciativa educacional importante, centrada na valorização do patrimônio cultural e do contexto histórico do Pelourinho, e, ao mesmo tempo, excepcional por contemplar os policiais que atuavam na região, a referida atividade foi realizada apenas durante a gestão do então Governador Paulo Souto, demonstrando que a descontinuidade de bons projetos era algo recorrente na passagem de uma gestão a outra, sobretudo, na instância governamental, onde comumente projetos da gestão anterior eram arquivados por não se mostrarem relevantes aos olhos dos novos gestores. O projeto em questão abordou conceitos que envolvem patrimônio cultural material e memória identidade, a partir do contexto histórico num cenário de igrejas, solares, museus e chafarizes.

- *Projeto Trilogia dos Santos Juninos – Oratório de Santo Antônio (1995 a 2000)*: apresentação do coral de músicas cantadas na reza de Santo Antônio, regido pelo maestro Keiler Rego, tomando como espaço as sacadas do Solar Ferrão. Tinha o objetivo de preservar a trezena de Santo Antônio, que integra esse projeto. Por fazer parte de uma tradição cultural, esta atividade se vincula à Política Cultural, na medida em que vai “promover e apoiar as ações de revitalização das manifestações populares da cultura, em seus aspectos, tradicionais e contemporâneos.” (BAHIA, 2005d, p. 11)

Nessa atividade, eram trabalhados os conteúdos da memória dos sujeitos sociais que possuíam o mesmo capital social e cultural, sendo, portanto, legitimadores dessa tradição. O caráter pioneiro dessa atividade realizada nesse museu, instituído no padrão tradicional, estava na forma de apresentação, ou seja, nas sacadas do Solar Ferrão. O público era constituído por convidados e transeuntes que assumiam, durante a apresentação, os papéis de espectadores e também de participantes ativos, quando rezavam em louvor a Santo Antônio, mostrando uma identificação com o projeto.

Figura 5 – Oratório de Santo Antônio – Museu Abelardo Rodrigues, 2003



Fonte: Foto Acervo do Museu Abelardo Rodrigues.

- *Uma retrospectiva da Coleção Abelardo Rodrigues: Recontando sua Trajetória* (1998): a atividade consistiu na realização de uma palestra sobre a formação da coleção do Museu. Por se tratar de uma temática fundamentada em conteúdos artísticos, representados através das esculturas sacras, se identificava um alinhamento com a Política Cultural direcionada à preservação do patrimônio cultural material e imaterial. Da mesma forma, a base teórica visava discorrer sobre o universo conceitual do patrimônio, da memória, os padrões artísticos e a religiosidade, temáticas essencialmente direcionadas aos estudantes e profissionais que atuavam no campo do Patrimônio.

- *Trajetória de um Sonhador* (1999): palestra que discorreu sobre a vida e obra de Abelardo Rodrigues. No evento, totalmente alinhado com a Política cultural implementada pelo Governo da época para a preservação do bem cultural, as discussões evidenciaram, por meio da retomada dessa trajetória, a importância das memórias individuais e coletivas que possibilitaram a esse sujeito social representado, no caso, o colecionador Abelardo Rodrigues, a constituir esse patrimônio cultural. Tal como a atividade analisada anteriormente, a ação em ênfase representa uma temática bem específica, portanto, de interesse mais restrito a um público portador de capital cultural específico.

- *Palestra sobre Patrimônio Imaterial* (2004): a atividade se caracterizou como uma discussão a respeito da importância da categoria Patrimônio, complementada pela exibição dos vídeos, elaborados pelo Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia (IRDEB), da série Bahia Singular e Plural, que retratam as manifestações culturais presentes em todo território baiano. Essa ação acompanha a Política cultural do governo do período, traduzida na valorização do patrimônio cultural imaterial do território baiano, uma estratégia importante utilizada pelo Poder público para o fortalecimento das identidades dos sujeitos sociais.

Deve-se mencionar que, em razão da reestruturação da Gestão de Museus, que corresponde a DIMUS, em 2008, as ações socioculturais e educativas foram, até 2011, unificadas com os demais museus do Pelourinho, administrados por essa Diretora. Dessa forma, o Museu Abelardo Rodrigues perdeu, de fato, o *status* de Museu e seu acervo passou a ser tratado como mais uma coleção que ocupa os espaços do Solar Ferrão.

É impossível negar que essa mudança foi extremamente prejudicial para os museus, principalmente, para o Museu Abelardo Rodrigues. Afinal, não se produziu nenhuma ação efetivamente sociocultural. Apesar disso, este Museu foi a primeira instituição museológica vinculada ao Governo do Estado a ser implantada no Pelourinho e instalada em uma das mais

importantes edificações dessa localidade, com a finalidade de preservar o acervo museológico e de contribuir com a requalificação cultural da localidade.

- *Contação de estórias baseada na vida de Nossa Senhora* (2013): a atividade visava apresentar, de maneira lúdica, algumas invocações marianas, presentes na coleção do Museu Abelardo Rodrigues e que tiveram relação com a vida de Jesus. Trata-se de uma ação que tinha um alinhamento com a política cultural, sobretudo, no que tange a utilização dos objetos artísticos como recursos educativos.

- *Visita Mediada* – “Os elementos florais e iconográficos presentes na imaginária e no mobiliário” (2013): ação dialógica que ocorreu entre o mediador e o visitante sobre a ornamentação floral, utilizada pelos santeiros e marceneiros, por meio da observação das peças desse Museu. Por utilizar esse formato de ação para instrução do visitante, a proposta se mostra alinhada com a política cultural do período, no que se refere à valorização do bem cultural, por meio da educação e da divulgação desse patrimônio. Esse tipo de visita tem sido um recurso provocativo, utilizado pelos museus para estimular o visitante a refletir sobre os objetos, as referências contidas nas memórias individuais e coletivas que cada indivíduo possui acerca dos elementos iconográficos presentes nos objetos museológicos. Ainda assim, uma ação desse tipo bem desenvolvida pelo mediador tende a repercutir positivamente na questão educacional.

- Faz-se necessário analisar as atividades socioculturais e educativas desenvolvidas pelo Parque Histórico Castro Alves e pelo Museu Abelardo Rodrigues, mesmo guardando as suas peculiaridades, como tipologia de acervo, situação geográfica, temporal e de gestão. Essas instituições produziram atividades importantes, sendo que, na maioria delas, constatou-se, de maneira concisa, um alinhamento com as diretrizes das políticas culturais direcionadas à valorização de fatos e pessoas ilustres da História, das Artes e da Literatura; proteção do patrimônio cultural material musealizado, por meio dos processos museológicos de comunicação e dinamização; formação e inclusão dos sujeitos sociais, por intermédio dos cursos e oficinas. Destaca-se que essas diretrizes continuam presentes nas políticas implantadas até 2013, no entanto, ocorreram alterações nas diretrizes de natureza textual e de reformulação do conteúdo.

É importante considerar que, ainda que essas orientações das Políticas de Cultura não tenham sido utilizadas pelos gestores como referências na elaboração das ações listadas, são extremamente válidas e contributivas. Muitas vezes, o desconhecimento do gestor se dá em consequência da falta de um direcionamento da própria Gestão de Museus, que, além de administrar o museu, tem o papel de intermediar essas orientações provenientes das

instituições da FUNCEB e do IPAC, responsáveis pela elaboração da política macro que norteiam todas as atividades da área da cultura do Estado da Bahia.

Ainda com relação à construção e implementação das atividades socioculturais e educativas, deve-se salientar que a escolha das ações por essas duas Instituições Museológicas é discutida internamente por suas equipes, sem que o ator social da vizinhança possa opinar ou, ao menos, que a temática seja mais próxima da realidade deles, a exemplo dos festejos juninos, realizados no Parque Histórico Castro Alves, e a Trezena de Santo Antônio, realizada no Museu Abelardo Rodrigues. Isso não significa que os museus apenas devam trabalhar com esse tipo de temática festiva e calendarizada, muito pelo contrário, devem trabalhar com seus acervos, porém, é imprescindível que estes objetos expostos sejam apresentados de forma contextual.

Vale pontuar que esse pensamento está respaldado nos princípios da nova Museologia, onde o museu faz parte de um todo e que, portanto, deve estar em constante diálogo com a sociedade, possibilitando o desenvolvimento sociocultural.

Ao analisar o Parque Histórico Castro Alves, observa-se uma resposta social bastante positiva desde a sua implantação. Sobre a questão, o professor e ex-secretário de Educação e Cultura Edvaldo Boaventura (2006, p. 133) tece o seguinte comentário:

A experiência do funcionamento comprova que o parque proporcionou mais educação, mais cultura e mais desenvolvimento social e político à simpática e privilegiada gente cabaceirense. Educação pelo serviço que presta à escola. Cultura pela manutenção do museu, em pleno sertão baiano, que tornou didaticamente permanente a exposição sobre a vida, a obra e a consagração do poeta maior; e desenvolvimento social pela criação de condições que resultaram em município, pelo reconhecimento e participação dos poderes constituídos do Estado da Bahia.

O desenvolvimento do Município de Cabaceiras do Paraguaçu foi resultado também do trabalho dos gestores desse Parque, que realizaram ações socioculturais e educativas significativas, independente de um alinhamento com as políticas estaduais de cultura ou mesmo das municipais. Estas unidades convocaram a comunidade a participar das ações que resultaram em experiências positivas e estimuladoras para todos, principalmente para os jovens, que, a partir do Parque, passaram a ter contato com situações novas, especificamente na arte da representação. Isso, de certa forma, contribuiu (e ainda contribui) para o desenvolvimento social de Cabaceiras do Paraguaçu.

Desde sua inauguração, o Museu Abelardo Rodrigues passou por três situações bem específicas e que, em parte, dificultaram uma interação com o público: a primeira, que compreende o período de 1980 a 1995, revelou um Pelourinho com muitos problemas, gerados pela degradação física dos imóveis, e também de ordem social, ocasionando o

afastamento do público de outros bairros desse Museu. A segunda estava associada à aplicação dos procedimentos técnicos museológicos, desenvolvidos sobre uma ótica mais tradicional e direcionada apenas aos projetos de museu-escola. A terceira foi devida ao descaso dos poderes públicos municipal e estadual, resultando na decadência do Pelourinho. Somente a partir de 1995, com a recuperação e requalificação física social do local, se deu a ampliação da visitação do Museu, sendo possível o aumento das atividades destinadas à dinamização.

A partir desse mesmo ano, o Museu Abelardo Rodrigues se abriu para ações de cunho efetivamente sociais. Foram ações com pouca interação com a comunidade local e, portanto, não ocasionaram uma transformação substancial para a coletividade. As ações museológicas eram direcionadas apenas para as exposições e ações educativas. Nenhuma ação sociocultural foi realizada com cunho fortemente social, prevendo beneficiar a população local mais necessitada. Quando as ações conseguiam ampliar o público, os participantes comumente eram de outras partes da cidade, conforme os dados apresentados nos Relatórios Administrativos e Técnicos. (BAHIA, [2002b])

De acordo com esses relatórios, a população residente ou de proprietários de empreendimentos naquela localidade não se percebe representada no Museu Abelardo Rodrigues, não podendo, assim, ser creditado a esses moradores do Pelourinho nenhum sentimento de pertencimento, ao contrário do que ocorre com os moradores de Cabaceiras do Paraguaçu, vizinhos ao Parque Histórico Castro Alves. Logo, por razões já analisadas, não seria possível uma análise comparativa e sim de forma individualizada.

5 TRAJETÓRIA DAS POLÍTICAS MUSEOLÓGICAS IMPLEMENTADAS PELAS GESTÕES DE MUSEUS VINCULADAS AS SECRETARIAS DE EDUCAÇÃO E DE CULTURA DO ESTADO DA BAHIA

O presente capítulo analisa, na trajetória das instituições museológicas vinculadas à Gestão de Museus, as atividades discutidas e realizadas pelos profissionais museólogos, ao longo desses 46 anos de criação dessa Gestão, no sentido de delinear uma política capaz de contribuir para o desenvolvimento sistematizado e articulado dos museus baianos.

Durante a pesquisa nos arquivos da instância atual Gestão de Museus, não foi encontrado nenhum documento referente ao período de 1967 a 1973, que indicasse uma discussão sobre a elaboração de uma política para museus. Todas as atividades estavam direcionadas às exposições e para as ações socioculturais e educativas. É preciso considerar que a política brasileira era dirigida pelos militares e, justamente por isso, se caracterizava pela austeridade, imposição e obediência aos valores presentes numa ideologia de espírito nacionalista que fundamentava as políticas públicas de cultura. E a Bahia, como os demais estados brasileiros, acatava essa orientação política. Tudo era extremamente monitorado e as ações culturais, desenvolvidas nos museus, passavam possivelmente, pela censura. Aos profissionais que atuavam nessas instituições, cabia aceitar as atribuições expressas procedentes da estrutura da Gestão de Museus, correspondente à fase da Divisão de Museus e Patrimônio Cultural.

É provável que, pelo pouco tempo de criação dessa Divisão, o corpo técnico não tenha sido composto por museólogos, uma suposição fundada na criação do curso de Museologia da UFBA, que teve início a partir de 1971. Naquela época, existiam, no Brasil, profissionais que atuavam nessa área, oriundos do Curso de Museologia do Museu Histórico Nacional, no Rio de Janeiro. Esses profissionais se ocupavam do desenvolvimento das ações essenciais à preservação de acervos, como a documentação, a conservação, a dinamização e as ações educativas.

Interessante notar que, mesmo não tendo museólogos nesse setor, os procedimentos inerentes ao fazer museológico já integravam as atribuições da Divisão de Museus e Patrimônio Cultural e do alinhamento com a Política de Cultura, estabelecida pela Secretaria de Educação e Cultura, como se observa no Diário Oficial do Estado da Bahia, referente ao ano de 1967:

1. Inventariar, classificar e tomar monumentos, obras, documentos e objetos sítios de valor histórico e artístico, existentes no Estado, promovendo a sua conservação;
2. Promover a realização de estudo e pesquisa;

3. Orientar, coordenar, fiscalizar as atividades dos museus existentes no Estado;
4. Elaborar e fazer cumprir as normas referentes à coleta, classificação, guarda e exposição de objetos e documentos de importância histórica e valor artística;
5. Promover conferências e realização de cursos, em especial de Museologia;
6. Manter registro, bem como regular e controlar atividade de comerciante de antiguidades, objetos de arte e livros raros. (BAHIA, 1967, p. 37)

Tais competências evidenciam que a Gestão de Museus correspondente a Divisão de Museus e Patrimônio Cultural era responsável pela proteção do patrimônio musealizado e, por conseguinte, dos bens culturais reconhecidamente passíveis de amparo legal. Apesar de ser um documento elaborado por uma instituição pública, o conjunto de atribuições sugere a participação de profissionais conhecedores dos procedimentos necessários à preservação dos bens culturais musealizados.

A partir de 1974 até a década de 1980, as instituições museológicas administradas pela Gestão de Museu, intitulada “Coordenação de Museus”, desenvolviam suas ações em conformidade com a política cultural da época estabelecida pela Fundação Cultural do Estado da Bahia. Neste período, também não se observou, durante a realização desse estudo, nenhuma ação que indicasse um movimento direcionado à implantação da política para o setor. A única fonte que possibilitou chegar a essa informação foi o *Relatório de Gestão do Governo* (1980), período em que foram elencadas, ao longo dessa gestão, as exposições, seminários e as ações socioculturais e educativas. Isso indica que os profissionais do campo museológico foram preparados para o desenvolvimento dos procedimentos técnicos, enquanto isso, as discussões e construção de políticas reclamavam a participação efetiva e articulada dos profissionais desse setor com as instâncias políticas da área cultural e, principalmente, com os sujeitos sociais onde essas instituições museológicas estão inseridas. Na concepção de Santos (2008), para que uma política seja validada e alcance o seu objetivo, é fundamental estabelecer mecanismos de acompanhamento constante de avaliação.

Observa-se que a participação em um processo político exige, além de conhecimento técnico e, naturalmente, político, uma articulação e flexibilização por parte das pessoas envolvidas no processo de elaboração de uma política, principalmente, na condução dos pontos mais críticos que exigem preparo argumentativo e embasamento. Tal afirmação considera o fato de que nem todo profissional tem esse perfil e, mesmo que tenha, pode ser induzido ou impedido a não participar dessa discussão, em virtude do nível de comprometimento com a empresa ou instituição do Poder público.

A discussão política pressupõe, antes de tudo, a realização de um diagnóstico, que evidencie os pontos fortes e fracos, no caso, do setor museológico e de forma articulada,

sistematizada e compartilhada com os participantes para definir diretrizes e metas que norteiem o campo. Mas é justamente na identificação dos pontos fracos que tendem a surgir os incômodos e dificuldades, gerados pelos gestores tanto técnicos como políticos.

Da década de 1980 até 2003, os museus passaram pela administração do DEMAP, DEPAM e da DIMUS. No entanto, por meio dos documentos pesquisados, foi possível verificar que as ações empreendidas nessas fases se detiveram essencialmente nas orientações da política cultural, delineadas pela Fundação Cultural do Estado da Bahia e também pela Secretaria de Cultura, nos primeiros anos do DEPAM, quando os museus estiveram vinculados diretamente à Secretaria. Isso significa que essas administrações promoveram atividades direcionadas apenas para a manutenção e restauração dos imóveis, conservação e restauração dos acervos, exposições e ações socioculturais educativas. Portanto, os registros encontrados levam a crer que não houve, em nenhuma das mencionadas gestões, uma discussão específica para a implantação de uma política para o campo museológico.

Vale lembrar que, na literatura sobre os museus, as políticas de museus foram discutidas no 1º Encontro Nacional de Dirigentes de Museus (1975) realizado na cidade de Recife, que defendia a necessidade de implantação de uma política museológica brasileira capaz de contemplar, nas suas proposições, um alinhamento de ações que respeitassem os museus na sua diversidade tipológicas, regionais e institucionais. Outros encontros ocorreram pelo Brasil, ambientando discussões que partiam do mesmo tema, como aquele ocorrido no Rio Grande do Sul e que resultou numa carta encaminhada, em 2002, aos candidatos a presidente. Este documento serviu de referência para as propostas no campo da cultura da campanha dos Partidos dos Trabalhadores (PT) e do Governo do então presidente Luís Inácio Lula da Silva.

O início desse Governo estimulou museólogos do Brasil e da Bahia a iniciar as discussões com mais profundidade sobre a criação de políticas museológicas nas instituições museais brasileiras, o que possibilitou uma maior interação entre os profissionais museólogos, técnicos e dirigentes, resultando nas proposições que fundamentaram o texto dessa Política, sobretudo, a partir de 2003, com a implantação da *Política Nacional de Museus*. Na documentação pesquisada, as correspondências que foram endereçadas à DIMUS pelo Departamento de Museus e de Artes Plásticas/MinC tinham como finalidade registrar o andamento das ações que resultaram na implantação dessa Política de Museus. Essa estratégia utilizada pelo Departamento de Museus e Artes Plásticas do MinC é interessante na medida em que mantém uma coesão entre os atores sociais que figuram nesse campo, constituído por técnicos e, sobretudo, políticos, tidos como aliados importantes nas resoluções de domínio da

legislação que, por ventura, sejam necessárias para o crescimento e fortalecimento do campo museal no Brasil e, mais precisamente, na Bahia.

A *Política Nacional de Museus* estimulou os museólogos das instituições públicas e privadas da Bahia, principalmente os que integravam o quadro da Gestão de Museus - DIMUS, a se mobilizar, como revelaram as pesquisas realizadas na documentação administrativa e técnica, sob a guarda dessa Diretoria de Museus. Uma das primeiras participações dos profissionais da Gestão de Museus (DIMUS), nesse processo em defesa do PNM, foi a mensagem por *e-mail*, encaminhada por Maria Célia, museóloga e coordenadora do Programa de Formação e Capacitação em Museologia, solicitando, aos dirigentes dos museus da DIMUS, “sugestões e considerações para capacitação de pessoal em diferentes níveis: tipos de cursos e atividades, mercado de trabalho, legislação que regulamenta a profissão, fontes de financiamento, planos de cargos e salários, etc.” (SANTOS, 2003)

Essa solicitação foi muito apropriada, na medida em que os temas indicados no e-mail, embora, há muito tempo, permeando o universo museológico, não obtinham nenhuma solução. O campo museológico sempre se apresentou frágil, sobretudo, no que se refere às condições de trabalho e à situação empregatícia dos museólogos. É uma área que, naquela época, já apontava essa realidade. No entanto, ainda hoje, existe pouca oferta de trabalho.

A abertura desse campo ainda virá. Por este motivo, essa sugestão constou no e-mail da Coordenadora do Programa. Da mesma forma, o documento chama atenção para um dos problemas cruciais e que parece que, a cada gestão governamental, não sinaliza para uma solução, que é a falta de recursos financeiros e humanos para manutenção dos imóveis que sediam esses museus, no caso em análise, das instituições museológicas da Gestão de Museus denominada DIMUS, assim como para a conservação e dinamização dos acervos.

Deve-se destacar que essa convocação e provocação feita aos dirigentes de museus dessas instituições museológicas públicas e privadas foi fundamental, sobretudo, pela carência de recursos materiais, financeiros e humanos que atravessa essas unidades museológicas. Um momento em que a Gestão de Museus (DIMUS) foi transferida, sem nenhum planejamento, para o IPAC, apenas com suas equipes, seus documentos e com problemas graves que colocavam em risco o patrimônio sob sua proteção, uma situação extremamente constrangedora e de completo desprestígio político.

Mas, em meio a todos esses percalços, a solicitação proveniente da Coordenação do *Projeto de Formação e Capacitação em Museologia* foi atendida e encaminhada, em tempo requerido, pela Coordenadora do Programa, com as devidas sugestões dos museólogos da Gestão de Museus (DIMUS), como revela o Ofício Nº 058, de 10 de abril de 2003, expedido

pela Diretora do IPAC Heloísa Helena Gonçalves da Costa, que, por meio do texto, afirmava que “mostramos as carências do Curso de Museologia e esperamos contar com o apoio de V. Sa, no que se refere à melhoria do citado curso.” (BAHIA, 2003b, p. 1) Com base na afirmativa da Diretora do IPAC, o rol de sugestões, as quais não foram identificadas no processo dessa pesquisa, indicava a necessidade de reformulação do Curso de Museologia.

A participação da Gestão de Museus (DIMUS) como parceira desse Programa de Formação e Capacitação, foi oficializada com a colaboração dos museólogos e também com a indicação, pela referida Instituição, dos museólogos Alexandro de Jesus e Antônia Barros Pinheiro para compor a comissão local, como se observa na mensagem no e-mail encaminhado pela Diretora da DIMUS à Coordenadora a Maria Célia, em 28 de junho de 2003.

Além desses, outros profissionais participaram na função de facilitadores através das reuniões, grupos de estudos, seminários, oficinas, que ocorreram em instituições museológicas privadas e públicas de Salvador e também de outros municípios. As oficinas realizadas pelo interior da Bahia foram ministradas por profissionais museólogos, inclusive, da Gestão de Museus (DIMUS), com a finalidade de fornecer mais esclarecimentos acerca do patrimônio cultural museológico e também como parte da política de cultura estabelecida pelo MinC para a área do patrimônio museológico.

Esse Programa continuou desenvolvendo suas ações em 2004, através do Projeto *Perfil dos Museus*, cujo objetivo era realizar o diagnóstico das instituições museológicas existentes no interior da Bahia, para que subsidiassem a Política de Museus do Estado da Bahia. Para isso, o grupo de profissionais, inclusive, da Gestão de Museus (DIMUS), se dirigiu até algumas cidades-pólo, onde foram realizados os seminários, que contaram com a participação da comunidade local.

Deve-se frisar a relevância dessa parceria pioneira, firmada entre a DIMUS e a representação na Bahia no *Programa de Formação e Capacitação em Museologia*, com recursos do Governo Federal, por meio do Ministério da Cultura e que resultou em um amplo diagnóstico administrativo e técnico acerca da situação das instituições museológicas, pesquisadas no território baiano.

Sendo assim, esse Programa, que constituiu o eixo 3 da *Política Nacional de Museus*, foi fundamental para o repensar dos profissionais da Museologia baiana, quanto à forma que desenvolvia suas atividades, os recursos técnicos, humanos e financeiros que dispunham e de como se relacionavam com outras instituições. Além disso, esse Programa foi inovador na possibilidade de articulação do campo museal com o campo político das Secretarias Estadual e Municipal de Cultura, equacionando os interesses das agendas políticas de governo e de

figuras de políticos com as necessidades administrativas e técnicas. Na maioria das vezes, quando não há uma política que norteie áreas como a dos museus nos estados, as ações tendem a ser dificultadas por uma série de recusas prevalecidas sempre pelos interesses políticos, estabelecendo uma relação compreendida a partir da concepção de poder simbólico.

Ao analisar ainda o *Programa de Formação e Capacitação em Museologia*, desenvolvido em parceria com a Gestão de Museu (DIMUS), observa-se que essa proposta inédita possibilitou a atualização do capital cultural dos profissionais museólogos e de áreas afins e também contribuiu para o conhecimento técnico dos agentes culturais do interior da Bahia, sobre as formas preventivas de proteção ao acervo que compõe o patrimônio cultural das instituições museológicas e afins, localizadas nas regiões baianas, sobretudo, aquelas que foram contempladas com a visita dos museólogos desse Programa.

Foi fundamental também o enfoque dado pelo Programa ao campo da educação, a partir da defesa da criação do Mestrado em Museologia pela Universidade Federal da Bahia, uma oportunidade que envolve não só o aprimoramento dos técnicos como também ampliação do mercado de trabalho para docentes, uma necessidade já mencionada no primeiro documento apresentado pela Coordenadora do Programa. Não menos importante do que a Educação foi a apresentação do diagnóstico acerca do perfil dos museus como subsídios para a elaboração e implantação da Política Estadual de Museus e para o Sistema de Museus.

Então, com o propósito de discutir e referendar esse documento com os demais museólogos, a direção da Gestão de Museus, correspondente à DIMUS, organizou, em 2005, o I Fórum Estadual de Museus do Estado da Bahia, que teve por finalidade discutir a “implantação do SEM e [...], paralelamente, a discussão da Política Estadual de Museus, onde serão trabalhados os princípios e diretrizes que irão orientar a atuação do setor no Estado.” (BAHIA, 2005, p. 27-28) Esse Fórum preparativo para a discussão desses documentos ocorreu a partir da criação da comissão deliberada pela Diretoria do IPAC. Nesse período, sob a administração de Julio Santana Braga, instituiu uma comissão formada pelos museólogos “Eliene Dourado Bina, Ana Silvia Ribeiro Liberato de Mattos, Edgar Assis de Oliveira Assis, Maria das Graças Campos Lobo, Marilene Cerqueira Santos, Sonia Maria Ivo Tavares e Joana Angélica Flores” para compor a comissão executiva do Fórum e implantar o Sistema Estadual de Museus. (BAHIA, 2005e, p. 1)

Esse grupo de museólogos se reuniu para elaborar a minuta do Sistema Estadual de Museus da Bahia, tomando por base os Sistemas instituídos no Rio Grande do Sul e o de Santa Catarina, com as devidas adequações sugeridas pela Comissão, em razão da especificidade dos museus baianos. Mais uma vez, é possível identificar o caráter inovador e

de articulação da Diretoria de Museus na elaboração desse documento e na realização do I Fórum Estadual de Museus, ao convidar os profissionais do campo da Museologia baiana e de outros Estados da Federação para participar e discutir, durante o evento, o documento para criação do Sistema Estadual de Museus do Estado da Bahia. A minuta deste documento, em linhas gerais, estabelecia a vinculação deste Sistema ao IPAC e tinha como objetivo

[...] implementar a ação sistêmica, a articulação e a cooperação entre os museus do Poder público estadual, as demais instituições e entidades públicas e privadas que o integram, desenvolvendo ações voltadas para a identificação, o registro, a valorização, a preservação e a difusão dos bens de cultura tangíveis e intangíveis e do patrimônio natural do estado da Bahia. (BAHIA, 2005, p. 1)

De acordo com o texto acima, a institucionalização do Sistema Estadual de Museus da Bahia propõe, em linhas gerais, a articulação entre as instituições museológicas da Bahia vinculadas ou não ao Poder público, com fins de preservação do patrimônio cultural, sendo, portanto, apresentado no Fórum, para conhecimento e deliberações da plenária, a minuta do referido Sistema estruturado em 9 artigos. O Art. 2º foi constituído por 11 objetivos que, pela relevância apresentada, serão citados na íntegra, de modo que seja possível compreender a escolha dessas proposições desse documento em 2005.

- I – promover a articulação entre instituições museológicas, existentes no Estado da Bahia, respeitando sua autonomia jurídico-administrativo, técnico-científica;
- II – estimular o desenvolvimento de programas, projetos e atividades museológicas que respeitem e valorizem o patrimônio cultural de comunidades populares e tradicionais, de acordo com as suas especificidades;
- III – valorizar, registrar e disseminar saberes e fazeres específicos do campo museológico;
- IV – elaborar e fazer cumprir as normas referentes à coleta, classificação e documentos de importância histórica e valor artístico;
- V – promover a cooperação nas áreas de aquisição, documentação, pesquisa, conservação, restauração, comunicação, difusão, dinamização e capacitação de recursos entre a Secretaria de Cultura e Turismo e as unidades museológicas que integram o Sistema Estadual de Museus da Bahia;
- VI – divulgar padrões e procedimentos técnicos e científicos que sirvam de orientação às equipes responsáveis pelas instituições museológicas.
- VII – incentivar e promover a criação e a articulação de redes e sistemas estaduais, municipais e internacionais de museus, bem como seu intercâmbio e sua integração ao Sistema;
- VIII – propor medidas para política de segurança e proteção de acervos, instalações e edificações;
- IX – incentivar a formação, atualização e valorização dos profissionais de instituições museológicas do Estado;
- X – estimular a política de permuta, aquisição, documentação, investigação, preservação, conservação, restauração e difusão de acervo;
- XI – estimular, coordenar e fiscalizar as atividades dos museus existentes no Estado da Bahia. (BAHIA, 2005, p. 1-2)

O texto acima revela que, os objetivos da proposta desse sistema, os oito itens citados estão voltados, principalmente, para os aspectos práticos do exercício dos museólogos, que

perpassam pela documentação, conservação e exposição. Os demais estão mais direcionados a articulação entre as instituições estaduais e municipais e com a criação de uma rede para fortalecer o diálogo no campo museológico.

A discussão do Sistema de Museus da Bahia apenas foi possível graças ao I Fórum Estadual de Museus, realizado nos dias 17 e 18 de outubro de 2005, em Salvador, na Biblioteca Pública do Estado da Bahia. A Diretoria de Museus foi responsável pela logística desse evento, pela elaboração do texto, destinado à criação do Sistema Estadual de Museus, e pela apresentação para discussão e aprovação, na Plenária, do documento intitulado *Bases para a Política Estadual de Museus*, cujo objetivo era “promover o registro, a preservação e a difusão dos bens de cultura, tangíveis e intangíveis e do patrimônio natural do estado da Bahia.” (BAHIA, 2005e, p. 2)

O documento já demonstrava um alinhamento com a Política Nacional de Museus, no que diz respeito à configuração dos eixos programáticos, elaborados em consonância com as necessidades suscitadas pelo campo museal baiano. Dessa forma, a *Política Estadual de Museus* foi construída a partir dos eixos “*Estruturação do Sistema Estadual*”; “*Modernização da infraestrutura museológica*”; “*Formação, capacitação e qualificação de Recursos Humanos*”; “*Democratização do acesso aos bens culturais*”; “*Financiamento e Fomento aos Museus*”; “*Ampliação e preservação de acervos*” (BAHIA, 2005e), com a finalidade de sistematizar o campo museológico, em vista da equidade nos procedimentos museológicos inerentes à preservação dos bens culturais.

Essas discussões sobre os documentos que tratavam da implantação do *Sistema Estadual de Museus* e também da *Política Estadual de Museus* fizeram parte das ações técnicas da Gestão de Museus, no período de 2007 a 2008, que reconhecia a importância e a necessidade de alinhamento desses documentos com o *Sistema Estadual de Cultura*. Sendo assim, solicitou aos técnicos que revisassem o texto original do *Sistema Estadual de Museu da Bahia*, resultando em uma série de modificações que abrangeram desde sua formatação até o conteúdo.

Uma das primeiras alterações no texto, observadas em relação ao documento de 2005, diz respeito ao formato, passando de decreto para proposta. Também houve modificação na estrutura da referida proposta, ocasionando a seguinte configuração:

1. Caracterização: foi um dos primeiros itens inseridos nessa gestão, revelando que o Sistema Estadual de Museus funcionaria como um sistema setorial e estaria subordinado ao *Sistema Estadual de Cultura* e ao *Sistema Brasileiro de Museus*. Observa-se, já nesse item, um entendimento para uma construção conjunta e alinhada com a *Política Nacional de*

Museus, tornando o campo museológico mais resistente às mudanças oriundas dos interesses políticos e ações articuladas mais eficazes e com maior poder de convencimento.

2. Finalidade: A mudança está no formato e no conteúdo do texto. Em 2005, correspondeu ao decreto como se observa no Art. 1º, cujo conteúdo é disposto a seguir:

Fica instituído o Sistema Estadual de Museus da Bahia, com a finalidade de implementar a ação sistêmica de gerenciamento e articulação entre os museus do Estado, desenvolvendo ações voltadas para as áreas de aquisição de bens, capacitação de recursos humanos, documentação, pesquisa, conservação, restauração, comunicação e difusão entre órgãos e entidades públicas privadas e unidades que o integram. (BAHIA, 2005e, p. 1)

Em 2008, ocorrem modificações no formato e no conteúdo, ao passo que a Finalidade passou a ser definida como um conjunto de

[...] ações sistêmicas e estruturantes para elevação da qualidade de gestão e interação dos museus da Bahia, em especial, nas áreas de aquisição de bens, capacitação de recursos humanos, documentação, pesquisa, conservação, restauração, comunicação, dinamização e difusão de acervos. (BAHIA, 2008, p. 1)

No que se refere ao conteúdo desse documento, apresentado em 2005 e 2008, não se observa nenhuma mudança significativa, além daquela efetuada no formato. Afinal, esse texto consta no de criação do *Sistema Brasileiro de Museus*. Houve apenas uma readequação dos termos com a demarcação do local.

3 – Competências: item presente na estrutura da proposta de 2008, correspondendo ao Art. 2º, que trata dos Objetivos do documento de 2005. Esse quesito ampliou significativamente a lista de competências de 2008, com a inclusão de ações que traduziam, no campo político, a necessidade de articulação e o desenvolvimento de redes entre os museus do Estado da Bahia. Também incentivou a articulação com a PNM e a colaboração com as atividades do *Sistema Brasileiro de Museus*, bem como destacou a importância de manter atualizado o *Cadastro Nacional de Museus* e de elaboração de políticas econômica, prevendo a sustentabilidade dos museus. No campo técnico, chamou atenção para o aperfeiçoamento dos procedimentos técnicos de documentação, exposição, conservação e ações educativas, os intercâmbios e empréstimos de peças e mais as questões empregadas no âmbito da qualificação profissional.

4 - Conceituação das unidades museológicas: no texto do Sistema, elaborado em 2005, não consta este item, que definiu as unidades museológicas como sendo os museus e instituições que atuam no campo da memória e em consonância com o conceito de museu, definido segundo o Estatuto de Museus, uma legislação resultante da PNM. A inserção desse conceito é mais uma possibilidade de agregar em um termo a diversidade de instituições com

perfil de museológico. De certa forma, havia uma diluição, em vários exemplos, do que poderia ser entendido como museus no documento de 2005.

5 - Composição: Embora este item se encontre presente também no documento de 2005, no Art. 7º, verifica-se a ocorrência de uma equivalência na composição, sendo importante destacar a participação das instituições de Ensino Superior em Museologia somente no documento de 2008. Se fosse aprovado o documento de 2005, o Curso de Museologia não teria um assento na Comissão, a não ser que esta fosse alterada. As universidades baianas que possuem esse curso não podem e não devem ficar ausentes desse processo, tendo em vista que esses espaços, como a Escola e o Museu, são vistos como espaços legitimadores de poder e de reprodução de conhecimento.

6 - Forma de ingresso no Sistema: O texto de 2005 sugere que o ingresso das instituições deveria ocorrer por meio de um documento que oficializasse a adesão. Enquanto que o de 2008 define duas formas de ingresso automático para as instituições do poder estadual e para os órgãos vinculados ao Poder Municipal. A adesão se concretizaria caso estas instituições tivessem aderido ao Sistema Nacional ou Estadual de Cultura e, para os demais espaços privados de memória, por meio de instrumento jurídico mais específico.

7 - Modelo de Gestão: No documento de 2005, a gestão do *Sistema Estadual de Museus* ficou a cargo do Secretário de Cultura e Turismo, enquanto que, em 2008, o modelo de gestão foi definido a partir da criação do Comitê Gestor, que teria um papel voltado para a formulação de políticas e de ações sistêmicas, apoiando a Coordenação Executiva, sob a responsabilidade do IPAC, que subsidiaria as atividades de ordem administrativa e financeira.

O formato de 2005 é preocupante, visto que a cúpula da Secretaria teria o poder absoluto na tomada das decisões, significando que as ações políticas, decididas conjuntamente pelos representantes da Comissão, ficariam subordinadas aos interesses do grupo político que governava, naquela época, o Estado da Bahia. No entanto, o modelo de 2008 é um pouco menos centralizador pela diversidade de instituições na composição. Apesar disso, o poder continuou nas mãos do Estado, através da presidência do Comitê Gestor e da Coordenação Executiva, proposto para o *Sistema Estadual de Museus*. (BAHIA, 2008)

Mesmo tendo sido revisado e encaminhado à Secretaria de Cultura, esse documento foi devolvido à DIMUS para anuência do novo gestor, um procedimento comum nas instituições públicas, mas extremamente danoso ao desenvolvimento dos processos técnicos e administrativos, por dificultar o cumprimento dos prazos estabelecidos ou mesmo inviabilizando o andamento de projetos essenciais ao setor. Essa instabilidade, ocorrida na trajetória da Gestão de Museus, provocou, na maioria das vezes, modificações significativas

que impediram a conclusão de atividades importantes, como a que ocorreu em maio de 2008 com o *Sistema Estadual de Museus*. Prestes a ser aprovado, ele retornou para ser discutido pela nova Gestão de Museus (DIMUS), que resolveu ampliar as discussões através de Encontros, como o 1º Encontro Setorial de Museus, ocorrido em maio de 2009, para debater os temas direcionados às políticas públicas para museus e também para a implantação do Sistema Estadual de Museus.

Esses dois temas foram também discutidos, em 2009, no I Encontro Baiano de Museus, organizado pela DIMUS com o objetivo de “propor políticas públicas para o campo museal.” (BAHIA, 2009, p. 1) É necessário ressaltar que, durante os três últimos dias do mês de julho, profissionais museólogos e de áreas afins da Bahia e de outros Estados, participaram desse Encontro onde foram discutidos temas, como Fomento e Sustentabilidade, Criação de Museus, Sistema Estadual de Museus, Gestão, Ações Educativas e Conservação. Todos esses tópicos foram estudados sob a ótica da construção de uma política pública para o setor, principalmente, no grupo que estudou as questões do Sistema Estadual de Museus e da Política Estadual de Museus. Ao final desse Encontro, de acordo com o Relatório, foi proposta a criação de um grupo de trabalho, constituído por profissionais da área e voluntários, com a finalidade de, mais uma vez, implantar o Sistema Estadual de Museus.

Na primeira reunião do Grupo de Trabalho, em agosto de 2009, foram discutidos, com técnicos da Gestão de Museus (DIMUS), representantes da Secretaria de Cultura e de instituições culturais presentes nos territórios baianos, temas como a falta de uma Política Museológica, a criação do Sistema Estadual de Museus e do Instituto Baiano de Museus. Outras reuniões aconteceram no decorrer de 2010, envolvendo os articuladores da área cultural de municípios baianos, como Cachoeira, Antas, Santa Maria da Vitória e Ilhéus, sendo que, em todas essas reuniões, foram discutidas ações culturais regionais, em conformidade com os objetivos do Sistema Estadual de Museus.

Ainda nesse ano, a Gestão de Museus (DIMUS), realizou o 2º Encontro Baiano de Museus, onde, novamente, foram discutidos temas que assinalaram a necessidade de implementação do Sistema Estadual de Museus e de uma Política Estadual para o setor museológico, assim como o alinhamento desses dois documentos à *Política Nacional de Museus*. Apesar da DIMUS, atuante entre 2008 e início de 2011, ter recebido apoio político da Secretaria de Cultura e também desenvolvido uma atuação incisiva em prol do campo político museológico, não conseguiu implantar o Sistema Estadual e nem mesmo a configuração da Política Museológica.

Não há como negar que, durante o exercício dessa Gestão, as ações em favor da política museológica foram absolutamente importantes e com grande mobilização de atores sociais com atuação nessa área. Apesar disso, verifica-se que as discussões e os documentos elaborados não passaram dos diálogos e de textos impressos, armazenados dentro de gavetas de pessoas que tinham a capacidade de resolver os problemas. E por que não resolveram? É possível que as respostas perpassem pela falta de interesse ou mesmo desconhecimento dos Gestores nas instâncias administrativas do IPAC e da SECULT pelo tema ou também, estejam associadas à falta de mobilização dos profissionais museólogos desse Estado para lutar por essa causa.

Uma nova direção da Gestão de Museus se instala e traz uma experiência de militância no campo político e técnico dos museus, que se traduziu no incentivo à implantação do Sistema Estadual de Museus que deverá contribuir “para a valorização dos museus públicos, seja na esfera estadual ou na municipal, de natureza privada ou de outra constituição jurídica, levando em consideração as suas especificidades e os contextos nos quais estão inseridos.” (BAHIA, 2012, p. 7)

Para o fortalecimento do campo dos museus, faz-se necessária a participação de todos os profissionais e representantes de instituições museológicas na construção desse documento que, para ser oficializado, terá que passar pelas instâncias administrativas do Governo Estadual, que podem ou não aprovar, caso os interesses pleiteados por essa corporação de museólogos da DIMUS e de outras Instituições do Estado da Bahia, sejam compatíveis com os direcionamentos da política governamental ou ainda, se o conteúdo desse documento, no caso, do Sistema e da Política de Museus, for de interesse para a agenda política desses homens imbuídos de poder, concedido pela Legislação Estadual e que regem a esfera governamental.

Dessa forma, essa nova direção como representante legal para os assuntos do campo da Museologia, ao entender a necessidade de trabalhar articuladamente com a PNM e de posse da minuta da *Política Estadual de Museus*, iniciou, a partir de 2011, uma discussão, a princípio, com o corpo técnico da DIMUS, museólogos e ampliando-a, em seguida, para que os profissionais museólogos de outras instituições de natureza pública e privada e gestores da área cultural de diversas instituições pudessem participar do processo de reavaliação dessa Política Museológica.

Na construção dessa Política, além da minuta elaborada em 2005, com o alinhamento da *Política Nacional de Museus*, foram utilizados, como suporte para a reavaliação, o *Plano*

Nacional de Cultura e o Estatuto de Museus, principalmente no que se refere ao conceito de Museu¹⁵ e nos princípios que contemplam:

- I. A valorização da dignidade humana;
- II. A promoção da cidadania;
- III. O cumprimento da função social;
- IV. A valorização e preservação do patrimônio cultural e ambiental;
- V. A universalidade do acesso, o respeito e a valorização da diversidade cultural;
- VI. O intercambio institucional. (BRASIL, 2009, p. 1)

Os itens acima relacionados reforçam a concepção do museu como um espaço que pode ser físico, territorial ou mesmo virtual, onde estão presentes as memórias de uma sociedade como a brasileira representada por meio da diversidade cultural de testemunhos tangíveis e/ou intangíveis que dialogam em entre si e para si.

Mas não foram apenas os princípios utilizados como referências, as diretrizes da *Política Nacional de Museus* também fizeram parte da Política Setorial, que contou com o aporte teórico da *Política Estadual de Cultura* e do *Sistema Estadual de Cultura*, instituído em 2011, a partir das diretrizes citadas abaixo e que nortearam a gestão da Secretaria de Cultura. São elas:

- Construção de uma cultura cidadã;
- Ampliação do diálogo intercultural;
- Fortalecimento da institucionalidade cultural;
- Aprofundamento da territorialização da cultura;
- Alargamento das transversalidades da cultura. (BAHIA, 2012, p. 6)

Tais referenciais permitiram, em 2011, a partir do estudo do texto anterior da Política elaborada em 2005, que os museólogos e os demais profissionais durante as reuniões com os núcleos de articulação, comunicação e de ações socioculturais e educativas, fizessem a revisão de todo conteúdo para que pudessem ser estudadas e debatidas, compartilhando-as com outras instituições e profissionais do campo dos museus. Assim, essa Política passou a ser chamada de *Política Setorial de Museus da Secretaria de Cultura do Estado da Bahia*, justamente

[...] por ser um instrumento dinâmico e processual, que continuará sendo enriquecido pelo movimento de ação-reflexão, resultado da aplicação de ações museológicas, em interação com a sociedade, sendo um referencial importante para a atuação do campo museal, no Estado da Bahia. (BAHIA, 2013, p 7-8)

¹⁵Os museus são instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjunto e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer natureza cultural, abertas ao público e a serviço de sociedade e de seu desenvolvimento. (BRASIL, 2009, p. 1)

Portanto, essa Política Setorial estruturada segundo a Política Nacional é constituída por 11 diretrizes e 7 eixos programáticos, todos eles direcionados ao desenvolvimento de políticas para o setor, destacou-se também pela criação do Sistema Estadual de Museus da Secretaria de Cultura. (BAHIA, 2012) Esse documento revisado pelos museólogos foi importante, na medida em que possibilitou a construção da minuta dessa Política, ouvindo uma boa parte dos museólogos, conhecedores da importância desse documento, necessário à condução de articulação e de suporte dos processos museológicos referentes às instituições baianas. Mesmo após a conclusão do texto final dessa Política, o documento foi submetido a outros profissionais convidados de instituições federais, estaduais e municipais da área para que o analisassem e finalizassem. Em seguida, o documento foi apresentado no 3º Encontro Baiano de Museus, ocorrido na cidade de Ilhéus/BA, no final de 2011.

A minuta da *Política Setorial de Museus* foi apresentada aos participantes desse Encontro, constituído por estudantes do Curso de Museologia, profissionais museólogos e de áreas afins, gestores de instituições museológicas e agentes culturais de municípios, como Itabuna, Santa Maria da Vitória e Salvador. Durante essa apresentação, foi oferecido um prazo pela coordenação do evento para que as sugestões dos participantes fossem encaminhadas para o setor de Articulação da Gestão de Museus (DIMUS). (BAHIA, 2011b)

A apresentação dessa Política em plenária foi uma atitude importante justamente por proporcionar, ao público do Encontro, o conhecimento do conteúdo dessa Política e possibilidades de contribuição. Essa atitude demonstrou uma maturidade e preparo técnico da DIMUS em reconhecer que a construção de uma política pressupõe uma discussão ampla com os grupos de profissionais e com os sujeitos sociais que estejam diretamente ligados a essa instituição.

A *Política Setorial de Museus*, mesmo não tendo sido instituída oficialmente em 2011, foi praticada pela equipe de técnicos das instituições museológicas que integram a Gestão de Museu (DIMUS), entre 2011 e 2012. De acordo com o Relatório Técnico dessa Instituição, correspondente a esse período de alinhamento na prática, ocorreu da seguinte forma:

EIXO1 – GESTÃO E CONFIGURAÇÃO DO CAMPO MUSEOLÓGICO

- Seminário para discussão e definição do Perfil dos Museus da DIMUS;
- Elaboração de uma Política Museológica para DIMUS/IBAM.

EIXO 2 – DEMOCRATIZAÇÃO E ACESSO

- Exposição Itinerante em três Territórios de Identidade;
- Eventos Primavera dos Museus.

EIXO 3 – EDUCAÇÃO E AÇÃO SOCIOCULTURAL

- Revisão do Projeto Político-Pedagógico;
- Articulação com a Secretaria de Educação para ações 2012

EIXO 4 – COMUNICAÇÃO E EXPOSIÇÃO

- DIMUS e Museus vinculados: Realização de sete exposições de curta-duração;
 - Assessoria de Comunicação: Boletim eletrônico sobre as ações da DIMUS.
- EIXO 5 – FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS
- Parceria com a Universidade Lusófona de Humanidade e Tecnologia (Lisboa. PT) – Curso Avançado de Museologia;
 - Parceria com a UFBA/UFRB. (BAHIA, 2012)

Esse novo formato administrativo, praticado pelos profissionais, possibilitou um exercício inédito no que tange ao desenvolvimento das atividades administrativas e técnicas elaboradas e executadas, em consonância com as diretrizes e eixos da política museológica dessa Gestão de Museus (DIMUS).

A pesquisa no Relatório (2013) indicou que o ano de 2013 foi marcado pela mudança de gestor e isso implicou numa descontinuidade no formato da administração, sobretudo, no alinhamento das ações desenvolvidas pelos museus com os eixos da Política. No entanto, das ações que vinham sendo desenvolvidas teve continuidade, principalmente, a *Política Setorial de Museus da Secretaria de Cultura da Bahia*, que foi revisada e encaminhada para conhecimento do conteúdo pelo Secretário de Cultura, que aprovou e devolveu para que a proponente da Política Setorial de Museus, ou seja, a Diretoria de Museus tomasse as providências para publicação.

Quanto às instituições museológicas que compõem a Gestão de Museus, mais especificamente, o Parque Histórico Castro Alves e o Museu de Abelardo Rodrigues, nota-se que algumas ações que compreendem os eixos programáticos já vinham sendo desenvolvidas de maneira condizente com a *Política Nacional de Museus*, sobretudo, as ações oriundas dos procedimentos museológicos básicos de documentação, conservação, exposição, ações socioculturais e educativas. Essa Política ampliou as ações de cada eixo, mostrando as possibilidades que essas instituições possuem para trabalhar as ações de forma sistematizada e contínua, independente da mudança de gestão. No entanto, desde a implantação da *Política Nacional de Museus*, que norteou a *Política Setorial de Museus da Secretaria de Cultura* (BAHIA, 2013), ainda existem ações previstas nos eixos relacionados abaixo que precisam ser implementadas ou mesmo aprimoradas pelos museus. Como exemplos, destacam-se:

- Eixo 1 – *Configuração e Gestão do Campo Museológico*: A elaboração do Plano Museológico e as Políticas de aquisição, descarte e gerenciamento de acervos, bem como a cessão de imagem e de circulação. Esses dois pontos ainda não foram concretizados pelos museus analisados, porém, nas pesquisas dos documentos administrativos das Gestões de Museus, o plano museológico é colocado como uma meta importante e necessária para o bom funcionamento dessas instituições.

- Eixo 2 – *Democratização e Acesso*: Realizar estudo de público para identificar o público que visita os museus vinculados à Gestão de Museus (DIMUS), como também dos demais grupos que precisam ser atraídos. Observa-se também a necessidade desses museus promoverem estudos que assegurem a acessibilidade a todos os cidadãos.

- Eixo 3 – *Ação Sociocultural e educativa*: Pelos documentos pesquisados, observou-se que as ações educativas deste eixo vêm sendo trabalhadas de maneira satisfatória na trajetória das Gestões de Museus, principalmente, pelos museus selecionados neste estudo. Por sua vez, é importante reforçar mais os projetos de ações socioculturais nos museus, de modo que estes possam contribuir mais incisivamente com a comunidade onde estão instalados. É preciso estabelecer parcerias com as unidades do ensino formal, a fim de manter uma regularidade nas ações educativas.

- Eixo 4 – *Comunicação e Difusão*: Também neste item, observou-se que houve um avanço na difusão do patrimônio cultural, através de seminários e dos Encontros de Museus, realizados na Gestão de Museus (DIMUS). Além disso, a atualização das exposições do Parque Histórico Castro Alves e do Museu Abelardo Rodrigues. A instalação de um Núcleo de Comunicação, com o objetivo de divulgação das ações dos museus.

- Eixo 5 – *Formação e Qualificação*: Baseado nos relatórios, em particular, a partir de 2003 até 2013, as Gestões de Museus estão investindo em ações nessa direção, em parceria com professores de escolas de Salvador, a exemplo do Projeto Político Pedagógico, realizado em 2008.

- Eixo 6 – *Modernização de Infraestruturas museológicas*: Um dos pontos mais críticos identificados através dos documentos como relatórios técnicos, correspondências administrativas, nas unidades museológicas da Gestão de Museus, projetos para recuperação dos imóveis que abrigam sedes dos museus, climatização e segurança.

Com base na análise acima, percebe-se que, apenas a partir de 2003, com a implantação da *Política Nacional de Museus*, surgiram, no âmbito das Gestão de Museus (DIMUS), as primeiras discussões sobre Política Museológica do Estado da Bahia e também sobre o Sistema Estadual de Museus. No entanto, mesmo não tendo sido efetivada, essa Instituição foi pioneira, em relação aos demais museus públicos e privados, sobretudo, por trabalhar suas ações administrativas e técnicas em concordância com os eixos da Política Setorial dos Museus da Secretaria de Cultura.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo, as políticas de cultura, implementadas pelos órgãos oficiais do Governo do Estado da Bahia, estão fundamentadas na Constituição Estadual que determina a proteção ao patrimônio cultural, sobretudo, o museológico, possibilitando a institucionalização de um setor específico na Bahia, que se origina, em 1967, como Divisão de Museus e Patrimônio Cultural e, com o passar dos anos, assume novas denominações, como Fundação Museus do Estado da Bahia – Coordenação de Museus – Departamento de Museus e Artes Plásticas – Departamento de Museus – Diretoria de Apoio às Atividades Museológicas e, chegando em 2013 – período que finaliza este estudo –, como Diretoria de Museus.

As pesquisas realizadas demonstraram que, independentemente da estrutura funcional e da nomenclatura adquirida ao longo desses 46 anos, a finalidade principal dessa Gestão de Museus de preservação dos bens culturais musealizados se manteve. Sendo assim, a administração dos museus baianos, vinculados à instância administrativa do campo da cultura do Governo do Estado, tem sido uma missão, na maioria das vezes, de muita responsabilidade e compromisso profissional, diante das adversidades de ordem administrativa, financeira, técnica e política dessa Gestão de Museus que, na sua trajetória, possibilitaram a preservação de acervos dos museus do Estado e também dos conveniados.

Por este motivo, não se pode negar a importância, para a história dos museus baianos, dessa Gestão de Museus que, em alguns momentos da sua trajetória, gerenciaram até 10 instituições museológicas com diversidade de acervos e atividades direcionadas, por exemplo, à conservação e à difusão, mesmo dispondo de recursos financeiros, materiais e pessoais incompatíveis com as necessidades de cada uma dessas instituições.

Por outro lado, essa Gestão de Museus, com suas instituições museais, enfrentaram politicamente as estratégias utilizadas pelo poder público estadual, baseadas nas agendas de governo e dos agentes públicos que praticavam uma política que se constituía na indicação de correligionários e amigos para ocupar os cargos, principalmente, os de comando no patamar diretivo. Além do mais, essas escolhas estavam fundamentadas em nomes que repercutiam positivamente as ideias do governo e realizavam as ações com base nesse alinhamento, um recurso que foi muito utilizado pelos gestores públicos, os quais, por mais que desejassem manter uma autonomia nas escolhas, ficavam atrelados às determinações do Poder político vigente.

Ao analisar a trajetória da Gestão de Museus, percebe-se que, em apenas dois momentos, a política cultural implantada na Bahia favoreceu positivamente o campo

museológico. O primeiro momento correspondeu à criação da Fundação Museus do Estado da Bahia, em 1971, uma decisão política pioneira, que concentrava as discussões e deliberações referentes aos museus da Bahia em uma só instituição, no âmbito do poder público estadual. No entanto, mesmo com toda a organização e poder instituído oficialmente a essa Fundação, a pesquisa nos documentos, referentes ao período de 1971 a 1972, revelou que a Fundação Museus do Estado da Bahia não funcionou com essa figura jurídica, nem mesmo foi indicado um diretor e continuou até a criação da Fundação Cultural, atuando como Divisão de Museus e Patrimônio Cultural, uma situação que nos leva a concluir uma inabilidade da política da época para efetivar concretamente essa Fundação, talvez, por razões de ordem burocrática.

Outro momento importante para os museus vinculados a essa Gestão de Museus ocorreu na década de 1980, mais precisamente, em 1989, conforme Regimento da Secretaria de Cultura, quando as unidades museológicas passaram a ser administradas pela Gestão de Museus intitulada “Departamento de Museus”, cuja interlocução ocorria diretamente entre o Diretor e o Secretário de Cultura. Pela documentação pesquisada, não se observou nenhuma situação que pudesse indicar que essa vinculação direta com a Secretaria trouxesse um crescimento para o campo dos museus.

Se não houve mudanças positivas com essa aproximação com a Secretaria, também não ocorreu com as sucessivas instancias da Gestão de Museus que voltaram a se reportar, até 2002, aos diretores da Fundação Cultural do Estado da Bahia e, a partir de 2003, ao Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia. Trata-se de uma situação de subordinação e de inadequação administrativa e técnica, tendo em vista que o campo dos museus possui uma singularidade, em razão dos procedimentos realizados no desenvolvimento das ações museológicas, considerando que a diversidade de acervos e as atividades, a exemplo da conservação e da difusão, exigem um orçamento maior, o que não ocorreu, já que os recursos financeiros, materiais e pessoais continuaram inconciliáveis com as necessidades reais dessas instituições.

Além dos baixos recursos gerenciados no fluxo dessa Gestão de Museus, verificou-se que as questões de ordem política, definidas a partir de critérios não técnicos e sim de prestígio político, que concederam, aos Museus de Arte da Bahia e ao Museu de Arte Moderna da Bahia, privilégios claramente detectáveis e que abrangem desde o cargo, que é igual do responsável pela Gestão de Museus (DIMUS) e superior aos demais profissionais que dirigem os outros museus, até aos recursos financeiros elevados, destinados às ações administrativas e técnicas dessas duas instituições museológicas.

O tratamento dispensado pelo Governo da Bahia, através das Secretarias de Educação e de Cultura, a essas instituições, no decorrer desses 46 anos, revela uma distorção que remete a uma possível classificação, ainda que hipoteticamente, de museus de categoria “A”, ou seja, os museus mais antigos institucionalmente, que possuem edificações maiores, com acervos mais expressivos de valor artístico e monetário e com maior poder de mídia. E, na categoria “B”, os museus que compõem o quadro da Gestão de Museus, que, para essas instâncias governamentais, não possuem aparentemente as mesmas características dos Museus de Arte da Bahia e de Arte Moderna da Bahia.

É provável que tal divisão ocupe o pensamento dos gestores do campo da cultura baiana e de parte da sociedade, que busca apenas esses museus, em virtude da beleza e da suntuosidade representados pelos objetos de porcelana, cristais, mobiliário, joias, prataria e outros artefatos que ornaram os ambientes das residências baianas de classe social dominante, assim como das realizações da Arte Brasileira, como aquelas associadas, por exemplo, ao movimento modernista. Tais questões, apresentadas neste estudo, se relacionam com a conduta administrativa assumida, no decorrer desses anos, pelas instituições governamentais mantenedoras dos museus.

Faz-se necessário ressaltar que os objetos não são importantes apenas pelo material que lhe serve de matéria prima, pela procedência, autoria, mas também pelo valor simbólico que está intrínseco a esses artefatos, que foram e são transmitidos por sujeitos sociais de culturas diversas. Partindo dessa premissa, os museus devem proteger esses acervos, de modo que eles possam ser um instrumento de aproximação, reflexão da sociedade e, por conseguinte, de desenvolvimento cultural e social. Acrescenta-se que o Museu Abelardo Rodrigues e o Parque Histórico Castro Alves oferecem contribuições inestimáveis às culturas dos territórios nos quais estão situados.

No caso do Parque Histórico Castro Alves, pode-se afirmar que esta instituição foi (e permanece sendo) fundamental para o desenvolvimento sociocultural daquela pequena comunidade rural, totalmente desprovida de equipamentos e serviços para atendimento básico das necessidades dos moradores. As pesquisas nas fontes bibliográficas e documentais e mais a observação *in loco*¹⁶, revelam que essa instituição conseguiu, a partir do acervo de Castro Alves, estimular e criar, principalmente na juventude local, um sentimento de pertencimento concernente ao Parque, decorrente das oficinas de teatro e de leitura, que se observa na participação de adultos, jovens e crianças que estudam e interpretam no festival de

¹⁶A pesquisadora acompanha, desde a década de 1990, as ações socioculturais e educativas realizadas no Parque Histórico Castro Alves e em parceria com essa comunidade.

declamação os poemas de Castro Alves. Hoje, a cidade de Cabaceiras do Paraguaçu é conhecida nacionalmente pela criação do Parque Histórico Castro Alves, responsável pelas melhorias na infraestrutura local e, inclusive, como dito, na emancipação da cidade. Essa instituição é um exemplo de como a cultura pode contribuir para o desenvolvimento local.

Quanto ao Museu Abelardo Rodrigues, instalado no Pelourinho, na década de 1980, considera-se que a degradação física, social e econômica que ainda marca a localidade dificultou a realização de ações socioculturais e educativas para e com a participação da comunidade ali residente ou circulante. As pesquisas evidenciam que esse Museu, embora, ao longo desses anos, com uma equipe de técnicos capacitados e cientes das necessidades de maior interação com a comunidade, não conseguiu promover essa interação, tendo em vista as poucas ações que foram empreendidas com a finalidade de aproximar os moradores e comerciantes. Até o ano limite desse estudo, ou seja, 2013 essa instituição museológica ainda não havia conseguido estabelecer um vínculo mais significativo com a comunidade local.

Todas as considerações apresentadas sobre a Gestão de Museus do Governo do estado da Bahia e de suas instituições museológicas, como os estudos sobre o Parque Histórico Castro Alves e o Museu Abelardo Rodrigues, perpassam o campo das políticas de cultura implementadas durante esses 46 anos. No entanto, embora não se registre um direcionamento mais efetivo por parte dos dirigentes das instâncias da Gestão de Museus aos profissionais que integravam o quadro de servidores, para que as ações correspondessem à Política pública de cultura, adotada pelas instituições governamentais, que compreendem as Secretarias de Educação e de Cultura, nota-se, na maioria das ações aqui citadas, um alinhamento com a diretriz direcionada à divulgação e valorização da diversidade cultural presente no território baiano.

Por outro lado, as políticas setoriais da área cultural, identificadas nos documentos, demonstraram claramente que as discussões sobre as políticas museológicas apenas começaram a ser debatidas pelos profissionais museólogos a partir da Gestão de Museus correspondente a fase da Diretoria de Museus, a partir de 2003, com a implantação da *Política Nacional de Museus*, marco na Museologia Brasileira e do Projeto Bahia, que compreende o eixo 3 do *Programa de Formação e Capacitação em Museologia*. Até então, as discussões se restringiam apenas ao desenvolvimento dos procedimentos técnicos inerentes ao fazer museológico, muito embora, nos outros Estados, essa discussão tenha avançado muito mais, sobretudo, com relação à criação dos Sistemas Estaduais de Museus.

No entanto, é necessário ressaltar o pioneirismo e o papel de articulador da Gestão de Museus (DIMUS) na construção e implantação do Sistema de Museus do Estado da Bahia e

da Política de Museus do Estado da Bahia, ao ponto de realizar, a partir de 2005, reuniões para efetivar instrumentos políticos essenciais à sistematização das ações museológicas, resultando no fortalecimento desse setor. Mas, apesar de todo o empenho, as pesquisas levaram à conclusão de que os dirigentes ocupantes dos cargos, hierarquicamente de primeiro e segundo escalão no Governo Estadual, responsáveis pela oficialização desse documento, são conhecedores da importância do conteúdo para os museus. No entanto, não avançam para a implantação, talvez, em virtude das responsabilidades, enquanto Poder público, no cumprimento das atribuições impostas por esse documento.

Merece destaque também o empenho da Gestão de Museus (DIMUS) na realização dos Encontros Estaduais com profissionais da área, cuja finalidade era discutir a elaboração de instrumentos jurídicos e políticos, que nortearão o campo museológico no Estado da Bahia. Contudo, não há uma participação efetiva da comunidade museológica que atua nos museus federais, estaduais, municipais e privados, ocasionando o enfraquecimento desses espaços, frente os representantes da cultura do Estado, revelando uma categoria de profissionais desarticulados.

Por tudo que aqui foi apresentado, é importante reiterar que, apesar das dificuldades administrativas e técnicas, provenientes das restrições orçamentárias e de pessoal, além do pouco ou quase nenhum prestígio político, relacionado a essas gestões de museus, independente das denominações que lhes foram dadas ao longo desses 46 anos, a missão de preservar o patrimônio cultural, sobretudo, os acervos museológicos do Estado da Bahia, se manteve também por meio das ações socioculturais e educativas articuladas com vários segmentos da sociedade civil, a exemplo do Parque Histórico Castro Alves que vem promovendo suas ações de forma articulada com os moradores de Cabaceiras, contribuindo, assim, para o desenvolvimento social.

Deve-se destacar o trabalho articulado com os profissionais da Gestão de Museus correspondente a DIMUS e dos demais agentes culturais residentes em Salvador e no Interior para a criação de uma Política para os Museus vinculados à Secretaria de Cultura. Como sugestão, propõe-se que as instâncias do Governo da Bahia, responsáveis pelo campo da cultura, alterem a constituição jurídica de Diretoria de Museus para Instituto, ou mesmo, Superintendência, com a finalidade de conceder a esta instituição maior autonomia política, administrativa e técnica para o desenvolvimento dos museus baianos.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Ana Maria. **Legislações culturais**. Salvador: SECULT/ Ba, 2013. 23 p. (Coleção Política e Gestão Culturais, 2013).

ARISTÓTELES. **A política**. Tradução Nestor Silveira Chaves. Ed. Especial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

BAHIA. Assembleia Legislativa. Superintendência de Apoio Parlamentar. **Bahia de todos os fatos: cenas da vida republicana -1889-2001**. 2 ed. Salvador: ALBA, 1997.

_____. **Conselho Estadual de Cultura 1967-2005**. Salvador: CEC, 2005a.

_____. Constituição (1967). Constituição do Estado da Bahia. **Diário Oficial do Estado da Bahia**, Salvador, 1967a. Seção 1.

_____. Decreto nº 20.529, de 03 de janeiro de 1968. Criação do Museu do Recôncavo Wanderley Pinho. **Diário Oficial do Estado da Bahia**, Poder Legislativo, Salvador, 4 jan.1968. Seção I.

_____. Decreto nº 23. 944, de 23 de janeiro de 1974. Aprova o estatuto da Fundação Cultural do Estado da Bahia. **Diário Oficial do Estado da Bahia**, Poder Legislativo, Salvador, 24 jan. 1974. Seção I.

_____. Decreto nº 8626, de 29 de agosto de 2003. Aprova o Regimento do Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia. **Diário Oficial do Estado da Bahia**, Poder Legislativo, Salvador, 30 ago. 2003a. Seção I.

_____. Lei nº 2464, de 13 de setembro de 1967. Dispõe sobre a organização da Secretaria da Educação e Cultura e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado da Bahia**, Salvador, 1967b. Disponível em: < <https://governo-ba.jusbrasil.com.br/legislacao/85722/lei.2464-67> >. Acesso em: 5 jul. 2015.

_____. Lei. nº 2879, de 20 de janeiro de 1971. Cria a Fundação Museus do Estado da Bahia, **Diário Oficial do Estado da Bahia**, Salvador, 1971. Disponível em: < <http://governo-ba.jusbrasil.com.br/legislacao/86232/lei-2879-71> >. Acesso em: 2 abr. 2014.

_____. Lei nº 3.095, de 26 de dezembro de 1972. Transferência do patrimônio da Fundação Museus do Estado para a Fundação Cultural do Estado, **Diário Oficial do Estado da Bahia**, Poder Legislativo, Salvador, 27.dez .1972. Seção I.

_____. Lei nº 4.697, de 15 de julho de 1987. O Departamento de Museus e Artes Plásticas é desvinculado da Fundação Cultural do Estado e passa a integrar a Secretaria de Cultura. **Diário Oficial do Estado da Bahia**, Salvador, 1987.

_____. Lei nº 5121, de 06 de julho de 1989. A Fundação Cultural passa a ser denominada Fundação das Artes. **Diário Oficial do Estado da Bahia**, Poder Legislativo, Salvador, 1989. Seção I.

_____. Lei nº 8.538, de 20 de dezembro de 2002. Modifica a estrutura organizacional da Administração Pública do Poder Executivo Estadual. Nova estrutura da Secretaria de Cultura e Turismo e da FUNCEB. **Diário Oficial do Estado da Bahia**, Poder Legislativo, Salvador, 21-22 dez. 2002a. Seção I.

_____. Lei nº 12.365, de 30 de novembro de 2011. Dispõe sobre a Política Estadual de Cultura e institui o Sistema Estadual de Cultura, **Diário Oficial do Estado da Bahia**, Poder Legislativo, Salvador, 2011. Seção I.

_____. Secretaria da Cultura. IPAC. **Ofício nº 58 de 10 de abril de 2003**. Encaminhado pela Diretora do IPAC a Coordenadora do Programa de Formação e Capacitação em Museologia. Eixo 3. Salvador, 2003b.

_____. Revista de Cultura. Salvador: CEC, n. 4, jul. /dez. p. 53-59. 1969.

_____. Secretaria de Educação e Cultura. Fundação Cultural do Estado da Bahia. **A política cultural do Governo do Estado no Quadrênio 1979-83**. O desempenho da Fundação Cultural do Estado da Bahia, Salvador, 1983.

_____. Secretaria de Cultura e Turismo. Fundação Cultural do Estado da Bahia: **Relatório de Atividades 1991-2001**. Salvador: [2002?b].

_____. Secretaria da Cultura e Turismo. **Memória da Cultura: 30 anos da Fundação Cultural do Estado da Bahia**. Salvador: Empresa Gráfica da Bahia: 2004.

_____. **Secretaria da Cultura e Turismo: 10 anos-1995-2004**. Salvador, 2005b.

_____. Secretaria da Cultura e Turismo. Século XXI – **Desafios da cultura: política cultural da Bahia 2003 a 2020**. Salvador, 2005c.

_____. Secretaria da Cultura e Turismo: **Bahia política cultural**. Salvador: 2005d.

_____. **Secretaria da Cultura e Turismo. IPAC. Minuta do Decreto: Institui o Sistema Estadual de Museus**, 2005e.

_____. Secretaria da Cultura e Turismo. IPAC. **A corte “celestial”, 25 anos e devoção**. Salvador: IPAC, 2006.

_____. Secretaria de Cultura. IPAC. DIMUS. **Proposta para criação do Sistema Estadual de Museus**. Salvador, 2008.

_____. Secretaria de Cultura. IPAC. DIMUS. **Relatório Executivo do I Encontro Baiano de Museus**. Salvador, 2009.

_____. Secretaria de Cultura. IPAC. DIMUS. **Relatório de Atividades do Núcleo de Sistema de Museus**. Salvador: DIMUS/IPAC, 2010.

_____. Secretaria de Cultura. IPAC. DIMUS. **Relatório do III Encontro Baiano de Museus**. Salvador: DIMUS/IPAC, 2011.

_____. Secretaria de Cultura. IPAC. DIMUS. **Proposta da Política Setorial de Museus**. Salvador, 2012.

_____. Secretaria de Cultura. IPAC. **Relatório Administrativo e técnico da Diretoria de Museus**, Salvador, 2013.

_____. Secretaria de Cultura. IPAC. **Relatório Administrativo e Técnico da Diretoria de Museus**, Salvador, 2014a.

_____. Secretaria de Cultura. **Políticas culturais na Bahia**. Salvador: 2014b.

BARBALHO, Alexandre. **Política cultural**. Salvador: [s. n.], 2014. (Coleção Política e Gestão Culturais).

BOAVENTURA, Edivaldo. **Castro Alves: um parque para o poeta**. Salvador: EGBA, 2005.

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade: por uma teoria geral da política**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2012.

BOURDIEU, Pierre. **Escritos da Educação**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

_____. **Sobre a televisão: seguido de a influência do jornalismo e os jogos olímpicos**. Tradução Maria Lúcia Machado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

_____. **O poder simbólico**. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

_____. **Sobre o estado: Cursos no Collège de France (1889-92)**. Tradução Rosa Freire d' Aguiar São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

BRANT, Leonardo. **O poder da cultura**. São Paulo: Petrópolis, 2009.

BRASIL. Constituição Federal (1988). **Constituição Federativa do Brasil: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988 com alterações pela Emenda Constitucionais**. 35. ed. Brasília: Edições Câmara, 2012.

_____. Decreto Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Dispõe sobre a organização e proteção do patrimônio artístico nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 6. dez. 1937. Seção I.

_____. Decreto nº 44.851, de 11 de novembro de 1958. **Convenção e protocolo para a proteção de bens culturais em caso de conflito armado**. Haia, 1954. Disponível em: < [http://www.unesco.org/culture/natlaws/media/pdf/bresil/Brazil decreto 44851 _11 _11_1958_por_orof.pdf](http://www.unesco.org/culture/natlaws/media/pdf/bresil/Brazil%20decreto%2044851_11_11_1958_por_orof.pdf) UNESCO, 2009 >. Acesso em: 10 jul. 2014.

_____. **Emenda Constitucional nº 71, 2012**. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc71.htm >. Acesso em: 7 jul. 2015.

_____. Lei Sarney nº 7.505 de 2 de julho de 1986. Disponível em: < <http://www.jusbrasil.com.br/topicos/11696741/pragrafo-6-artigo-da-lei-n-70505de-02-de-julho-de-1986>>. Acesso em: 4 maio 2015.

_____. Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009. Institui o Estatuto de Museus. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, DF, 15 jan. 2009. Seção I.

_____. Ministério da Educação e Cultura. Departamento de Assuntos Culturais. Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais. **Subsídios para implantação de uma política museológica brasileira**. Recife: MEC, /DAC/IJNPS, 1976.

_____. **Diretrizes para operacionalização da política cultural do MEC**. Brasília, 1981 IPHAN. Disponível em: < http://www.portal.iphan.gov.br/uploads/cilindre/arquivos/Educacao_Patrimonial.pdf>. Acesso: 4 jul. 2015.

_____. **Política Nacional de Museus - Programa de Formação e Capacitação em Museologia – Eixo 3**. Salvador: MinC/IPHAN/DEMU, 2005. (Relatório 2003-2005).

_____. **Política Nacional de museus: relatório de gestão 2003-2006**. Brasília: MinC/IPHAN/ DEMU, 2006.

_____. Ministério da Cultura. **As metas do Plano Nacional de Cultura**. São Paulo: Instituto Via Pública; Brasília: MinC, 2012.

CALABRE, Lia. **Conselhos de Cultura**. Salvador: SECULT/ BA, 2013. Coleção Política e Gestão Culturais.

_____. **Políticas culturais no Brasil: dos anos de 1930 ao século XXI**. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

CANDAU, Joel. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2012.

CARTA de rio grande. **Revista Expressão Extensão**, Pelotas, v. 19, n. 2, p. 169-172, 2014.

CERAVOLO, Suely M. O Museu do Estado da Bahia: entre ideais e realidades (1918 a 1959). **Anais do Museu Paulista**, Salvador, v. 19, n.1, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/anaismp/v19m1a07.pdf>>. Acesso em: 28 maio 2014.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: UNESP, 2006.

COELHO, Teixeira. **Dicionário crítico de política cultural: cultura e imaginário**. 2. ed. São Paulo: Iluminuras, 2012.

COFEM. **A imaginação museal a serviço da cultura no Brasil. Museus, memórias e identidades: contribuições do Conselho Federal de Museologia para o programa de políticas públicas de cultura do governo Lula Presidente**. Salvador, 2002.

CONCEPTOS claves de museología. 2010. Disponível em : < <http://www.icom.museum/professional/ketconcept-museology> > . Acesso em: 28 jun. 2013.

DECLARAÇÃO de Caracas. Revista Museu. Legislação. 1992. Disponível em: < http://www.vistamuseu.com.br/legislacao/museologia/decl_caracas.asp>. Acesso em: 4 out. 2013.

DIAS, Reinaldo. **Ciência política**. São Paulo: Atlas, 2008.

FARJALLA, Diana Correia Lima. Museu, poder simbólico e diversidade cultural. **Museologia e Patrimônio**, v. 3, n. 2, jul./dez 2011. Disponível em: < <http://www.revistamuseologiapatrimonio.mast.br/index.php/ppgmus> >. Acesso em: 5 jan. 2015.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ: IPHAN, 1997.

FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. **O que é patrimônio histórico e cultural**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

GOLDEMBERG, Mirian. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. 13. ed. Rio de Janeiro: Record, 2013.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2007.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 7. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

IBRAM. **Museus em números**: Instituto Brasileiro de Museus. Brasília, 2011.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 7. ed. rev. Campinas, SP: UNICAMP, 2013.

LINS, Eugênio. Patrimônio Cultural: questões para um debate. In: RUBIM, Antônio Albino; ROCHA, Renata (Org.). **Políticas Culturais para as cidades**. Salvador: EDUFBA, 2010.

MAIA, Tatyana de Amaral. **Os cardeais da cultura nacional: o Conselho Federal de Cultura na ditadura civil-militar (1967-1975)**. São Paulo: Itaú Cultural: Iluminuras, 2012.

MUSEU DE ARTE MODERNA DA BAHIA. São Paulo: Banco Safra, 2008.

MUSEU DE ARTE DA BAHIA. São Paulo: Banco Safra, 1997.

MESA redonda de santiago do chile. Revista Museu, Santiago, Legislação. 1972. Disponível em: < http://www.revistamuseu.com.br/legislacao/museologia/ Mesa_chile.htm>. Acesso em 4 jan. 2013.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. Das políticas de governo à política de estado: reflexões sobre a atual agenda educacional Brasileira. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, v. 32, n.115 p. 323-337, abr./jun. 2010

POULOT, Dominique. **Museu e Museologia**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

PRIMO, Judite. A Museologia como instrumento estratégico nas políticas culturais contemporâneas. MUSAS. **Revista Brasileira de Museus e Museologia**, Rio de Janeiro, n. 2, 2006.

PROGRAMA de política públicas de cultura na coligação lula presidente. **A imaginação a serviço do Brasil**, 2002. Disponível em: <http: www.construindoum_novobrasil.com.br/images/downloads/aimaginacaoaservicoprogramadobrasil.pdf >. Acesso em: 20 maio 2015.

REIS, Paula Félix dos. **Políticas de cultura a longo prazo: estudo comparativo entre o nacional de cultura do Brasil e da Colômbia**, 2013. Tese (Doutorado em Cultura e Sociedade) – Instituto de Humanidade, Arte e Ciências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

RUBIM, Antônio Albino. **Políticas culturais no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2007.

SANTOS, Maria Célia Teixeira Moura. **Publicação eletrônica**. Sugestão para política de capacitação do MinC. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <elienebina@ig.com.br> em 3 abr. 2003.

_____. **Encontros museológicos – reflexões, sobre museologia, a educação e o museu**. Rio de Janeiro: MinC, 2008.

_____. Um compromisso social com a Museologia. **Cadernos do Ceom / Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina**, Chapecó. v. 27, n. 41, dez. 2014.

SCHEINER, Tereza Cristina. Museologia e Pesquisa: perspectivas na atualidade. In: _____. **MUSEU: Instituição de pesquisa**. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins - MAST Colloquia, 2005.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Revista Sociologias**, Porto Alegre, v. 8, n.16, p. 20-45, jul./dez. 2006.

TOLENTINO, Átila bezerra. Governança em rede: o caso do sistema brasileiro de museus. **Revista CPC**, São Paulo, n. 16, p. 001–208, maio./out. 2013.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 2012.

UNESCO. **Cultural policy: a preliminary study**. Paris, 1969. Disponível em: <http: www.unesdoc.unesco.org/images/0000/00001173eopdf>. Acesso em: 15 jun. 2015.